Digitized by the Internet Archive
in 2016

https://archive.org/details/memoriahistorica00pime

José Augusto Pimentel

José Augusto Pimenta

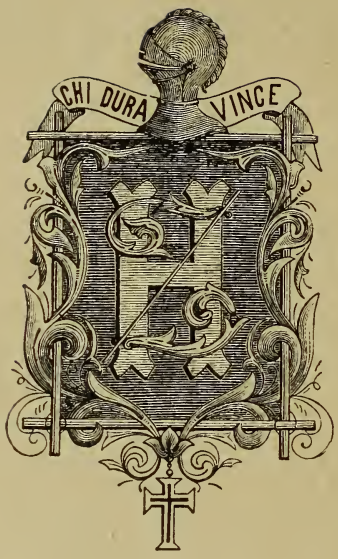
MEMORIA HISTORICA E DESCRIPTIVA

DA

VILLA DO BARREIRO

LISBOA
TYP. DO DICCIONARIO UNIVERSAL PORTUGUEZ
26, Rua Nova de S. Mamede, 26

1886



LIVRARIA EDITORA

DE

HENRIQUE ZEFERINO

87, Rua dos Fanqueiros, 87

LISBOA

Á MEMORIA

DE

MEUS EXTREMOSOS PAES

D. ANTONIA DE JESUS CORRÊA PIMENTA

E

RAPHAEL IDEZIO SEBASTIÃO MARIA PIMENTA

FALLECIDOS EM

19 DE OUTUBRO DE 1881 E 17 DE MARÇO DE 1882

A MEU IRMÃO

ANTONIO MARIA PIMENTA

Escrevendo na primeira pagina d'este meu insignificante estudo os nomes venerandos de nossos paes, tive tão sómente em vista manifestar a indelevel saudade que, a despeito do tempo, cada vez mais se avoluma em minha alma.

Este trabalho porém pertence-te mais do que a elles, por isso t'o offereço.

É facil educar e collocar um filho, é difficilimo instruir sete.

Apesar da extraordinaria abnegação de nossos paes pelos filhos, que tanto extremeciam, apesar do seu espirito eminentemente educador e dos seus extraordinarios sacrificios, a que jámais se poupavam, certamente succumbiria a grande força de vontade, se como filho primeiro não impozesses a ti mesmo a generosa e espontanea obrigação de, com eguaes provações, partilhares do excessivo peso d'essa nobre missão por elles iniciada e continuada durante tão grande numero de annos e que, mau grado nosso, jamais poderam ver completa.

Eu, pela minha parte, abençoando a sua para nós tão santa memoria, que continuamente sobre mim paira, envolta nos tan-

tos beneficios que recebi, confesso comtudo que só a ti, mais do que a ninguem, devo todo o pouco que sou ou possa vir a ser.

É por este motivo que hoje te venho apresentar as primicias do meu trabalho, é um juro muito parco do grande capital que te devo; acceita-o, porém, não pelo que vale, mas pelo que significa, e que seja mais um liame á indissoluvel e eterna amizade, que cada vez mais nos prende, e que só comnosco poderá desapparecer.

Barreiro, novembro de 1886.

José Augusto Pimenta.

É necessario que seja bem imperioso o convite e bem sentida a dedicação pessoal, para que me não obstine na recusa de encher a primeira pagina d'este livro, sendo esta recusa duplamente justificada pela incapacidade convicta e por especiosas circumstancias do momento.

E todavia em situação diversa, bem grata me seria a condescendencia, pelo que ha de delicado n'este capricho e pelo muito que admiro a fórma como a intelligencia do auctor tão auspiciosamente se inicia n'este genero de estudos.

Na epocha que atravessamos, mais do que nunca, se torna conveniente o levantamento geral de noticias e memorias especiaes a cada localidade, que, além de manifestarem a quantidade de energia laboriosa e de recursos para o seu engrandecimento presente, conservem os testemunhos da importancia e valia das suas condições no passado.

E vae-se notando, felizmente, n'este sentido, pela publicação frequente de escriptos congeneres, um movimento de attenção promettedor de consequencias, que não podem deixar de ser favoraveis aos progressos do trabalho e educação do gosto. Porque, alem da enumeração descriptiva do que existe, offerecendo importantes dados para a apreciação futura da prosperidade material e cultura moral das populações; ha a parte archeologica, a descripção retrospectiva dos monumentos, com esclarecimentos valiosos para a historia e para a arte.

O sentimento de respeito e sympathia pelas reliquias do passado, de toda a ordem, é incontestavel que existe no intimo da consciencia de cada homem, e facilmente se desperta na illustração do entendimento.

O antiquario Gaspar Estaço, querendo dar a explicação do phenomeno, saiu-se com um graciosissimo dislate:

«*As cousas antigas tem certa superioridade, e reputaçam, com que se fazem estimar en mais, que as modernas. A causa parece ser, ou porque sam filhas do tempo passado, e n'isto saem a seu pai, que sempre nos parece melhor: ou porque o tempo, que come a seus filhos;... aos que nam come, abona, acredita e autoriza.*»

N'estes casos a auctoridade intellectual dos que se dedicam á gloriosa tarefa de apontar á consideração dos povos os monumentos e os padrões que documentam os factos importantes da vida historica e social, artistica ou sumptuaria dos antepassados, despertam no sentimento publico a veneração das suas grandezas artisticas, e levantam um obstaculo á indifferença geral, á leviandade dos administradores locaes, e á audacia dos especuladores mercantis.

Além disso, activar este sentimento é multiplicar os meios de instrucção e educação, e preparar o futuro á industria artistica, no quanto ella depende do gosto publico.

Modernamente todas as nações teem, por providencias legislativas, assegurado a conservação dos seus monumentos. A França, estabelecendo a ligação do governo central com as associações departamentaes e investigadores eruditos, tem conseguido noticias e esclarecimentos de todos os seus monumentos mais importantes, e desenvolvido desde 1876 o inventario das suas riquezas d'arte com uma actividade assombrosa.

E é facil de avaliar que em toda a parte a publicação de monographias, instigando o sentimento de amor proprio e de vaidade patria no espirito das populações; recordando a funcção historica de cada villa ou cidade na grande obra collectiva da organisação nacional, elevam-as ao respeito, não só instinctivo, mas consciente, devido ás antiguidades, com as quaes se achem relacionadas recordações de heroismo ou de piedade nos momentos de grandeza e das violentas commoções politicas. E n'essas arduas luctas, necessarias á formação normal das nacionalidades, todos os lugares e populações contribuem, mais ou menos, com

o seu contingente de acção e de sacrificio para a grande obra da sua constituição autonomica.

E com certeza que esta maneira é mais convincente e segura, do que quaesquer medidas repressivas, em Portugal sempre mais ou menos ficticias, de cobrir com a protecção official as reliquias nacionaes.

A simples consideração d'esta utilidade mostra que aos municipios cumpre animar, em beneficio d'uma tal propaganda, estas publicações, que, dictadas ordinariamente pelo affecto natural á terra onde se nasce, colleccionam as descripções mais inspiradas, as indagações mais minuciosas e pacientes, a narração dos feitos e tradições mais pittorescas.

No livro presente o plano foi concebido na mais sensata applicação d'este criterio. Desperta o passado na evocação historica, como actualmente se comprehende; ao mesmo tempo que stereotypa a physionomia existente d'esta importante villa, sob todos os aspectos da sua importancia. É, por assim dizer, a representação panoramica do desenvolvimento do Barreiro, desde a sua humilde origem até á prospera posição que hoje occupa.

Ora escrever assim é contribuir para a historia humana, como a exige a actualidade,— processos espantosamente diversos da forma tradicional das velhas chronicas, saturadas dos falsos principios do despotismo.

Sem o respeito imbecil e fetichista da realeza de direito divino, que absorvia e neutralisava na existencia dos reis toda a existencia dos povos e transformava a historia n'um culto hypocrita ás potestades oppressoras!

Já lá vae isso: tudo se transformou na revolução enorme das ideas. Agora a critica despe a purpura aos heroes em plena praça; estende-os sacrilegamente e rasga-os, com a impassibilidade com que sobre as pedras se disseccam os cadaveres!

Livre das peias d'essas superstições humilhantes, o que fica? A nação, o povo, — *a arraia miuda, a villanagem!* — no marulhar estrondoso do trabalho, impellido para diante em ondas que se entrechocam e despedaçam; no tumultuar incessante da aspiração e das resistencias, da ambição e da perversidade. O espirito humano na sua actividade eterna, na lucta épica contra os obstaculos, e na manifestação da sua intelligencia, das suas crenças, da sua liberdade e da sua — civilisação.

E eis aqui como, alem das vantagens apontadas, estas monographias têem ainda um outro grande valôr — como parcellas de materiaes, colligidos e purificados com critica, — outros tantos auxiliares para o conhecimento das leis que synthetisam as phases e a evolução geral da nacionalidade.

Quando todas as administrações municipaes, dando provas de illustração, acceitarem o convencimento d'estas reflexões, haverá de certo bem fundadas esperanças de que a crise, da prolongada devastação, porque a arte antiga tem passado, estará em via de ser debellada.

A esclarecida camara do Barreiro, apoiando a presente publicação, praticou um altissimo serviço de patriotico zelo e uteis consequencias, que, para honra sua, a torna crédora dos elogios e da gratidão dos municipes, do paiz inteiro e de todos os homens instruidos que avaliam o alcance d'esta propaganda em beneficio das tradições, da opinião publica e da arte.

Coimbra.

A. A. Gonçalves.

I

GENERALIDADES

Na margem esquerda do Tejo, a nove kilometros proximamente ao sul de Lisboa, n'uma bem situada planicie, saudavel e lavada pelo norte, fica collocada a importante villa do Barreiro.

Não podemos determinar precisamente a data da sua fundação, mas o que se nos afigura fóra de toda a duvida é que este sitio começou a ser povoado por pescadores vindos do Algarve que, attrahidos pela grande abundancia de peixe e marisco das aguas do Tejo, bem como pelo excellente mercado que lhes fornecia a cidade de Lisboa, vieram, pouco a pouco, desde muitos seculos, emigrando para estas paragens, onde se fôram estabelecendo, como actualmente succede com o portinho d'Arrabida e tantos outros pontos da nossa costa.

O modo de fallar, bem como a accentuação de voz dos habitantes do Barreiro, tão differente do das outras povoações limitrophes, ainda as mais proximas, tem grande similhança com o dos povos do Algarve, bem como se nota ainda uma certa similhança de costumes.

É tradição que estes pescadores exerciam de preferencia a sua profissão nas aguas da barra de Lisboa, e que por este motivo eram conhecidos pelo nome de *barreiros*, e que d'ahi veiu o de Barreiro, para o local onde elles se recolhiam.

É tambem tradicional que os primeiros pescadores se abrigavam em simples choupanas de palha, por elles construidas, formando uma rua parallelamente á praia, o que deu origem ao nome e á Rua de Palhaes, a maior e a mais importante das que o Barreiro hoje possue, e que abrange todo o comprimento da villa.

Em sessão de 29 de novembro de 1885, resolveu a Camara Municipal d'este concelho, em homenagem ao grande estadista, mudar o nome d'esta rua em Rua do Conselheiro Joaquim Antonio d'Aguiar, e pouco depois, em sessão de 3 de dezembro d'esse mesmo anno, tambem se deu á Rua da Praia o nome de Rua do Marquez de Pombal.

Ha quem affirme que no archivo do antigo mosteiro dos Freires de Palmella existia um livro onde estavam desenhadas as armas do Barreiro, que constavam d'um escudo com dois montes symbolisando duas antigas altas barreiras (que alguns querem existissem na praia e déssem origem á palavra Barreiro), d'um a outro monte pendiam umas rêdes representando a pesca, antigamente uma das principaes, senão a principal fonte de receita da povoação.

Póde ser que tudo isto seja muito verdade; o que é facto, porém, é que, nem nos manuscriptos da Torre do Tombo, nem em nenhuma das muitas obras que compulsámos fóra d'este archivo, podémos encontrar a mais breve noticia que corroborasse a veracidade d'estas asserções.

Assim tambem não encontrámos o menor indicio de foral; no emtanto admira-nos, em extremo, que el-rei D. Manoel concedesse foraes a Alhos Vedros e a Coina, e não o désse ao Barreiro.

É indubitavel que tanto uma como outra povoação teem origem muito mais remota e já existiam no tempo dos romanos, entre os quaes, segundo affirmam alguns escriptores, esta ultima era conhecida pelo nome de *Equa-Bona;* mas tambem é fora de toda a duvida que no reinado de D. Manuel já o Barreiro tinha necessariamente muito mais importancia do que qualquer d'estas povoações, especialmente do que Coina, em consequencia das muitas visitas reaes e grandes festas que no Barreiro se faziam seculos antes.

Coina julgo que só foi grande no tempo dos romanos, e

Alhos Vedros, com quanto de origem mourisca, parece-nos que a epocha do seu maior predominio foi no tempo de D. João I que para alli se retirava algumas vezes.

Em 1147 já o Barreiro existia.

É facto historico que, n'este anno, em Domingo de Ramos, na occasião em que na egreja matriz de S. Lourenço d'Alhos Vedros se celebrava a festa propria do dia, os mouros tentaram tomar d'assalto esta povoação; o povo, porém, que em grande massa se achava agglomerado no local da egreja para a benção dos ramos, cahiu sobre elles, invocando o nome de Nossa Senhora dos Anjos e conseguiu ficar victorioso.

Este facto foi logo considerado *milagroso* e por differentes alvarás, provisões régias e ulteriores bullas apostolicas, foi determinado que nunca deixasse de se fazer esta festividade, sendo concedido a esta egreja o raro privilegio, que ainda hoje vigora, de poder n'ella dizer-se missa, com paramentos brancos, em Domingo de Ramos.

Possuimos, por copia, um alvará do principe D. Jorge, filho de D. João II, grão-mestre da ordem de Santiago, dado em Setubal em 12 de abril de 1514 em que lembra aos povos das *aldeias* da Moita, Lavradio e Barreiro, a obrigação «*que data de tanto tempo que a memoria dos homens não é incontrario*» de assistirem á festa e procissão solemne que em Domingo de Ramos sempre se faz a Nossa Senhora dos Anjos, na *villa* de Alhos Vedros.

Reciprocamente o povo d'esta villa, bem como de todas as povoações proximas, tinha a restricta obrigação de, no mez de maio, em dia de Santa Cruz, orago da egreja matriz do Barreiro, vir a esta villa assistir ás grandes festividades religiosas que n'esse dia tinham logar, fazendo-se representar por todas as suas auctoridades, corporações, irmandades e uma pessoa de cada casa, sob pena de multa de cem reis, quantia relativamente exagerada para aquella epocha; metade da importancia total d'estas multas era entregue ao convento de Palmella.

Possuimos, tambem por copia, um outro alvará, de D. João VI, dado em Lisboa em 1821, sobre o mesmo assumpto e que obriga o povo das villas da Moita, Lavradio e Barreiro, a cumprirem o voto *feito em 1147*, etc.

São estes os documentos que nos levam a affirmar que o Barreiro já existia n'aquella epocha.

N'uma pequena fazenda proxima a esta villa, encontrámos ha tempo, por acaso, um *dinheiro* de D. Sancho II, moéda já bastante rara, outro de D. Diniz, e mais proximo da villa apparecem frequentemente o real preto de D. Fernando, differentes reaes de D. João I e ceitis de quasi todos os reinados da segunda dynastia, o que nos parece provar que já n'esta epocha o Barreiro era bastante habitado.

Em 1523, pelo menos, já tinha importancia sufficiente para ser habitado por el rei D. João III, pois que, n'aquelle anno, segundo se lê nos *Annaes* d'este rei, escriptos por Fr. Luiz de Souza, em consequencia da terrivel fome e peste que assaltou Lisboa, logo que se déram os primeiros casos de tão horrorosa epidemia, el-rei D. João III retirou-se para o Barreiro, acompanhado da rainha e da infanta D. Maria, indo estas duas senhoras hospedar-se no Lavradio.

*
* *

Não sabemos ao certo quando o Barreiro foi elevado á categoria de villa, mas devia ter sido pelo meiado do seculo XVI, pois que na Provisão do principe D. Jorge, que deixamos citada, com data de 1514, é ainda tractado por aldêa, ao passo que em data de 1571, n'um pergaminho, existente em Roma na Bibliotheca Vaticana, dado á publicidade por Alexandre Herculano, e do qual adeante transcrevemos alguns periodos, é tratado já por *bella villa*.

Em 1571 tinha o Barreiro trezentos fogos, Alhos-Vedros egual numero e Coina trinta e cinco!

A 15 de maio de 1514, deu el-rei D. Manoel foral a Alhos-Vedros, e a 15 de fevereiro de 1516 a Coina.

Este ultimo foral que, por uma excepção inexplicavel, ainda se conserva na administração do concelho do Barreiro, é um bello pergaminho em meia folha, de 16 paginas, manuscripto em excellentes caracteres gothicos e com vistosas illuminuras, tendo uma encadernação de madeira forrada de carneira com grandes prégos amarellos.

Respectivamente á população e importancia não me parece muito provavel que Coina se derrocasse apenas em meio seculo, ficando só com trinta e cinco fogos, nem que o Barreiro, em tão curto lapso de tempo, se desenvolvesse muito; portanto não é difficil admittir que o Barreiro tivésse já na epocha em que fôram concedidos estes foraes, muito mais importancia, especialmente com relação a Coina, jámais sendo tão frequentado pela nobreza como o attestam muitas chronicas antigas e como facilmente se deprehende dos muitos foros que ainda paga ás primeiras casas nobres de Portugal, como são as do duque de Palmella, Lafões e de Cadaval, marquez das Minas, de Sampaio e de Ficalho, condessa de Castro Marim, visconde da Lançada, casa d'Azambuja, casa de Penafiel e muitas outras.

Todos estes titulares eram proprietarios no Barreiro e tinham aqui casas e magnificas quintas para onde vinham amiudadas vezes, devendo por esse facto a povoação gozar já n'esse tempo de bastante importancia.

Além d'isso o Barreiro era, desde muitos annos, o ponto onde affluia grande movimento do Alemtejo, e como que uma especie de fronteira onde n'outro tempo eram recebidas as princezas de Castella que casavam em Portugal, altos dignitarios e embaixadôres extrangeiros que por terra vinham ao nosso paiz, atravessando a Hespanha; por estas occasiões realisavam-se aqui sumptuosas festas e esplendidas recepções.

E' Alexandre Herculano quem nol-o affirma e nos fornece o seguinte exemplo:

No anno de 1571, tendo o Papa Pio V enviado ás côrtes de França, Hespanha e Portugal, seu sobrinho o cardeal Alexandrino, como embaixador extraordinario, do seu sequito fazia parte um escriptor italiano, João Baptista Venturino, encarregado de descrever a viagem, acompanhando a sua relação de notas e observações sobre as terras mais importantes por onde passavam.

O cardeal entrou no nosso paiz pelo Alemtejo, segundo o costume, de Elvas passou a Villa Viçosa e seguidamente a Extremoz, Evora, Monte-Mór-o-Novo, Palmella e por ultimo chegou ao Barreiro.

Para que se faça idéa do esplendor das solemnidades que

n'estas occasiões era costume fazerem-se n'esta villa, ouçamos o proprio companheiro do cardeal Alexandrino, na parte que mais directamente nos interessa.

«Pela volta da noite, acompanhados com dez tochas chegámos ao Barreiro, *bella villa* de tresentos fogos. Apeamo-nos á porta d'uma boa casaria, onde mora o alcaide, e *onde os reis costumam receber as rainhas, quando casam em Castella, ou outras personagens que por ahi passam.* Estava toda adereçada de finissimos pannos de Flandres de seda e ouro, excellentemente historiados. A ante camara do legado tinha um leito com columnas embutidas de ouro e negro, com varios lavores de animaes e arvores. O cortinado era de damasco preto, orlado de recamo d'ouro, os travesseiros de preciosa hollanda, recamados d'ouro, abotoados com muitos botões d'ouro macisso.

A camara tinha um leito de brocado d'ouro, canotilho sobre canotilho, com docel irmão, e travesseiros iguaes aos de fora. A sala onde comiam os prelados tinha um docel de velludo negro todo cuberto de lyrios d'ouro, e orlado de brocado de prata, com florões pretos. No aparador estava louça, entre dourada e de prata, que valeria 12:000 ducados havendo muitas peças lavradas de figuras, e quatro frascos ou talhas irmãas de 13 palmos d'altura. Na sala dois castiçaes de prata, que davam pela cintura, sustinham grossissimas tochas brancas, delicadamente lavradas de relevo. Em todos os aposentos havia cheiros suavissimos, adornos pelas paredes, e juncos pelo chão. [1] Os do legado estavam todos tapizados. Nas casas onde nos alojamos tudo era commodissimo e bem adornado, como camas de seda, e comida prompta para os que preferiam comer no seu quarto, que eram poucos, sendo muito mais agradavel o sumptuoso apparato da casa do alcaide, onde, ainda que a mesa fosse mal ordenada, porque esta gente tem pouco geito para isso, tinhamos *uma cêa magnifica e melhor que todas as que até ahi tiveramos*, sendo servida por trinta mancebos fidalgos, e em riquissima baixella d'ouro e prata. Em outras duas casas os gentis-homens e mais familia foram tratados com igual magnificencia, bebendo por copos de prata até os infimos creados, não faltando tochas para

[1] Ainda hoje no Barreiro, especialmente no verão, se vê em algumas casas mais pobres, vestigios d'este antigo uso.

acompanhar os que vinham cêar, voltando para a pousada, ou iam para qualquer parte. A' mesa dos prelados o improvisador *Cueres* (?) cantou á guitarra, em honra do legado e da infante D. Maria de Portugal de quem era tudo aquillo, e que fazia toda a despeza, os louvores dos prelados e d'alguns gentis homens; e depois varios outros á viola, aos tres e aos quatro, cantaram madrigaes engraçados, e bem trovados com palavras castelhanas. Muitos mancebos nobres, além dos trinta cuidavam com toda a attenção e presteza em servir o legado, e depois os prelados e mais pessoas, não deixando faltar cousa alguma que fosse necessaria, ou que se desejasse, tendo sido com este intento mandados de Lisboa pela serenissima infante. Além do que os donos das pousadas faziam aos seus hospedes toda a casta de obsequio e cortezia. A' tarde, depois do escurecer, foi espectaculo admiravel o vêr Lisboa, a distancia de duas leguas, assentada n'um alto, que parecia arder todo, tal era a multidão das fogueiras. No outro dia á tarde... cresceu a maré e podémos embarcar. Appareceram de repente muitos barcos de pesca e varios outros, afora cinco bateis. Embarcaram os cavallos por uma ponte de madeira que ha aqui, não sem a difficuldade e o perigo de se estropiarem, e pela passagem pagou-se meio escudo de cada um.»

Attendendo pois á importancia de que o Barreiro já gozava n'estas epochas, é para nós ponto de fé que teve foral que se extraviou, o que não é para admirar, se repararmos nos innumeros descaminhos, e mesmo roubos descarados, que se deram quando se tratou da organisação das bibliothecas publicas e sobretudo na remoção das livrarias monasticas, depois da extincção das ordens religiosas; quantos milhares de livros extraviados foram assentar arraiaes em estereis livrarias particulares, e outros documentos de menos importancia fôram embrulhar assucar em obscuras mercearias.

Isto, porém, não succedia só nas altas regiões com preciosidades unicas, verdadeiros padrões da nossa antiga gloria, como se deu com o tratado de paz feito com o rei d'Ormuz, realisado por Affonso d'Albuquerque; este tratado em fórma de livro, escripto em folhas d'ouro com caracteres abertos a buril, foi enviado em uma caixa de prata a el-rei D. Manoel e devia existir na Torre do Tombo.

Ouçamos as expressões sentidas com que o distincto escriptor o sr. Pinheiro Chagas se refere a este assumpto:

«... Onde param agora estes monumentos sublimes da nossa epopéa indiana, esses brazões immortaes da nossa gloria? Ah! e estranhamos que a Europa nos esqueça, a nós que assim olvidamos os pergaminhos da nossa nobreza de nação!»

Os vicios que partem de cima propagam-se depressa; e o mal, que foi bem de muitos, affectou as aldêas ainda as mais insignificantes, onde alguns patriotas d'antes se faziam, e hoje se elegem, membros de differentes corporações ás quaes serviam por amôr da justiça e do proximo, segundo elles affirmavam, mas cujo fim principal, senão unico, era terem entrada nos respectivos archivos e cartorios com o fim de a seu bel-prazer fazerem transportar, para suas casas, o que mais lhes conviesse, documentos que, por esquecimento, por agitações politicas, por fallecimento das pessoas que os tinham em seu poder, outras vezes por um desmesurado cynismo, nunca mais voltavam aos seus respectivos logares; assim se perderam innumeros fóros, pensões e legados, que enriqueciam as antigas misericordias, irmandades, confrarias e hospicios, que n'outro tempo tanto bem prodigalisavam e que hoje, a cada momento, estão a ser extinctas por falta de meios com que fazerem face á sua sustentação, devido quasi sempre, inquestionavelmente, á sua pessima administração.

Desgraçadamente, d'estes factos, ainda talvez se possam apontar alguns no Barreiro.

O que succedia nos archivos repetia-se, do mesmo modo, nos depositos de alfaias e outros objectos de valôr.

É por este motivo que hoje no Barreiro se não encontram vestigios das irmandades ou confrarias de S. João, S. Pedro, S. Roque, Santa Barbara, Nossa Senhora do Rosario da freguezia e dos Terceiros, que hoje se acham despidas de todos os seus rendimentos, chegando as bellas imagens dos Terceiros, que são das melhores esculpturas que existem n'esta villa, a estar occultas por detraz d'um altar, apesar de muitissimo bem conservadas por não terem um andrajo com que se cubram e possam exhibir ao publico, quando n'outro tempo só a prata com que se adornavam pesava bastantes kilos.

É ainda por estas mesmas causas e pelo seu quasi completo desleixo e desvio de valôres, que as ricas irmandades da Mise-

ricordia, SS. Sacramento e a de Nossa Senhora do Rosario chegaram ao deploravel estado em que se encontram.

O proprio archivo da camara, como os outros, se encontra exhausto de elementos que possam servir de base a qualquer noticia historica, que auxilie e avigore as poucas instituições que ainda hoje restam, pois que, infelizmente, tudo tem sido saqueado e defraudado lentamente, com prejuizo de muitos e proveito de bem poucos. [1]

Mas é tambem fóra de duvida que um bom quinhão de todas estas responsabilidades compete, unica e exclusivamente, ás respectivas auctoridades por não exercerem sobre essas corporações e seus bens a vigilancia que as leis lhes impõem.

Poucos paizes haverá que mais leis tenham do que o nosso, mas infelizmente tambem nos parece que poucos serão aquelles em que menos se cumpram.

Ainda ha pouco tempo, ouvimos a um nosso amigo, illustre advogado dos auditorios de Lisboa, uma muito approximada, senão exacta, definição do que são as leis no nosso paiz.

As nossas leis, dizia elle, são verdadeiras teias d'aranha que prendem as pequenas moscas e que os grandes animalejos rompem passando por ellas; é assim que muitas vezes se mette na enxovia um mendigo, porque, tendo fome, roubou um pão e até porque estendeu a mão pedindo uma esmolla e se deixam passeiar impunemente muitos titulares e grandes capitalistas, puchados por soberbos alasões, que com o rodar dos seus trens enxovalham de lama as barbas dos homens honrados, sem que ninguem lhes pergunte d'onde lhes veiu o dinheiro.

Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, diz que o Barreiro teve foral concedido por el-rei D. Manoel em Lisboa em 7 de maio de 1514; esta affirmativa, porém, parece-nos equivoco do illustre escriptor. Julgo que essa asserção lhe foi

[1] O pae do auctor d'estas linhas, que por varias vezes exerceu os cargos de juiz e administrador d'este concelho, foi presidente da camara em 1850; existe no respectivo archivo um livro, por elle rubricado, que no termo d'abertura diz ser destinado para registo de todos os bens pertencentes á camara.

E' este livro e pouco mais, o unico vestigio que encontramos da vereação d'esta época; nem sequer o proprio livro das actas existe no archivo!

inspirada pelo livro dos foraes, de Franklin, de que vimos um exemplar na bibliotheca nacional de Lisboa, pois que n'elle diz o auctor que el-rei D. Manuel, n'este mesmo dia e anno, deu foral a uma povoação chamada Barreiro; Franklin, porém, não se refere á villa de que estamos tractando, mas sim a uma outra povoação que, com este mesmo nome, existe na provincia da Beira.

A proposito, diremos que o padre Luiz Cardoso no seu *Diccionario Geographico Portuguez*, de que apenas nos deixou publicados os dois primeiros volumes, menciona sessenta e sete povoações com o nome de Barreiro, além de dois pequenos rios.

*

* *

Antigamente o Barreiro era bastante doentio; ainda não ha muitos annos que costumava ser assaltado quasi que annualmente por horriveis epidemias que vinham lançar a desgraça e o terrôr no seio d'esta povoação, envolvendo no lucto e na miseria centenares de pescadores pobres que, mal podendo arcar com a fome, tinham ainda de luctar atrozmente com a doença.

A imprensa jornalistica por muitas vezes se occupou d'este assumpto, pedindo ao governo urgentes providencias; um dos apostolos mais fervorosos d'esta cruzada foi o distincto medico Manuel Luiz Machado, que durante muitos annos exerceu clinica no Barreiro, onde derramou innumeros beneficios e onde ainda hoje é lembrado com saudade.

Para estabelecermos confronto, transcrevemos em seguida a sua opinião, acerca d'este assumpto, segundo um seu artigo inserto no numero 152 do jornal *Imprensa*, publicado em 1852.

«... Todos os annos, mais ou menos intensas e funestas, e de vez em quando com o caracter mais ou menos epidemico reinam na villa do Barreiro, *febres*, as quaes ou logo *typhoides* no seu periodo de invasão, ou *gastro intestinaes simples*, com facilidade a tombarem rapidamente em typhos, augmentam a desgraça d'aquella gente, carregando de lucto e dôr muitas familias, le-

vando o terror ás povoações visinhas, assustando as auctoridades de Lisboa, susceptibilisando o paiz...

... A uma tal pobreza, rasão fóra do alcance do governo, e que só o tempo poderia attenuar inspirando o ceu mais individuos como o sr. Abraham e Nicola que alli dão trabalho e pão a muita gente d'ambos os sexos, accrescem rasões venciveis e vergonhosas, que o governo deve fazer cessar porque lhe cumpre, porque decerto deseja obstar ao mal, como se vê pelas provas que, a exemplo d'outras administrações, está ora exhibindo, dando dinheiro para dietas e remedios, isto é, dando meios para remediar em parte e temporariamente a nequicia do mal, podendo aliás prevenil-o, evitando assim o soffrimento, a mortalidade e sequentes infortunios bem como a necessidade quasi de levar ao orçamento uma verba para todos os annos mandar para o Barreiro. Taes rasões *venciveis e vergonhosas* são as que saltam aos olhos no seguinte traço topographico. Uma rua faz quasi exclusivamente aquella villa.

Uma praia bella, linda, aceiadissima em si, a unica que se mira no famoso espelho da capital, sacode pelos nortes e noroestes que alli, no verão, calam certos, muita da sua areia sobre as casas d'este lado, havendo telhado quasi ao nivel do chão! Sendo por consequencia a dita rua invadida de carradas e carradas d'areia n'uma só tarde de vento rijo, tornando-se *sempre* uma perfeita praia, e o calor é alli reflectido urentemente. Proximo das casas do lado da praia fazem os moradores d'um e outro lado da rua as suas montureiras e serventias. Uma valla que a camara manda de inverno abrir no sentido longitudinal da rua, com transversaes para escoarem as aguas da chuva que a alagam e tornam *intransitavel*, esta valla serve para n'ella se lançar revoltantemente, parte do que iria para as montureiras!

E taes immundicies mais ou menos diluidas e exhalantes assim se conservam, senão em toda a rua, n'uma boa parte d'ella até a vespera da procissão dos Passos (em abril), dia em que a valla é toda arrasada, mas ficando aquelles logares muito impregnados e abafando aquellas decomposições, que d'ahi a pouco o calôr vem fazer exhalar, ficando assim expostas á respiração de todos conjunctamente com os *aromas* das montureiras.

Na mesma rua dois cazarões, que só ha pouco foram fechados; o matadouro dentro da villa, e sem policia alguma; um

pantano n'uma das extremidades da villa, filho das marés d'aguas vivas: em conclusão, *exhalações mephyticas, calor urente reflectido, subitas mudanças de temperatura* por um norte ás vezes frigidissimo, são as rasões das febres do Barreiro por mim presenceadas, e como posso provar vantajosamente tratadas na grande epidemia de 1842 e endemias dos seguintes annos até 1846, tempo em que d'aquella terra sahi; e as mesmas agora alli reinantes com caracter *typhoide* mais ou menos insidioso e funesto como eu as tenho visto agora por ter sido alli chamado, sendo para mim, n'esta conjectura, perfeitamente *endemico-epidemicas*..... .....

Portanto agora srs. jornalistas, vós que sois as sentinellas da civilisação, e tão incessantes pela saude publica, respondei a este grito de soccorro com um echo de humanidade. Respondei-me ao menos um *alerta está*. Eu assim o espero, vendo que nem só a barra do Porto é uma questão humanitaria.....

... a questão reduz-se a perderem-se vidas podendo salvar-se! Pois no Barreiro igualmente se evaporam vidas; e na face e nos labios da viuva e do orfão, o pranto e as lagrimas pedem ao ceu conforto e valimento, senão tambem justiça, porque embora de um modo mais familiar o cypreste lá vae vegetando á custa da humanidade desprotegida.

Esta questão na altura em que eu a quero, e ella merece ser tractada, exige que da tribuna uma voz ao menos se levante, mostrando que n'este desgraçado Portugal, ainda apesar de todos os pesares, só se realisa a barbara theoria de Maltus por desleixo ou ignorancia dos factos. Interrogue-se pois o competente ministro, disponham-se as coisas para o radical plano sanitario (salva-vidas) que as camaras devem authorisar por não caber de certo nas forças d'aquelle municipio, a despeza approximada de tres contos de réis, talvez, muito menos! Eis a rasão porque o meu brado, leva e deve levar um vôo d'aguia, tão alto como as circumstancias e a humanidade reclamam.

E pelo que respeita á consideração que este meu brado possa merecer, o governo que diga ao conselho de saude publica (que do coração me ouvirá). Ouvi esse homem, que brada soccorro para uma povoação afflicta, ouvi-o, responsabilisae-o até pelo que tanto assegura: não pode ser-nos indifferente uma voz bradando soccorro para tres mil e tantas almas, e para mais,

dando luz sôbre o mal e sôbre o remedio. Sêde seu juiz, que é elle mesmo quem vol-o pede. E de facto: pela responsabilidade activa e passiva que me cabe, eis ahi a minha assignatura. Lisboa 1 de julho de 1852. (assignado) Manoel Luiz Machado; cirurgião medico.»

Eis a descripção triste e dolorosa mas exacta e verdadeira do que era o Barreiro, ainda ha menos de quarenta annos.

Mas que differença tão notavel, que metamorphose tão completa realizada em tão curto lapso de tempo!

O Barreiro de hoje não conserva nenhuma das horriveis recordações d'então, a areia limita-se apenas a uma larga facha á borda do Tejo, formando a magnifica praia, o pantano desappareceu, os focos pestilentos, que existiam a cada passo, foram destruidos, e a limpeza, actualmente, na impossibilidade de poder fazer-se por meio d'uma canalisação regular, pois que o nivel das ruas é quasi o mesmo que o do rio, é feita por carroças municipaes que, percorrendo a villa duas vezes ao dia, recebem as dejecções e as vão lançar a grande distancia da povoação.

O matadouro hoje collocado n'um optimo local, fóra da villa, conserva-se com asseio e é geralmente bem policiado.

As ruas são planas e espaçosas, todas calçadas e limpas, orladas de muitos predios na maioria modernos e elegantes e na totalidade extremamente asseiados.

Depois da abertura do caminho de ferro do Sul e Sueste, de que o Barreiro é estação *terminus* e principal, assumpto de que n'outro logar trataremos, esta villa tem progredido gigantescamente; o caminho de ferro foi, para esta povoação, o braço vigoroso do athleta que veiu rasgar o veu de tristeza e miseria que a envolvia.

A falta de trabalho desappareceu com as grandes officinas e continuas obras do caminho de ferro, em que se empregam assiduamente muitos centenares de braços.

Todos os dias se vêem erguer novas edificações, augmentando o numero de ruas, as rendas teem duplicado e com tudo as casas não sobram, porque a povoação se tem desenvolvido d'uma maneira verdadeiramente extraordinaria.

Os differentes generos de consumo apesar de terem subido já consideravelmente de preço, teem muita procura e facil exportação.

É, em extremo, consideravel o grande numero de familias que nos ultimos annos aqui teem vindo estabelecer-se, sendo assim muito maior o consumo, girando mais capitaes e augmentando por isso mesmo a riqueza material da povoação.

*

* *

Apesar porem da miseria d'outros tempos e das continuas epidemias que na sua passagem arrastavam centenares de vidas, teem sido frequentes n'esta villa os casos de macrobia; de entre outros citaremos, de preferencia, os dois seguintes, notaveis pelas coincidencias que os acompanharam.

No dia 17 d'outubro de 1731, falleceu n'esta villa Antonia Rodrigues e poucos momentos depois seu marido João Rodrigues Escurinhado, este com a bonita edade de cento e vinte e cinco annos, e aquella com cento e quatro, tendo sido casados proximamente oitenta e oito annos!

João Rodrigues Escurinhado serviu como soldado, nos terços dos portuguezes que os hespanhoes tinham em Flandres, até 1640, anno em que foi acclamado D. João IV; n'essa occasião fugiu d'alli para vir alistar-se entre os bravos caudilhos da gloriosa revolução do primeiro de dezembro, tomando parte na restauração de Evora.

Ambos os cadaveres foram levados á egreja na mesma tumba e diz-se que foram collocados n'uma mesma sepultura na matriz d'esta villa.

Em 8 de dezembro de 1867 falleceu tambem no Barreiro, d'onde era natural, Antonia Pereira, que nasceu em dezembro de 1771, casou em 1787, enviuvou em 1831, conservando-se ainda n'este estado trinta e seis annos; durante a sua longa vida teve a honra de contar dezeseis filhos, trinta e nove netos, trinta e septe bisnetos e quatro tetranetos; quando a morte a surprehendeu havia dado precisamente ao mundo tantos descendentes quantos os annos que possuia, noventa e seis.

Que bella colonisadora!

Esta mulhersinha, apesar de muito pobre, viveu sempre com honra e probidade, e por isso, merecedora de todo o elogio.

*

* *

Com quanto haja quem affirme que o Barreiro pertenceu ás commendadeiras de Santos, julgo que tal nunca succedeu, a não ser talvez em epochas muito remotas, visto que aquella congregação já existia no reinado de D. Affonso III, tendo então casa na villa da Arruda; mais tarde passaram para Alcacer do Sal, e em 1490 para Lisboa, onde D. João II lhes fundou o convento de Santos o Novo.

Os senhores donatarios do Barreiro, segundo affirma a maior parte das chronicas, foram sempre os duques de Aveiro, cujo titulo foi creado por D. João III; possuimos até um pergaminho com data de 1668, assignado pelo duque, em que chama ao Barreiro sua villa.

Os duques residiam no seu sumptuoso palacio situado em Villa Nogueira, tres leguas ao sul do Barreiro.

Hoje este edificio, que n'outro tempo por varias vezes serviu de habitação a differentes monarchas, acha-se muitissimo damnificado; como palacio ducal, porém, na sua época, diz-se que rivalizava com todos os de Portugal e ainda com os melhores de Hespanha.

Em 1759 passou o Barreiro a pertencer á coroa em consequencia de ter sido extincta esta opulenta casa, sendo ultimo duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas, que, accusado de attentar contra a vida de el-rei D. José I e tendo sido preso no seu palacio de Azeitão no anno de 1758, foi uma das dez victimas d'esse barbaro, horroroso e infame supplicio, determinado ou inspirado pelo marquez de Pombal e levado a effeito no dia 13 de janeiro de 1759, na praça do caes de Belem.

A carnificina começou ás oito horas e um quarto da manhã, pela marqueza de Tavora, e terminou ás tres horas da tarde, sendo o duque de Aveiro o penultimo executado.

Nada se póde imaginar de mais horrivel e execrando do que as sentenças proferidas n'este processo!

O marquez de Tavora, por exemplo, assistiu á execução da propria esposa e de seu filho, sendo por ultimo egualmente suppliciado; a marqueza de Tavora sentada n'um banco tosco, a meio do cadafalso, foi degolada por detraz; o filho, cinco quartos de hora depois, morreu, de garrote, encostado a uma aspa em consequencia do seu extremo estado de fraqueza; e assim, successiva e lentamente, foram exterminados todos os reus, sendo José Polycarpo de Azevedo o que menos soffreu, por isso que, apesar das grandes pesquisas e altas recompensas offerecidas a quem o apresentasse, apenas poderam conseguir queimal-o, em estatua.

O que mais parece incrivel, no meio d'estas enormes monstruosidades, é que decorridos vinte e seis annos, estando no throno D. Maria I, os juizes encarregados de reverem este processo, no dia 3 de abril de 1785, declarassem *innocentes* todos os individuos n'elle implicados, tanto os que se achavam ainda degredados ou cumprindo prisão, como os que tinham sido suppliciados no caes de Belem!

Eis a sentença condemnatoria, exarada n'este processo, na parte que diz respeito ao ultimo donatario do Barreiro:

«Condemnão ao Réo Joseph Mascarenhas, que ja se acha desnaturalizado, exautorado das honras, e previlegios de Portuguez, e de Vassallo, e Criado; degradado da Ordem de Santiago, de que foi Commendador; e relaxado a esta Junta, e Justiça Secular, que n'ella se administra; a que, como hum dos tres cabeças, ou chefes principaes d'esta infame conjuração, e do abominavel insulto, que d'ella se seguio, seja levado com baraço, e pregão á Praça do Caes do lugar de Belém; e que n'ella em um cadafalso alto, que será levantado de sórte, que o seu castigo seja visto de todo o Povo, a quem tanto tem offendido o escandalo do seu horrorosissimo delicto; depois de ser rompido vivo, quebrando-se-lhe as oito canas das pernas, e dos braços, seja exposto em uma roda, para satisfação dos presentes, e futuros Vassallos d'este Reino: E a que depois de feita esta execução, seja queimado vivo o mesmo Réo com o dito cadafalso, em que for justiçado, até que tudo pelo fogo seja reduzido a cinzas, e a pó, que serão lançados no mar, para que d'elle, e da sua

memoria não haja mais noticia. E posto que como o Réo dos abominaveis crimes de rebellião, sedição, alta traição, e parricidio, se acha ja condemnado pelo Tribunal das Ordens em confiscação, e perdimento de todos os seus bens para o Fisco, e Camera Real, como se tem praticado nos casos, em que se commetteo crime de Lesa Magestade de primeira cabeça: com tudo attendendo-se a ser este caso tão inopinado, tão insolito, e tão estranhamente horroroso, e incogitado pelas Leys, que nem ellas derão para ella providencia; nem n'elle se póde achar castigo, que tenha proporção com a sua desmedida torpeza; pelo que com este motivo se supplicou ao dito Senhor em Consulta d'esta Junta, com cujo parecer foy Sua Magestade servido conformar-se, a ampla jurisdicção de estabelecer todas as penas, que se vencessem pela pluralidade dos votos, além das que pelas Leys, e Disposições de Direito estão determinadas: E considerando-se, que a mais conforme a Direito he a de escurecer, e desterrar por todos os modos da lembrança o nome, e a recordação de tão enormes delinquentes: Condemnão outro sim ao mesmo Réo não só nas penas de Direito commum, para serem derribadas, e picadas todas as suas Armas, e Escudos em quaesquer lugares, em que se acharem postos; e as casas, e edificios materiaes da sua habitação, demolidos, e arrazados de sórte, que d'elles não fique sinal sendo reduzidos a campo, e salgados; mas que tambem todas as casas formaes, ou vinculos por elle administrados; n'aquellas partes em que houverem sido constituidos em bens da coroa, ou que houverem sahido d'ella por qualquer modo, ou titulo que fosse; como por exemplo o forão os bens declarados nas Doações da Casa de Aveiro, e os mais semelhantes, sejão confiscados, e perdidos desde logo com effectiva reversão, e incorporação na mesma Coroa, donde sahirão, sem embargo da Ordenação do liv. 5. tit. 6. § 15., e de quaesquer outras Disposições de Direito, e clausulas das Instituições, e Doações por mais exuberantes e irritantes que sejão: Consultando-se ao dito Senhor esta decisão com a supplica de mandar cassar, averbar, e trancar na torre do Tombo, e nas mais partes onde pertencer os sobreditos Titulos, para que como cassados e anullados se não possam mais extrahir copias d'elles, nem serem admittidas em Juizo, ou fóra d'elle, as que já se acharem extrahidas em mãos particulares; nas quaes não terão

fé, ou credito algum para se poderem allegar, produzir, ou attender em algum Auditorio, ou Juizo; mas antes, logo que forem apparecendo, serão sequestradas, e remettidas ao Procurador da Coroa, para serem laceradas, e rotas, como nullas, para, como taes, não poderem em caso algum produzir effeito, ou prestar impedimento. O mesmo mandão, que se observe pelo que pertence aos Prazos de qualquer natureza que sejão, com a providencia estabelecida sobre a venda d'elles em beneficio dos direitos Senhorios pela Ordenação do liv. 3. tit. 1. § 1. Pelo que pertence porem aos outros Morgados constituidos com bens patrimoniaes dos Instituidores, que os fundarão; declarão, que se deve observar em beneficio dos que n'elles houverem de succeder, o que se acha determinado pela Ordenação do liv. 5. tit. 6. § 15.»

Oh! sancta liberdade, que para tão longe arrojaste estas monstruosas infamias.

* * *

Esta villa era cabeça de condado; a primeira e julgo que unica vez que se concedeu o titulo de Conde do Barreiro, foi a D. Manuel José de Souza, agraciado por el-rei D. João VI, quando ainda principe regente.

O titulo precedente de conde desappareceu e, por alvará de 11 de janeiro de 1863, foi creado o de visconde do Barreiro concedido por el-rei D. Luiz, em uma vida, a Francisco da Silva Mello Soares de Freitas, homem que tendo adquirido bastantes capitaes no imperio do Brazil, e voltando ao nosso paiz, foi um dos directores da primitiva companhia dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, estabelecendo-se por essa occasião, n'uma quinta, proximo do Lavradio, denominada quinta da Fonte.

Era conselheiro de S. Magestade, fidalgo cavalleiro da casa real e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

N'esta mesma quinta, nasceu Luiz de Mendonça Furtado,

que foi vice-rei da India, e a quem, em 1670, el-rei D. Pedro II concedeu o titulo de conde do Lavradio; hoje é propriedade do sr. conde de Bomfim, em consequencia do seu casamento com a sr.ª D. Luiza, filha do primeiro visconde do Barreiro.

Este titulo com quanto, na sua origem, fosse concedido apenas em uma vida, julgo que tem continuado no filho primogenito, sr. José da Silva Soares Freitas de Mello.

*

* *

A 27 de abril de 1688 nasceu n'esta villa o escriptor Fr. Francisco do Rosario, o qual recebeu o habito no convento de Setubal e professou no de Sancta Maria de Xabregas, a 5 de outubro de 1709; estudou theologia no convento de Valhadolid, em Hespanha, e por ser eximio em cantochão foi professor dos Agostinhos descalços.

Além d'este escriptor e d'outras pessoas de elevada posição social que mencionamos no decorrer d'este nosso modesto trabalho, houve ainda muitos outros homens, d'uma certa notabilidade, naturaes do Barreiro.

O padre Luiz Cardoso no seu Diccionario escreveu o seguinte: — «D'esta villa foram naturaes Francisco Dias do Amaral, desembargador da Casa da Supplicação; o desembargador João Pereira de Souza que sendo muitos annos Provedor da Fazenda Real na ilha da Madeira, morreu na cidade do Porto aposentado; e outros mais, que a estão ennobrecendo, tanto pelas qualidades de seu sangue, como pelas letras, e occupações politicas».

O chronista da *Provincia d'Arrabida*, fallando do Convento da Verderena, diz que era: «Este convento antigamente procurado dos velhos, pelas muitas caridades, e mimos, com que os tratavam *varios fidalgos* devotos da provincia, *que viviam nas suas quintas circumvisinhas, de que está povoado este districto.*»

No dia 26 de maio de 1874, falleceu no termo d'esta villa,

na sua quinta de S. Marcos,[1] situada proximo do convento da Verderena, com oitenta e dois annos de edade, o grande politico Joaquim Antonio d'Aguiar, um dos primeiros estadistas do seculo XIX, a quem o Barreiro muito deve, e certamente se não fosse elle não seria hoje esta villa a estação principal dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, felicidade que parecia estar destinada para Aldegallega ou Cacilhas.

Depois da sua morte foi transportado para Coimbra, onde nascera a 24 de agosto de 1792 e onde jaz sepultado, n'um modesto mausoleo de marmore, tendo, na frente, esculpido o seu busto.

Esta quinta de S. Marcos, hoje propriedade do sr. visconde de Bucellas, dizem ter pertencido a uns antigos fidalgos e que n'ella existia um sumptuoso palacio que, conjunctamente com os seus moradores, desappareceu por effeito do terrivel terramoto de 1755, de triste memoria.

*
* *

Houve no Barreiro, até 1834, uma companhia de ordenanças cuja capitania mór era na villa da Moita.

Em 24 de janeiro de 1824, foi nomeado alferes da 4.ª companhia, que era a que então se achava no Barreiro, João Dias Corrêa, natural d'esta villa e avô materno de quem está colligindo os presentes apontamentos.

A 3 de junho de 1776 foi, por el-rei D. José I, nomeado capitão de ordenanças da villa do Lavradio Francisco Alvarez Cazal, tambem do Barreiro.

Por um decreto dado em Queluz a 24 de Março de 1797, concedeu D. Maria I, a Francisco Alvarez Cazal, a honra de usar da insignia de cavalleiro da ordem de Santiago, sem ainda o ser.

Recebeu o habito de cavalleiro, na egreja do mosteiro de

[1] Esta quinta, apesar de ficar no termo do Barreiro, pertence á freguezia do Lavradio; quando tratarmos d'esta villa, apresentaremos os principaes traços biographicos d'esse grande vulto, bem como a gravura da humilde casa onde elle se finou.

Santos, em Lisboa, por um decreto da rainha, assignado pelo principe regente em 5 de outubro de 1798.

N'esse mesmo dia foram assignados mais dois decretos, um concedendo-lhe o grau de cavalleiro professo logo que tomasse o habito, e outro conferindo-lhe a especial honra de poder «*trazer vestidos de panno, e sedas, de quaesquer côres, anneis, joyas, cadeas, e Habito de ouro*», o que era expressamente prohibido a todos os cavalleiros d'esta Ordem.

Em 17 de março de 1803, o principe regente do reino, D. João, nomeou-o sargento-mór das ordenanças, sendo ministro da guerra o marquez de Vagos.

O serviço de milicias foi instituido, em Portugal, por el-rei D. Manuel, sendo D. Sebastião, quem depois melhor o reorganisou e desenvolveu, creando por essa occasião o posto de sargento mór.

Em 27 de novembro de 1809, foi egualmente reformado n'esse mesmo posto, o capitão d'ordenanças, João Pinheiro Borges, tambem natural d'esta villa.

Em novembro de 1846, falleceu ainda no Barreiro, onde residiu por muitos annos, o capitão de milicias de Setubal, José Miguel Saraiva da Fonseca Morgado.

Francisco Alvarez Cazal foi tambem nomeado commandante da cavallaria das cinco villas, da Moita e annexas (Barreiro, Lavradio, Alhos Vedros e Coina), sendo encarregado da defesa da Peninsula do Sul o general Manuel d'Almeida e Vasconcellos.

Um seu filho, Francisco Alves Cazal, por decreto de D. Miguel, datado de 28 de septembro de 1832, foi nomeado capitão d'ordenanças da villa do Barreiro, sendo depois, por varias vezes, juiz, presidente da camara e administrador d'este concelho; sua irmã, D. Maria Clementina Cazal, casou com o medico fallecido n'esta villa Antonio Maria Pimenta, que foi cirurgião mór do batalhão de Malta, e socio correspondente da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa.

D'este matrimonio houve uma filha que casou com Antonio Luiz da Cunha, tambem fallecido n'esta villa onde jaz sepultado; possuia o posto de coronel commandante do regimento de Infanteria n.º 13 e era condecorado com as medalhas de prata de comportamento exemplar, valor militar, bons serviços, habito

da ordem militar de S. Bento d'Aviz, e habito de torre e espada de valor, lealdade e merito.

Durante o curto interregno em que o nosso paiz foi governado por D. Miguel, creou-se n'esta villa uma companhia de paizanos, denominada da *chuçadeira*, em consequencia dos seus alistados terem por arma um *chuço*, comprida haste de pau que terminava superiormente por uma choupa de ferro aguçada em ponta.

D'esta companhia, para a qual o recrutamento era feito com todo o rigor, foram capitães João Dias Corrêa e Francisco Alves Cazal; para campo de manobras era escolhido o largo do Rosario, onde todos os dias ia fazer exercicio.

D. João VI costumava vir frequentemente a esta villa; uma das vezes achando-se na Quinta Real do Alfeite, resolveu de subito visitar o Barreiro; metteu-se n'um escaler juntamente com a infanta D. Anna de Jesus, então muito nova, marquez de Loulé e o almoxarife do Alfeite, desembarcaram no caes de Nossa Senhora do Rosario, na quinta actualmente do sr. Reynol, e dirigiram-se para a egreja de Nossa Senhora do Rosario onde entraram, vindo a infanta a cavallo até á entrada da villa.

Depois percorreram toda a povoação acompanhados das principaes pessoas da villa, incluindo algumas senhoras, e como se agglomerassem muitos maritimos pobres, el-rei mandou distribuir doze moedas (57:600 réis) de esmolas.

Deu-se a coincidencia de nenhum dos viajantes trazer comsigo sequer um real, vendo-se o almoxarife na necessidade de pedir esta quantia emprestada; por essa occasião foi Francisco Alves Cazal nomeado reposteiro da casa real.

Em 21 de julho de 1833, deu-se n'esta villa um episodio comico-historico digno de registar-se.

Quando constou no Barreiro que havia passado, proximo ao Rio Judeu, o conde de Villa Flor, depois duque da Terceira, com as tropas liberaes victoriosas, e que se dirigia sobre Almada, todo o povo se revolucionou, immediatamente, dando vivas a D. Pedro e morras a D. Miguel; e, depois de grande alarme, sempre dirigidos especialmente pelo capitão de milicias Antonio José Pereira e pelo medico d'esta villa Antonio Candido Lobato, (chegada a noite) collocaram pela praia grande numero de sac-

cos de pinhas e barricas d'alcatrão accesas, em signal de regosijo; produziu grande panico em Lisboa esta manifestação; e os realistas, ignorando que o conde de Villa Flor se achava tão proximo, tomaram-n'a como uma pequena revolução isolada, facil de suffocar, e affirma-se que o governo chegara até a mandar preparar um navio de guerra para canhonear o Barreiro, caso os animos se não acalmassem.

O que é facto, porém, é que no dia seguinte, 22 de julho, logo de manhã, aportou á praia um escaler do arsenal da marinha, tripulado por grande numero de marujos, conduzindo um official d'armada, encarregado pelo governo de syndicar acerca dos factos succedidos no dia anterior.

Depois do escaler andar por muito tempo bordejando pela praia, para um e outro lado, afim de se certificar se a povoação estava em socego, desembarcou por ultimo o official e dirigiu-se, acto continuo, a casa do capitão de ordenanças Francisco Alves Cazal e, depois de prolongada e aspera conversação, perguntou-lhe quaes as medidas que havia posto em pratica para reprimir os desatinos populares; como elle lhe respondesse que nada havia podido fazer, em consequencia da energica attitude do povo, recebeu logo ordem de prisão.

Precisamente n'este momento, entrava na saleta, onde isto se passava, o velho octogenario de rija tempera, Francisco Alvarez Cazal, que, tremulo pelo peso dos annos e da indignação, depois de haver dado ordem para que fechassem todas as portas de sua casa, bradou ao official: — preso está o senhor, á minha ordem como commandante da cavallaria d'estas villas, por ter aqui vindo exercer auctoridade, sem me pedir venia, chegando a prender meu filho e em minha propria casa,— e, acompanhando a palavra com a acção, intimou-o a que depozesse a espada, a qual o official immediatamente lhe entregou.

Este official foi tratado com todas as attenções, conservando-se preso na casa da camara; com o intuito de que a noticia não passasse a Lisboa, o povo metteu todos os marinheiros na enxovia, encalhando o escaler na praia; outros dizem que este fôra queimado pelos mais enthusiastas.

Difficilmente se pode descrever a alegria de toda esta gente quando, no dia seguinte, ouvindo alguns tiros para os lados da Cova da Piedade, seguidos de grandes descargas já mais proxi-

mo d'Almada e de alguns tiros de peça, d'ahi a pouco, poderam ver arrear, no castello d'esta villa, a bandeira azul e encarnada; era chegado o dia 23 de julho de 1833, e precisamente n'esse momento, emquanto o povo despedaçava pelas ruas d'Almada o corpo de Telles Jordão, tomava o duque da Terceira posse d'este castello, içando a sympathica e triumphante bandeira constitucional.

No dia immediato succedia o mesmo ao castello de S. Jorge, de Lisboa.

A estes factos, memoraveis nos annaes da nossa liberdade, e ás continuas e successivas derrotas das tropas de D. Miguel, que terminaram pelo exilio d'este principe, deveram muitos barreirenses o conservarem ainda por alguns annos a cabeça sobre os hombros.

*
* *

O concelho do Barreiro compõe-se de tres freguezias, Santa Margarida do Lavradio, Nossa Senhora da Graça de Palhaes e Santa Cruz do Barreiro; fôram annexados a este os concelhos da Moita e Alhos Vedros, sómente na parte administrativa, por decreto de 24 de dezembro de 1851, e no todo, por decreto de 24 de outubro de 1855.

A carta de lei de 18 do septembro de 1861 creou novamente o concelho da Moita, annexando-lhe a freguezia de S. Lourenço de Alhos Vedros, pertencendo desde então a este concelho, como ainda hoje succede, simplesmente a de Palhaes e a do Lavradio.

A villa do Barreiro tem só uma freguezia com cerca de 900 fogos, e approximadamente 4,000 almas, numeros redondos.

Segundo o censo de 1 de janeiro de 1878, a freguezia de Santa Cruz do Barreiro tinha n'aquella época 845 fogos com 3,288 almas, sendo 1,744 do sexo masculino e 1,544 do feminino, possuindo 41 individuos da edade de 71 a 80 annos, e 4 de 81 a 95!

Segundo a matriz do corrente anno de 1886, possue esta freguezia 796 predios, no valor total de 583:371$300 réis; tres fabricas a vapor, uma de massas e duas de moagens, sendo uma d'ellas, a que gira sob a firma Luiz da Costa & C.ª, de grande desenvolvimento e digna de visitar-se; 4 fabricas de preparação e exportação de cortiça, em grande escala; uma de injecção de madeiras; duas de descascar arroz; 2 cordoarias e dois fabricantes de cordel; 2 importantes estaleiros de construcções navaes; 3 fornos de cal; 4 alugadores de trens e 11 trens particulares; 2 talhos; 3 salchicharias; um abundante mercado de peixe; 6 padarias; 4 estabelecimentos de fanqueiro e grande numero de pequenas mercearias, vendas de hortaliça, vinho, etc., etc.

O concelho paga de contribuição de rendas de casas, 1:419$415 réis, de sumptuaria 199$920 réis, industrial 3:374$299 réis e predial 5:894$470 réis, ou sejam 10:888$104 réis; de impostos municipaes, directos 1:000$000 réis, indirectos 4:172$100 réis, contribuição de trabalho 700$000 réis; importando o imposto districtal na quantia de 1:000$000 réis.

A camara municipal possue a importancia de 6:400$000 réis em inscripções da Junta do Credito Publico.

O concelho do Barreiro está classificado como de 4.ª ordem para pagamento de contribuições indirectas, industriaes, renda de casa e sumptuaria, e de 3.ª classe como repartição de fazenda.

Na praça de Santa Cruz, lado do norte, ficam situados os paços do concelho, cuja fundação se ignora completamente; o edificio é relativamente humilde e de muito modestas proporções; na sala principal está collocada uma photographia em busto, de tamanho natural, do sr. Miguel Paes.

Contiguo fica o archivo do municipio onde se conservam, actualmente, com todo o methodo e bem dispostos, os pouquissimos documentos que ainda restam; as paredes estão adornadas com tres grandes telas, duas são os retratos de el-rei D. João VI e da rainha D. Maria I, e a terceira representa Nossa Senhora da Conceição, collocada sobre uma nuvem rodeada de anjos, este quadro é encimado por duas figuras allegoricas segurando uma corôa de rainha.

Todos estes quadros vieram para esta camara em 1837,

epocha em que foram requisitados ao deposito dos antigos conventos.

N'este mesmo archivo existem dois grandes bustos, modelados em gesso, um de Sua Magestade el-rei o bondoso D. Pedro V, e o outro de S. Magestade o senhor D. Luiz I.

Encontra-se tambem n'esta casa, e é digno de vêr-se, uma linda caixa de bronze, para arrecadação dos pesos padrões, circular e d'estylo caracteristico da epocha; a tampa gira em volta d'uma charneira terminando por um fecho em fórma de dragão, superiormente tem uma aza ornamental, que engrena dos lados em duas espheras armillares.

Em volta da base lê-se a seguinte legenda:

ME + MANDO + FAZERE +
DOM + EMANVEL + REI + PORTVGAL +
ANO + D + 1499

Não tem mencionado o nome do auctor, o que admira.

Dentro tem apenas um unico peso, os restantes da collecção desappareceram tambem, na voragem dos tempos e dos latrocinios.

No pavimento inferior ficam as prisões, uma para cada sexo, e duas pequenas casas para arrecadação.

*

* *

O concelho do Barreiro era muito abundante em vinho, cereaes, fructas, hortaliça, peixe, mariscos e sal.

Entre as fructas sobresahiam especialmente o figo e a uva; o bastardo do Barreiro era o primeiro que todos os annos apparecia no mercado de Lisboa, e o vinho, que ainda hoje é excellente, era sempre o mais procurado pelos inglezes.

Os productos agricolas teem porém escaceado d'uma maneira espantosa, nos ultimos annos principalmente; assim a producção de vinho, que, só na freguezia de Santa Cruz d'esta

villa, foi de quasi 300 pipas no anno de 1825, segundo consta do manifesto feito á camara para pagamento do subsidio litterario,[1] (o que nos leva a crêr que ainda fosse maior), no presente anno esta mesma area não produziu seguramente a decima parte d'aquella colheita.

Todos os terrenos d'esta zona, com muito leves excepções, são bastante fracos, essencialmente arenosos, os adubos relativamente caros e os salarios, principalmente em certas epochas, attingem 500 e 600 réis diarios; todo este conjuncto pouco agradavel de circumstancias contribue para a, cada vez maior, decadencia que se nota na agricultura d'este concelho.

Comtudo a emigração é muito pequena, ou mesmo póde dizer-se que nulla, em consequencia das muitas fabricas e dos continuos trabalhos do caminho de ferro do sul e sueste.

Não obstante, o concelho ainda hoje exporta algum vinho e fructas; e em grande abundancia sal, uva ferral, laranja, tomate e batata semilha, sendo estes ultimos productos enviados especialmente para Inglaterra e Brazil, attingindo todos os annos o numero avultado d'alguns milhares de caixas; o Barreiro está em communicação directa com estes mercados por meio de commissarios especiaes que aqui residem.

*

* *

É esta villa actualmente abastecida de excellente agua por um abundantissimo poço, conhecido vulgarmente pelo nome de Poço de Dezeseis, construido em 1793, pela camara de que era presidente o juiz de fóra, José Ferreira Cid e procurador do concelho Francisco Pinheiro da Silva, como consta da inscripção que segue:

[1] O subsidio litterario, destinado ao pagamento dos professores de todas as escholas, consistia n'um imposto lançado sobre o vinho, agua-ardente e vinagre. Foi creado pelo marquez de Pombal por lei de 10 de novembro de 1772.

OBRA PVBLÎCA FEÎTA
ACVSTA DO POVO DESTA V.ª
DO BARR.º NO ANNO DE 1793
SENDO ÎVÎSD FORA E PRZ.e DA CAM.ª
ÎOZE EERR.ª CÎD.E
E VERÎADORES
BELXÎOR RAÎMV NDO DEISER Q.RA
EVZEBIO ESTANÎSLAO PR.ª DE S.ª S.ª EO.TO
THEMOTEO DA COSTA CORDR.º
FRAN.CO PÎNR.º DAS.ª PROC.OR DO CON.SO

Para a sua edificação cada casal foi collectado em dezeseis vintens, segundo diz a tradição, e d'ahi lhe veiu o nome de poço de dezeseis, pelo qual o distinguem de todos os outros.

Em 1872 foi completamente feito de novo, desde a sua base, com boas cantarias, á custa d'uma contribuição directa lançada sobre todo o concelho, sendo tudo, quanto alli se vê, feito por esta occasião.

O poço é superiormente fechado por um gradeamento de ferro e ladeado por duas grandes bombas, aspirantes-prementes, que, tirando a agua, a vão lançar n'um deposito munido de quatro torneiras por onde é feita a distribuição.

Carroças com pipas andam durante o dia, por um preço relativamente muito modico, vendendo agua pelas ruas.

Na parede do deposito, lado direito, vê-se a inscripção que acima reproduzimos; por occasião d'esta reedificação, em 1872, foi collocada do lado esquerdo a seguinte outra lapide:

ESTE POÇO FOI RECONSTRUIDO EM 1872
SENDO VEREADORES DA CAMARA MUNICIPAL
OS CIDADÃOS
FRANCISCO ALVES CAZAL
JOÃO MARIA D'ABREU MOREIRA
CANDIDO MANUEL PEREIRA
AUGUSTO PEREIRA DE VASCONCELLOS
E D. JOSE MARIA DE CARCOMO
LOBO E FIGUEIROA

A vereação seguinte, porém, não sei se no intuito de prestar homenagem aos seus municipes, se por mesquinha vingança politico-partidaria, mandou apear esta pedra, substituindo-a por uma outra, que ainda hoje alli se conserva, na qual se lêem apenas as seguintes palavras:

POVO
1872

Além d'este existem ainda, disseminados por toda a povoação, uns oito poços publicos, mas menos abundantes e de agua muito mais inferior.

*
* *

Existem no Barreiro tres vice-consulados extrangeiros, da Grecia, do Uruguay e de Tunis, cujos representantes são os srs. José Ferreira, José dos Santos Costa e Alexandre José Abreu.

Ha tambem n'esta villa um juiz ordinario com seu escrivão que tambem é tabellião de notas, cargo este que já aqui existia em 1668; e um posto fiscal, delegação da alfandega de Lisboa, dirigido por um 1.º cabo com quatro guardas, além de dois que estão exclusivamente ao serviço do imposto do real d'agua.

Possue tambem uma estação telegrapho-postal.

Só depois da reforma postal de 1853, começou a haver correio n'esta villa, sendo o sr. João dos Santos Costa nomeado director interino, pela sub-inspecção geral, cargo que desempenhou até 31 de outubro de 1854; no dia 1 de novembro tomou posse o primeiro director effectivo o sr. Joaquim Antonio Raymundo, que havia sido nomeado em 13 de julho d'esse mesmo anno; para o substituir foi nomeado o sr. Joaquim Antonio Nunes em 19 de julho de 1855, tomando então posse do logar que ainda hoje desempenha.

A estação telegraphica foi creada em 10 de dezembro de 1858; n'esta estação entram 13 fios, e é grande o movimento de telegrammas, mesmo com *proprio*, pois que a estação telegraphica mais proxima, fica a perto de vinte kilometros, podendo calcular-se, n'um anno, approximadamente em 3.000 os telegrammas recebidos por 1.600 expedidos.

Na parte postal pode tambem calcular-se, sem erro muito apreciavel, que a correspondencia ordinaria proveniente do reino, no mesmo espaço de tempo, é de 53.000 objectos estampilhados, entre cartas, bilhetes postaes, jornaes, impressos, manuscriptos e amostras, e a emittida em 25.000[1]; dos paizes extrangeiros em 2.100 por 600; e a correspondencia registada, egualmente em numeros redondos, recebida do reino 2.500, do extrangeiro 200 e expedida para o reino 3.000 e para o extrangeiro 50.

No anno de 1885 a somma dos vales de correio, pagos na recebedoria d'este concelho, foi de 1:891$045 réis, e o total dos emittidos, 1:589$085 réis.

Por estes pequenos dados, alguns dos quaes não podem ser rigorosamente exactos, se avalia a importancia d'esta repartição.

Não obstante, esta estação telegrapho-postal, que era de 3.ª classe, pela recente organisação do serviço externo dos correios, telegraphos e pharoes, approvada por decreto de 29 de julho do corrente anno, passou a 4.ª classe, sem que quasi no Barreiro se désse por esse facto, pois que, pelo menos, não houve corporação alguma ou influencia politica que lavrasse o mais insignificante protesto.

Por effeito d'esta reforma, retiraram os dois telegraphistas

[1] Esta differença tão sensivel entre a recepção e a emissão é produzida pelos jornaes.

que faziam aqui serviço, e que venciam mensalmente 42$000 réis, vindo substituil-os um *ajudante*, com a pratica que pode ter um individuo que ainda se conserva n'esta collocação, e que desgraçadamente recebe o insufficiente para a sua alimentação, tendo apenas 200 réis diarios, e nem sequer, ao menos, casa para residir!

E' assaz edificante o vêr-se como das reformas economicas dos nossos governos, resultam estes assombrosos phenomenos.

Na parte telegrapho-postal, o Barreiro parece condemnado ao mais completo ostracismo, pois que, apesar da importancia da povoação e do movimento que apontamos, havendo, só na villa, quatro caixas para recepção de correspondencia, não ha um distribuidor official.

Imaginem-se os graves inconvenientes que, n'um dado momento, pode causar a qualquer individuo d'esta villa a detenção da correspondencia no correio, especialmente na epocha de banhos, em que o Barreiro é habitado, ainda que temporariamente, por abastados negociantes e differentes outros cavalheiros que desempenham os mais elevados cargos em todos os ramos de serviço publico.

Pois apezar de tudo, ainda não foi possivel obter-se da respectiva direcção geral, um carteiro para esta villa.

*

* *

Como succede em muitas povoações, no Barreiro, entre a gente menos illustrada, encontra-se algumas superstições extremamente ridiculas, mas difficeis de debellar; como exemplo apontaremos apenas esta.

Grande parte das multiplices doenças que tão frequentemente assaltam as creanças d'uma certa edade, são attribuidas pelo povo mais rude, a uma coisa a que chamam *aguada*.

Para as curar d'esse mal empregam o seguinte tratamento: a mãe da creança affectada vae procurar as tres visinhas mais proximas que possuam o nome de Maria; a uma d'ellas pede um boccado de farinha, á outra um pouco de azeite, dirige-se ed-

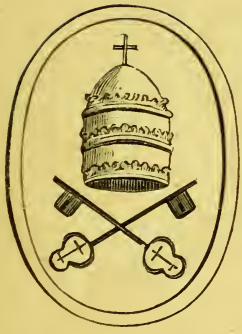
pois a casa da que habita mais distante, e ahi, com a farinha e azeite mendigados, forma um bolo que é assado em casa d'esta terceira Maria.

Este mistiforio, a que chamam *bolo d'aguada*, quasi sempre, parte completamente cru e parte carbonisado, é offerecido á creança e assim que esta o começa a morder, a mãe, abruptamente, arranca-lh'o da bocca para o dar ao primeiro cão que apparece, e assim fica exterminado o mal.

Innocentes victimas de tão cruel ignorancia!

II

EGREJA DE S. FRANCISCO



Muitos povos, antigamente, tinham por costume construir pequenas egrejas ou ermidas em todas as entradas das povoações; tomavam isso talvez como muito efficaz para a prosperidade e felicidade dos seus habitantes; no Barreiro, este facto torna-se bem frisante; assim, na entrada da villa, pelo lado do nascente, edificaram a ermida de Santa Barbara; no extremo poente a de S. Roque, hoje transformada na bella egreja de Nossa Senhora do Rosario, e pelo lado do sul via-se, n'outro tempo, a ermida de S. Sebastião, unicos pontos estes que, por terra, dão ingresso na villa, e d'onde partem as tres estradas de macadam que a põem em communicação com as povoações circumvisinhas.

Quem hoje penetrar na villa pelo lado do sul, logo á entrada, á sua direita, depára com a egreja de S. Francisco.

Primitivamente e em epocha que não sabemos precisar, fundou-se n'aquelle mesmo local uma ermida com a invocação de S. Sebastião e que ainda existia em 1752; n'esta data o Barreiro possuia[1] tres ermidas, Santa Barbara, S. Roque e S. Sebastião, e esta ultima certamente não podia ser outra senão a

[1] Cardoso, *Diccionario Geographico*, tomo II, pag. 65.

edificada n'este mesmo local, mas muito anteriormente á egreja de S. Francisco.

Julgo que em 1736, quando a irmandade de S. Pedro cedeu á irmandade de Nossa Senhora do Rosario a ermida de S. Roque, foi que ella passou para esta egreja onde, já a esse tempo, devia existir a Ordem Terceira de S. Francisco.

Contiguo a esta egreja ficam dois predios; pela apparencia exterior, e mesmo pela disposição interna dos madeiramentos, se evidenceia que o primeiro d'elles foi construido já depois d'esta egreja, e o immediato edificado depois d'aquelle.

Mas, n'este ultimo, em uma chaminé antiga que olha para o lado do sul, lê-se — 1770; em consequencia d'esta data, e sabendo nós que em 1752 ainda existia a ermida de S. Sebastião, parece-nos ficar approximadamente determinada a fundação d'esta egreja, que se limitou ao prolongamento da ermida de S. Sebastião, transformada em capella mór; obra feita certamente á custa da Ordem Terceira de S. Francisco, pois não é provavel que a irmandade de S. Pedro, como erradamente se diz, fosse construir esta egreja, baptisando-a com o nome de outra irmandade.

Agora o que parece mais racional é que a irmandade da Ordem Terceira fosse pouco a pouco decahindo, como de facto succedeu, e que em 1815, segundo o asseveravam ainda ha poucos annos pessoas já hoje fallecidas,[1] a irmandade de S. Pedro, então principal possuidora d'esta egreja a reedificasse, e é d'ahi que datam os bellos ornatos que cobrem quasi todo o tecto e côro d'este templo, bem como se vêem ainda no guarda-vento, em parte da capella mór e por sobre o arco cruzeiro, onde estão esculpidas as armas de S. Pedro, armas de que ultimamente usava esta egreja e que reproduzimos no começo d'este artigo.

Contava o velho andador que elle proprio assistira á feitura d'essas obras, que foram realisadas á expensas da corporação dos maritimos, e que o mestre que as dirigia ganhava por dia uma *peça d'ouro*.

Ainda não ha muitos annos esta egreja possuia um grande archivo; hoje não se encontra alli uma unica meia folha de papel que lhe diga respeito

[1] Especialmente o antigo andador Francisco dos Santos, natural d'esta villa e fallecido em 10 de fevereiro 1876, com perto de noventa annos.

E' n'este templo que existem ainda, votadas ao mais completo abandono, as bellas imagens que pertenceram á Ordem Terceira.

Além d'estas, ha ainda duas outras bonitas imagens, — Nossa Senhora das Dores, e Senhor dos Passos — collocadas em duas elegantes capellas lateraes, envidraçadas e com boas molduras a ouro.

A' imagem do Senhor dos Passos, com a qual a corporação dos maritimos tem grande devoção, todos os annos é feita uma festividade, bastante dispendiosa, por meio de subscripção aberta sómente entre elles.

Nenhum individuo d'esta villa, ou mesmo de fóra, com excepção das auctoridades, do medico e do pharmaceutico do partido maritimo, pode tomar parte n'esta solemnidade, excepto os que se occupam exclusivamente da vida do mar e muito especialmente os pescadores; o contrario constituiria para elles um grave escandalo.

N'esta mesma egreja estava egualmente uma outra imagem, do Senhor Jesus dos Navegantes, imagem respeitavel, quasi de tamanho natural, de algum merecimento artistico e que do mesmo modo é tambem objecto de grande devoção dos maritimos. A proposito, torna-se notavel uma devota d'esta villa, Perpetua Maria, que pelo seu caracter esmoller, sob o maiór sigillo pratica assiduamente muitas obras de caridade; possuindo em tempo poucos ou nenhuns haveres, attribue hoje toda a sua felicidade a esta imagem, cujo culto desde muitos annos se conserva quasi exclusivamente pelo seu cuidado.

Todas as vezes que em sua casa entra uma certa porção de dinheiro, com verdadeira uncção religiosa, separa uma determinada quantia; por meio d'esta operação, repetida muitas vezes em cada anno, tem conseguido juntar um certo peculio que constitue o *thesouro do seu santo*, com o qual pensa em, mais tarde, fazer acquisição de uma propriedade ou de algumas inscripções da Junta do Credito Publico, com que possa, de futuro, assegurar e perpetuar o culto da referida imagem.

Em consequencia do estado, já ruinoso, d'esta egreja de S. Francisco, mandou construir na egreja de Nossa Senhora do Rosario, á custa do mencionado peculio, um bonito altar em que dispendeu bastantes dezenas de mil réis, e para o qual, com per-

missão da junta de parochia e auctorisação do chefe do patriarchado, foi trasladada esta imagem, no dia 15 de agosto do corrente anno.

Actualmente está de posse d'esta egreja a Junta de Parochia que, em consequencia das suas diminutas fontes de receita, a tem quasi que ao abandono.

Esta egreja não tem rendimento algum proprio, apenas possue uma pequena propriedade que consta dos dois predios de que fallámos, com um quintal e parte de um poço, o que tudo é cedido a um individuo encarregado de velar pelo asseio e conservação do templo.

Em frente d'esta egreja fica uma quinta do sr. Joaquim Antonio Soares, denominada quinta de S. Francisco, uma das mais pittorescas e bem cuidadas de quantas existem por estes sitios.

III

ERMIDA DE SANTA BARBARA

NCETAREMOS este capitulo dando publicidade a um importantissimo documento que podémos alcançar, devido ao extremo obsequio do nosso patricio o sr. João dos Santos Costa, documento que vem esclarecer bastantes duvidas, que já por varias vezes se teem suscitado ácerca da posse d'esta ermida, bem como da data da sua fundação, absolutamente ignorada.

Eis o documento que *ipsis verbis* reproduzimos:

«*Obrigação q. esta villa do Barr.º e todo este Povo tem, de fabricar, e porver de todo o neçessario, a Ermida de Santa Barbara, q. o dito Povo fez de Novo, vindo a ella.*

«Domingos Ferreira, Prior d'esta Igreja de Santta Cruz, d'esta Villa do Barr.º e Vigario na dita v.ª E na v.ª de Alhos-vedros e seus termos; que eu faço saber aos que a prez.te virem, q. os moradores desta v.ª fizerão, junto a ella, da parte do Naçente, hua Ermida para a Glorioza Santa Barbara, por

liçença q. p.ª isso tiverão, de Sua Magestade como Governador, e administrador da Ordem de Santiago, e querendo os ditos moradores desta v.ª pedir liçença ao Arçebispo de Lx.ª p.ª se poder dizer Missa, na dita Ermida q. feita tenhão, lhe foy mandado, q. ouvesse q.m se obrigasse á Fabrica da ditta Ermida. E logo nesta Igreja de Santta Cruz, desta v.ª se ajuntarão, Os Juizes, e Veriadores, e procurador do Concelho, e mais Povo, logo foy dito em minha prezença e em prezença de todo o Povo, estava o ouvidor do Duque,[1] que a esse tempo aqui estava Em Correição, todos em hum corpo e cada hum por si, disserão, q. elles se obrigavão, por si, e por seos Movenz. e de raiz havidos e por haver; De hoje p.ª todo o sempre, a fabricar de todo o neçessario a d.ª Ermida da Santta Barbara, de q. tudo se fez um termo no livro dos Acordans da Camera desta v.ª; Aos 34[2] Dias do Mez de Junho, da Era de 1604 annos, o qual termo todos asignarão de como se obrigavão, e por seus Successores a fabricar de todo o neçessario a Caza da d.ª Santta Barbara; e por o d.º termo estar assim ffeitto no Livro da Camera, e asignado por todos, o não treslado aqui, mas aelle me reporto; E portanto puz n'este Tombo da Igreja, esta declaração, aos 20 de Dezembro de 1605 annos, e me asignei aqui, por qt.º o Arçebispo, na liçença q. passou, p.ª se poder dizer Missa na dita Igreja, digo Ermida, assim o mandou, e eu sobreditto q. isto escrevy.

(assignado) *O Prior Domingos Ferreira.*»

Em presença d'este termo não resta a menor duvida de que esta ermida edificada ha proximamente tres seculos, reinando em Portugal o segundo dos Filippes, de triste memoria, é pertença unica e exclusiva da povoação.

Julgo que n'esta egreja nunca existiu irmandade ou confraria alguma bem definida; para o culto do acanhado templo era costume pedirem esmola pelas portas, uma vez em cada mez; as quantias, por este modo angariadas, eram entregues a um thesoureiro nomeado todos os annos pelos individuos que tomavam

[1] O Duque a que este auto se refere é o duque de Aveiro, donatario d'esta villa.

[2] Não podemos explicar a extravagancia d'esta data.

parte na festa a Santa Barbara, o qual prestava contas ao parocho da freguezia.

No ultimo de dezembro de 1742, ainda estas contas foram tomadas pelo prior Ignacio José d'Oliveira, Freire Conventual da Ordem de S. Thiago da Espada.

Á porta principal d'esta ermida existia um alpendre que foi demolido em 1743, como consta do seguinte apontamento, extrahido d'um manuscripto que pertenceu a esta egreja e que hoje existe no archivo da matriz: «Despendy sinco mil e outocentos e noventa réis com os Pedreiros e serventes que demoliram o alpendre. (assignado) *Oliveira.*»

Antigamente era costume realisar-se a festa a Santa Barbara, n'esta egreja, em um dos domingos do mez de agosto; não sabemos qual o motivo porque passou a fazer-se no segundo domingo de setembro, como succede ainda hoje.

Para a festividade que se fez no anno de 1743, concorreram apenas treze devotos com a esmola de 180 réis cada um, e, apesar de hoje nos parecer excessivamente diminuta aquella importancia, chegava, não obstante, para se fazer uma festa esplendida; assim, n'este anno, a quantia total do rateio, que, por consequencia, foi de 2$340 réis, applicaram-n'a do seguinte modo.

Ao prior que cantou a missa, seis tostões; ao diácono, subdiácono e mais tres padres que tomaram parte na solemnidade, duzentos e quarenta réis a cada um; ao acolito do thuribulo, cento e vinte réis; ao thesoureiro da matriz, egual quantia; e trezentos réis dispendidos em aluguer de cera e incenso; total dois mil trezentos e quarenta réis.

Felizes tempos!

Na noite do dia festivo havia sempre leilão á porta da egreja, que geralmente constava de *fogaças, melhoradas em cada anno*, fructos, aves, etc.

A arrematação das diversas offertas era sempre muito disputada; assim no anno de 1743, chegaram a arrematar-se gallinhas a 700 réis, frangãos a 300 réis e melancias a 240 réis, preços verdadeiramente fabulosos attendendo á epocha.

O producto d'estes leilões era destinado ao arraial, dispendendo-se em aluguer de mastros, escudos e bandeiras, fogos de artificio, e em alimentar grandes fogueiras, em geral formadas

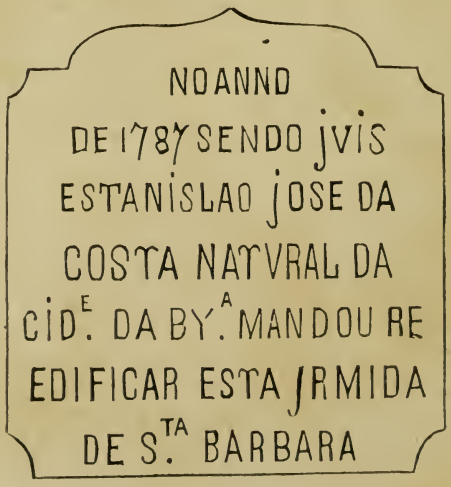
de barricas de alcatrão, que, durante toda a noite, illuminavam o pequeno monte onde está collocada a egreja.

E' isto, pouco mais ou menos, o que ainda se faz actualmente. No dia immediato ao d'esta festa, costumam tambem ainda hoje festejar a unica outra imagem que alli existe, Nossa Senhora do Monte do Carmo, imagem para alli levada depois da extincção das ordens religiosas.

O festejo constava pouco mais ou menos, como ainda hoje, da repetição do que se fazia no dia anterior, com a differença de que a procissão, de tarde, era substituida por grandes cavalhadas, divertimento tão enthusiastico e tão querido do nosso antigo povo ,e que hoje quasi desappareceu.

O edificio, construido em forma de palmatoria, não tem absolutamente nada de notavel, é o mais pobre possivel e nem sacristia possue; o que mais o recommenda é a posição em que está collocado, n'uma pequena eminencia, d'onde melhor se descobre toda a grande bacia do Tejo, cidade de Lisboa, etc.

Foi esta ermida reformada successivamente nos annos de 1787 e 1855, como consta das duas lapides, cujas legendas transcrevemos e que estão collocadas uma por cima da porta lateral e a outra sobre a porta principal.



ESTA IRMIDA FOI REEDIFICADA
A' CUSTA DE
TODA A POVOAÇÃO DO BARREIRO
NO ANNO DE 1855

IV

EGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO [1]

É completamente impossivel, porque se perde na obscuridade dos tempos, determinar a epocha em que começou a venerar-se a imagem de Nossa Senhora do Rosario da villa do Barreiro.

Somente podémos ter conhecimento de que no principio do seculo passado, um grupo de individuos naturaes de Lisboa se reuniram n'esta cidade e fundaram o *Congresso dos Escravos de Nossa Senhora do Rosario* com obrigação de annualmente, no mez d'outubro, irem festejar Nossa Senhora na ermida do Rosarinho, sita no Montijo, [2] e que, em consequencia do local ser muito pobre, das difficuldades de transporte e da maior distancia a que fica este ponto, resolveram os membros d'esta

[1] O maiór numero dos apontamentos historicos que mencionamos n'este capitulo, são extrahidos d'um pequeno impresso, devido ao consciencioso trabalho do fallecido Manuel Ignacio Medeiros, um dos caracteres mais austeros e immaculados, que teem feito parte d'esta irmandade. É datado de 1 de março de 1859.

[2] Diz-se que este cirio costumava ir festejar Nossa Senhora a uma capella denominada do Rosarinho, sita no concelho da Moita, a qual, segundo o affirma o sr. João Maria Baptista na sua *Chorographia moderna do reino de Portugal*, foi fundada em 1532, por Cosme Bernardes Macedo, com a invocação de S. João; comtudo, o que acima affirmamos é extrahido d'uma muito breve noticia historica que precede o primitivo compromisso d'esta irmandade.

confraria, no anno de 1736, procurar, ao sul do Tejo, uma outra ermida ou egreja onde com maiores commodidades podessem ir cumprir a sua devoção.

Desde muitos annos antes, já existia no Barreiro, á entrada da villa pelo lado do Poente, na emboccadura da Rua de Palhaes, precisamente no local em que hoje está edificada a capella mór d'esta egreja, uma pequena ermida com a invocação de S. Roque; n'este anno de 1736, já não existia vestigio algum da irmandade do padroeiro d'esta ermida, estando de posse d'ella uma outra irmandade, composta de pescadores, intitulada de S. Pedro; esta ermida possuia tres altares tendo no principal a imagem de S Roque e nos lateraes a de Santo Antonio e a de Nossa Senhora da Saude.

Constando no Barreiro a resolução tomada pelos irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosario, fundada em Lisboa, decidiu a irmandade de S. Pedro, d'esta villa, offerecer áquella corporação a posse da ermida de S. Roque, o que se effectuou, com todas as formalidades, por escriptura publica lavrada nas notas do tabellião d'esta villa, Antonio Alvares da Veiga e assignada no dia 26 d'agosto de 1736, collocando-se por essa occasião a imagem de Nossa Senhora do Rosario n'esta ermida, que passou logo a denominar-se «egreja dos Escravos de Nossa Senhora do Rosario, que se venera na villa do Barreiro».

Desde então começou a vir a esta villa o cirio de Nossa Senhora do Rosario, que primitivamente sahia da egreja de S. Domingos, depois da Magdalena e actualmente da egreja de Nossa Senhora dos Remedios, da cidade de Lisboa.

A veneração por esta imagem tornou-se verdadeiramente extraordinaria existindo tanto no continente, como nas nossas antigas possessões da America, ainda actualmente, na cidade do Maranhão, imperio do Brazil, uma egreja em que todos os annos se festeja a imagem de Nossa Senhora do Rosario do Barreiro; em 1857 de lá vieram importantissimas quantias, a titulo de esmola, com que se fez a elegante torre que hoje se vê no lado direito da egreja, com um bello carrilhão, composto de oito magnificos sinos, fundidos nas officinas de Manuel Antonio da Silva, filhos & Santareno, em Lisboa, n'este mesmo anno.

N'esta torre está collocado um magnifico relogio, com tres mostradores, que veiu do convento de Palhaes.

A propria Rainha, D. Maria I, tinha a maior devoção por esta imagem; tanto que, quando em 1780 se fizeram os estatutos, que foram approvados por Provisão do Desembargo do Paço de 1 de junho de 1781, tendo-o S. Magestade assim resolvido em 16 de maio d'esse anno, passou esta confraria a denominar-se Real Irmandade dos Escravos de Nossa Senhora do Rosario, sendo aquella rainha a primeira *Juiza Protectora Perpetua*, honra que até hoje, se tem continuado em todos os reis de Portugal, os quaes sempre teem concorrido, e ainda actualmente S. Magestade El-Rei o sr. D. Luiz subscreve, com uma determinada quantia para esta festividade.

As principaes esmolas foram sempre as da casa Real e da casa de Penafiel, a primeira das quaes costumava concorrer com doze moedas, 57$600 réis, e a segunda com 48$000 réis.

A mesa d'esta irmandade compõe-se de vinte e seis membros: um juiz que, segundo o compromisso, tem obrigação de concorrer com a joia annual de 12$800 réis; dois assistentes, pagando 6$400 réis cada um; um 1.º secretario, 4$800 réis; um 2.º, 3$200 réis; um thesoureiro, idem; seis procuradores, sendo um geral, dois da mesa, dois da irmandade e um das obras, cada um dos quaes deve pagar 2$400 réis; dois mordomos, que devem entrar com egual quantia cada um, e doze deputados a 1$600 réis.

A primeira vez que esta congregação se reuniu já como irmandade, foi em 20 d'agosto de 1781, em que se elegeram os primeiros irmãos escravos; por esta mesma occasião ficou determinado que o dia fixo para a festividade annual fosse o primeiro domingo de setembro afim que os irmãos e mais devotos podessem gozar d'umas certas graças e indulgencias concedidas por breve apostolico especial de S. S. Pio VI, a todas as pessoas que n'esse dia visitarem esta egreja.

E' tradicional que, pouco mais ou menos por aquella época, achando-se gravemente enferma S. Magestade a Rainha D. Maria I, quiz que esta imagem fôsse temporariamente para a real capella do seu palacio; o povo do Barreiro, porém, temendo que a imagem não voltasse, oppoz-se obstinadamente, dando em resultado que só com grandes difficuldades e pertinaz insistencia, se realisassem os desejos de S. Magestade.

Parece que d'uma certa animosidade da parte da rainha, re-

sultante d'este modo de proceder do povo do Barreiro, se originou a seguinte resolução tomada em 30 de julho de 1783, pela junta de definição: «visto a Irmandade ser instituida por devotos de Nossa Senhora, moradores na cidade de Lisboa, onde a mesa se reune para tratar dos negocios da Irmandade, não podem em tempo algum ser admittidos nos cargos de mesa os irmãos escravos, que não fôrem moradores na dita cidade, estabelecendo-se para quem habitar fora da referida cidade o poder ser admittido por escravo foreiro, dando de esmolla pela sua entrada, e de fôro annual o que fôr de sua devoção, e isto para o fim de gosarem das mesmas graças e indulgencias concedidas aos irmãos Escravos;» assim ficaram inhibidos de n'ella poderem exercer cargo algum, os habitantes do Barreiro, disposição que ainda, na actualidade, se observa com todo o rigor.

Esta animosidade da parte da rainha não passou, porém, de ser apenas contra os barreirenses, predominando sempre a sua grande devoção pela mencionada imagem, o que se prova pelas seguintes offertas reaes:

Muitos e magnificos paramentos para a egreja, e vestidos para Nossa Senhora, do mais fino damasco e seda, bordados a matiz, outros tecidos e bordados com fio de ouro e prata; um magnifico rosario de contas de ouro macisso, que, apesar da imagem ser bastante alta e estar com os braços abertos segurando o rosario, dizem que a cruz d'este lhe chegava até quasi aos pés [1]; um riquissimo veu de tamanho descommunal, do mais fino rendado, delicadamente bordado a ouro; um esplendido orgão de grandes dimensões e excellentes vozes, com trinta e quatro registos, e que ainda se ergue no côro d'esta egreja; e muitas pedras preciosas com que é costume adornar-se esta imagem, nos dias festivos.

Algumas d'estas preciosas pedras ainda hoje se conservam *fieis no seu posto de honra*, outras foram guardadas de tal modo, talvez como reliquias, em casa d'algum virtuoso irmão, que nunca mais tornaram a apparecer; com as restantes, porém, dá-se um phenomeno ainda mais notavel do que o prece-

[1] Existem ainda algumas pessoas no Barreiro, que nos asseveram a verdade d'esta affirmativa; no emtanto este rosario apresenta-se muito mais curto e é formado de contas completamente occa.

dente, que consiste em terem perdido completamento o seu brilho, com quanto conservem ainda perfeitamente definidas as fórmas externas, análogas ás primitivas.

Attribuimos esta verdadeira metamorphose, a terem-se talvez offuscado ao passarem pelas mãos pouco limpas d'alguns *piedosos devotos*, d'alguns d'esses cancros sociaes, que por toda a parte apparecem, e dos quaes, felizmente, julgamos na actualidade extirpada aquella corporação, de cuja mesa fazem parte caracteres tão nobres e honrados como os srs. conselheiro Antonio do Nascimento Pereira de Sampaio, e Faustino Vicente Ferreira, que especialmente mencionamos, sem que d'ahi resulte desdouro para os outros illustres mesarios.

Em 23 de julho de 1788, foi determinado que annualmente, no primeiro domingo do mez de outubro se celebrasse a festividade do «Santissimo Rozario», e em 2 de abril de 1791, resolveu a junta de definição o seguinte: — «1.º Mandar fazer as obras de que carecia a egreja accrescentando-se esta pelo motivo de ser grande o numero dos Irmãos Escravos, que acodem ás festividades. — 2.º Mudar a festividade de Nossa Senhora, que se faz no 1.º domingo do mez de setembro para os dias 13, 14, 15, 16 e 17 de agosto de todos os annos pela fórma que segue: no dia 13 sahir de Lisboa da egreja de S. Domingos ou de qualquer outra, Nossa Senhora, em procissão, acompanhada de uma communidade de religiosos até ao Caes das Columnas, onde embarcará em um escaler Real, seguindo viagem para a Villa do Barreiro, acompanhada de todas as embarcações da mesma Villa, cujos donos tiverem devoção de acompanhal-a, e assim que chegar á dita Villa, desembarcará, e será levada em procissão até á sua egreja. — No dia 14 celebrar-se uma missa cantada a Nossa Senhora em acção de graças pelos immensos beneficios recebidos da mesma Soberana Senhora.—No dia 15 celebrar-se com grande pompa a festividade de Nossa Senhora, de tarde procissão de triumpho, que deve transitar pelas ruas da dita Villa. — No dia 16 celebrar-se a festividade de São Roque como 1.º titular, que foi da dita egreja. — No dia 17 ser reconduzida a imagem de Nossa Senhora para Lisboa, pela mesma fórma como foi para a referida Villa do Barreiro. — 3.º mudar-se a feira para os ditos dias 14, 15, e 16 do dito mez de agosto.»

Como se vê foi em 1791 que a ermida de S. Roque, já en-

tão sob outra invocação, se transformou na bella egreja que nós hoje todos admiramos, uma das mais bonitas e a mais moderna de quantas existem n'esta villa, sendo dignas de vêr-se quasi todas as imagens, e algumas telas que se acham distribuidas pela egreja e sacristia, especialmente a do altar de Santo Antonio, altar que tambem possue a honra de ser privilegiado por um Breve especial de Roma de 27 de março de 1781; ainda merecem alguma attenção o lavatorio de marmore e um crucificado de marfim, existentes na sacristia.

«Em 8 de junho de 1798 determinou ainda a Junta de Definição, que se celebrasse annualmente um officio pelas almas dos Irmãos Escravos fallecidos, o qual se celebra hoje [1] na segunda-feira immediata ao domingo do Rosario do mez d'outubro, segundo a determinação da mesa de 11 de julho de 1799;» a tal disposição já ha bastantes annos se não dá cumprimento.

Esta notavel festividade, com quanto não tenha já a alta importancia que lhe davam no seculo passado, nem se realise com tão grande pompa, com tudo ainda tem logar todos os annos, no mez d'agosto, se bem que com sensiveis alterações.

A ultima vez que se festejou esta imagem com toda a solemnidade, mas já attenuada pelo decorrer dos tempos, foi em 1881, observando-se o seguinte programma: no dia 14 d'agosto sahiu da egreja da Magdalena da cidade de Lisboa um andor com uma pequena imagem de Nossa Senhora, acompanhado da sua irmandade composta de individuos residentes em Lisboa, d'um ecclesiastico e d'uma banda de musica, em direcção ao Caes das Columnas no Terreiro do Paço; n'este ponto embarcou em um dos melhores escaleres da Casa Real, tripulado pelos *algarvios*, remadores particulares do serviço de Suas Magestades, trajando de gala, com os seus jalecos escarlates e gorro com chapa de prata; n'este escaler, dentro d'um camarim, e sob um docel, para este fim preparado de antemão, foi collocado o andor com a imagem, seguindo o escaler para o Barreiro, impellido pela força vigorosa de muitos remadores; ahi era esperado, no ponto de desembarque, por um cortejo, de cruz alçada, formado pelo parocho e thesoureiro da freguezia, acompanhados pelo grupo dos *escravos foreiros*, de Nossa Senhora do Rosario, do Barreiro.

[1] Refere se ao anno de 1859.

Em seguida, encorporando-se, n'um só, os dois cortejos, foi a imagem conduzida processionalmente até á egreja, de que tratamos n'este capitulo, onde se cantou uma ladainha.

No dia seguinte houve festa a Nossa Senhora do Rosario, a grande instrumental, com sermão, e de tarde procissão de triumpho que percorreu as principaes ruas da villa, e em que tomaram parte, como ainda hoje, quasi todas as imagens existentes n'esta egreja; á noite arraial com musica, fogo d'artificio e feira, que tambem se conservou aberta durante o dia, composta de barracas para venda de quinquilherias, comida, bebidas alcoolicas e refrigerantes, doces, e acampamentos de funambulos, não esquecendo o classico pim, pam, pum, e todas as demais pantomimas, exploradoras d'estas diversões.

No dia 16 repetiu-se exactamente o mesmo que no dia anterior, com a differença de que a festividade, segundo o antigo costume, foi em homenagem a S. Roque, e não houve procissão.

No dia seguinte, depois de entoada egual ladainha, retirou o cirio, em tudo pela mesma forma porque viera no dia 14.

Eis o estado a que, desde muito, se acha reduzida esta festividade, e o modo porque se realisou ainda ha cinco annos.

Não podemos descrever perfeitamente a fórma porque na presente época se observa esta solemnidade, em consequencia do periodo verdadeiramente anormal, em que esta irmandade tem vivido, durante estes ultimos annos, a braços com as importantissimas obras d'esta egreja; pois que, além de todos os telhados serem feitos de novo, toda ella pode dizer-se que foi completamente restaurada, no tocante a madeiras, estuques e pinturas ornamentaes, o que teve de realisar-se muito lentamente, attendendo a que os meios pecuniarios de hoje são muito mais escassos e diminutos do que outr'ora, tendo por estas causas de se conservar fechado este templo durante alguns annos.

Não obstante os graves embaraços a vencer, este anno, no dia 15 d'agosto, com uma missa cantada, sermão e procissão de triumpho, e com egual festividade no dia seguinte, se inaugurou a abertura d'esta egreja, havendo no recinto em frente, que estava rodeado de algumas barracas, arraial e fogo d'artificio, tocando, em ambas as noites dos dias 15 e 16, a Sociedade Philarmonica Barreirense.

Segundo nos affirmam os actuaes mesarios d'esta irmandade,

no proximo anno, continuar-se-ha a fazer a festa, vindo o cirio ainda de Lisboa em galeota real, e procedendo-se em tudo como no anno de 1881.

É muito digna de considerar-se a perseverança d'esta irmandade na realisação das importantes obras da sua egreja; pois que, se alguns parasitas se introduzem nas corporações d'este genero, por mera especulação, quasi sempre lucrativa, muitos ha tambem, e esta congregação possue-os em grande numero, que se sujeitam a bastantes incommodos e sacrificios.

Como barreirense, desejamos o continuo progredir e bem estar de tão util instituição, especialmente pela importancia que ella communica a esta villa; pois que mesmo este anno, apesar da festividade se fazer o mais modesta e humildemente possivel, não somos exaggerados calculando em dois a tres mil o numero de forasteiros que a ella vieram assistir.

Afóra os importantissimos valores devidos á munificencia régia, tem a irmandade recebido sempre muitas outras *promessas;* pois que alem das grandes offertas [1] em propriedades, terrenos, fóros e em moeda, só a cera e azeite offerecidos davam para os gastos da egreja durante todo o anno, chegando algumas vezes a venderem-se avultadas porções tanto de um como de outro producto.

Esta irmandade actualmente possue: um grande predio na rua principal da villa, habitado por muitos inquilinos, alguns terrenos em volta da egreja, que vendidos para construcções ainda podem produzir avultada somma, e 800$000 réis, nominaes, em inscripções da Junta do Credito Publico.

De quantas irmandades existem no Barreiro, é a que melhor se dirige e a que possue um archivo em termos.

A gravura que vae impressa no principio d'este capitulo é o sello d'armas de que usa esta real irmandade.

[1] Ainda não ha muitos annos possuia, já restos de maior quantia, algumas riquissimas jarras da India e Japão; hoje não está de posse de uma unica, sem que pessoa alguma saiba explicar o caminho que ellas levaram; são estas provas de *abnegação e religiosidade* que fazem lançar a descrença no meio do povo mais rude, que só tem uma palavra, ainda que espera, para classificar estas gentilezas.

V

EGREJA MATRIZ DE SANTA CRUZ

Ao centro da villa, na Praça de Santa Cruz, proximo dos Paços do Concelho, e em frente da egreja da Misericordia, fica situada a egreja matriz de Santa Cruz.

É um templo relativamente vasto, d'uma só nave e construido com extraordinaria solidez, pois que as paredes lateraes teem de espessura dois metros; ao centro d'uma d'ellas, em todo o seu comprimento, ha uma larga escada de cantaria que dá para o côro.

Possue esta egreja cinco altares, sobresahindo entre todos o altar-mór, cuja frontaria, bem como o throno, é toda de apreciavel obra de talha executada em bella madeira de carvalho; o arco cruzeiro é de marmore branco, os umbraes de todas as portas que abrem para o templo, e ainda os degraos da capella mór, são de marmore vermelho da Arrabida.

As paredes lateraes d'esta capella, até meio, são forradas de magnificos azulejos antigos, formando dois quadros de grandes dimensões, representando o da direita o Baptismo de Christo e o da esquerda o Precursor annunciando ao povo a vinda do Messias; afóra estes, em todo o comprimento da egreja, se vêem azulejos ornamentaes, da mesma epocha.

Além da obra de talha do altar-mór e d'estes azulejos, é ainda digno de ver-se o retabulo da capella do SS. Sacramento, uma tela suave, de desenho correcto, e com um certo vigor de colorido; representa Christo no momento em que distri-

bue a Eucharistia aos apostolos; parece-nos um quadro de bastante merecimento, e admira-nos que não esteja assignado; fronteira a esta capella fica outra onde existe em tamanho natural, a imagem do Senhor dos Afflictos, esculptura, muito bem lançada, em madeira.

Ha n'esta egreja um orgão de não grandes proporções, mas de vozes bastante sonoras e harmoniosas; foi comprado pela Irmandade do Santissimo em 1858, á congregação dos *Inglezinhos*, da cidade de Lisboa.

N'um pequeno torreão do lado direito existe um relogio, cuidado a expensas da Camara, que pertenceu ao extincto mosteiro de Nossa Senhora da Madre de Deus da Verderena, e que alli foi collocado no anno de 1836.

N'este mesmo anno se fez o cemiterio d'esta freguezia, que hoje abrange uma área de cerca de 3:000 metros quadrados e já possue 29 jazigos; ao centro ha uma capella, tendo annexa, para o lado do sul, uma pequena casa de arrecadação, seguida de outra para autopsias; este cemiterio tem o grande inconveniente de estar muitissimo proximo da povoação.

Foi por conseguinte desde 1836 que deixaram de se fazer os enterramentos n'esta egreja de Santa Cruz.

Contigua ao templo, do lado direito, fica a sacristia, bem illuminada, e com um bom arcaz em todo o seu comprimento; seguidamente, e em casa especial, está o cartorio da freguezia, cujos livros, os poucos que existem, que remontam só ao seculo XVII e alguns ao anterior, se acham hoje methodicamente dispostos e bem conservados, em boas caixas apropriadas, de folha axaroada, offerecidas pelo sr. Augusto Gomes d'Araujo.

Do lado esquerdo está a casa das sessões, arrecadação e archivo da irmandade do Santissimo, cujo rendimento hoje se encontra reduzido a menos de duzentos mil réis, proveniente de varias rendas, fóros e juros de inscripções da Junta do Credito Publico, além dos annuaes dos irmãos, cuja taxa minima é de 1$000 réis, mas que só são pagos nos annos em que ha festividade de Semana Santa.

Deve-se ao incansavel disvelo e inquebrantaveis esforços do Rev.º Parocho Joaquim Ribeiro dos Santos e Cunha, que, unica e exclusivamente por influencia sua, alcançou do Ministerio das Obras Publicas importantes donativos em madeira, differentes

materiaes e mão d'obra, na importancia de approximadamente 1:500$000 réis, além de 100$000 réis do cofre da Bulla da Santa Cruzada, assim como uma derrama paga por todo o povo, tudo na importancia de 1:100$000 réis, que esta egreja fosse completamente reformada em 1877, reforma de que bem carecia.

Foi depois d'esta reconstrucção, quasi que lhe podemos assim chamar, que a egreja de Santa Cruz se tornou tão formosa e tão luzida como a muitas leguas de Lisboa se não encontra outra facilmente.

Por esta occasião foi construido o guarda-vento, dourada toda a obra de talha do altar-mór e as bonitas cancellas da capella do Santissimo; todos os altares foram completamente reformados e alguns feitos de novo; as imagens quasi todas novamente encarnadas; os tectos da capella mór e da do Santissimo decorados com diversos ornatos de gesso, em alto relevo, tendo a primeira, ao centro, uma cruz, á qual está abraçada Santa Helena, e a segunda uma delicada custodia dourada; toda a abobada que cobre o corpo principal da egreja, bem como as paredes lateraes, tudo guarnecido com esplendidos ornatos e desenhos allegoricos, de notavel effeito de perspectiva e sombras, que produzem a mais completa illusão, são trabalho de mestre, devido ao distincto pintor extrangeiro, auctor tambem d'algumas decorações nos Paços do Concelho de Lisboa, Mr. Bordes.

A porta principal foi feita de novo, de rica madeira de teca offerecida pelo Arsenal da Marinha.

Em 1872 esteve n'esta egreja o fallecido Cardeal Patriarcha D. Ignacio, o qual ministrou o Chrisma a grande numero de pessoas.

No dia 28 de junho de 1885, teve tambem esta freguezia a honrosa visita do Rev.mo Arcebispo de Mytilene o sr. D. João Rebello Cardoso de Menezes, que egualmente assistiu á primeira communhão das creanças, celebrando missa pontifical, e distribuindo do mesmo modo, o sacramento do Chrisma.

Quando, em 15 de janeiro de 1877, Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz I veio ao Barreiro, visitou tambem este templo, entregando por essa occasião ao reverendo parocho a quantia de cento e noventa mil réis em notas, para serem distribuidos pelos pobres da localidade proporcionalmente ás necessidades de cada

um, deixando assim assignalado, d'um modo tão nobre e tão agradavel para os pobresinhos, a sua visita a esta terra.

Exteriormente, e por cima da porta principal d'esta egreja vê-se, em relevo, uma espada coroada, em fórma de cruz, insignia dos Cavalleiros da Ordem de Santiago da Espada, e cujo desenho reproduzimos no principio d'este capitulo.

Esta Ordem, militar e religiosa ao mesmo tempo, foi fundada, segundo todas as probabilidades, em 1170, sendo confirmada em 1175 por bulla expedida pelo papa Alexandre III; os cavalleiros de Santiago estabeleceram-se no convento de Palmella, no anno de 1482; n'este convento era a residencia do prior-mór de Palmella, uma das mais importantes dignidades do paiz e de jurisdicção quasi episcopal.

Entre outras é muito engraçada a seguinte ceremonia praticada na occasião da investidura de qualquer cavalleiro.

«Levantarse-ha entam ho novo cavaleyro, e dará paz na face ao padrinho e aos outros cavaleyros e pessoas da ordem que forem presentes, dizendo a cada hũ *pax tecum* responder-lhe-ão *et cum spiritu tuo.*»

O patrimonio d'esta ordem constava de quarenta e sete villas e logares, com cento e cincoenta commendas, offerecidas por diversos monarchas como retribuição pelos seus bons serviços.

A villa do Barreiro constituia uma d'essas commendas, que rendia quatrocentos e cincoenta mil réis.

Todas as commendas, bem como os priorados das ordens militares, foram abolidas juntamente com os conventos.

Tanto o parocho d'esta freguezia como o beneficiado eram freires da Ordem de Santiago, e apresentados pela mesa mestral ou mesa da consciencia instituida por D. João III; o parocho recebia annualmente uma pipa de vinho, dois moios de trigo e 20$000 réis em dinheiro, tudo pago á custa da commenda da villa.

O prior do Barreiro é desde 1873 o vigario da vara do arciprestado da Moita do Ribatejo, exercendo jurisdicção nas seguintes freguezias: Santa Margarida do Lavradio, Nossa Senhora da Graça de Palhaes, S. Lourenço de Alhos Vedros, e Nossa Senhora da Boa Viagem da villa da Moita.

Segundo se deprehende do auto da fundação da egreja de Santa Barbara, parece que já em 1604 o parocho do Barreiro era vigario da freguezia de Alhos Vedros.

Actualmente no Barreiro não ha senão o parocho, que tem de congrua 250$000 réis, computando-se o pé d'altar em 150$000 réis, o que faz com que a derrama paga annualmente pela freguezia seja de 100$000 réis.

No termo d'esta villa ficam. situados o convento de Nossa Senhora dos Prazeres de Palhaes, e o de Nossa Senhora da Madre de Deus da Verderena, os quaes passamos a descrever.

VI

CONVENTO DE PALHAES

Que impressão tão triste e dolorosa nos assalta sempre que penetramos os humbraes de um mosteiro abandonado; estatuas mutiladas pelos iconoclastas da época; cantarias fendidas pela acção dos tempos; paredes desmoronadas; os tectos abatidos, e por todos os lados a erva vegetando arrogante de entre os montões de entulho e por sobre as sepulturas profanadas.

Tal é o aspecto que apresenta actualmente o convento de Palhaes, cuja propriedade pertence hoje ao ministerio da marinha.

Executando os decretos de D. Pedro IV, aboliram-se as ordens religiosas, e em nome de uma liberdade, que, n'esta applicação, se não concebe, saquearam todos os seus bens, apossaram-se das suas preciosidades que eram muitas e de subido valor, assenhorearam-se dos seus magestosos edificios e quintas, e no fim de estarem de posse de todas estas grandes riquezas materiaes, a divida publica não diminuiu; as imposições aos governos continuam do mesmo modo, os poucos melhoramentos que hoje fruimos teem sido realisados na sua grande maioria á custa

de onerosissimos emprestimos, milhares de homens a quem espoliaram dos seus haveres morreram de fome em solo extranho, e não obstante, o povo, se ficou menos fanatico, não está comtudo mais moralisado nem talvez mais instruido e sobre tudo a plebe ficou padecendo mais fome.

Verdade é que, quasi pela mesma época, em Hespanha, no paiz de Suas Magestades Catholicas, e sob a regencia d'uma senhora, D. Christina, tentavam a destruição das ordens monasticas por um meio muito mais simples e que tinha ainda a vantagem de ser muito mais franco: «assassinavam-se os frades, saqueavam-se e incendiavam-se os conventos. Em Madrid, Saragoça e Barcelona, foram horriveis as matanças, centenares de religiosos morreram ás mãos da canalha, alguns na cama onde gemiam dores, outros nos degraus do altar, ou abraçados á tocante imagem do crucificado.» [1]

Não somos apologistas das ordens religiosas, conhecemos-lhes os erros e os defeitos, porém, o que ninguem nos poderá contestar é que foi barbaro e infamante o modo por que os expulsaram, e o que á primeira vista parece um rasgo de desmedida coragem, não foi mais, talvez, do que um acto de cobardia, pois que não tendo força para reprimirem os que exorbitavam, entenderam melhor acorrental-os a todos, matando-os á fome, ou entregando-os á indigencia.

Mas que caminho levaram todas essas extraordinarias riquezas que parece, ainda que de um modo mais ou menos legal, deveriam existir nos thesouros publicos?

Devido á intelligente penna de um nosso particular amigo, de Coimbra, foi ha tempo distribuido n'aquella cidade um folheto donde extrahimos alguns periodos que, respondendo á interrogação que deixamos feita, nos mostram claramente qual a estrada por onde seguiu essa enorme agglomeração de capitaes que de per si podiam constituir uma verdadeira riqueza nacional.

«Destruir tudo, para que se *elles* voltassem, nada podessem encontrar, parece ter sido a norma adoptada pelo governo; ao passo que os cidadãos, animados pelo exemplo superior, aproveitavam a presa em utilidade propria e arvoravam o roubo e a

[1] Sr. Carlos Lisboa, *Historia de Hespanha*, pag. 258.

destruição em documento authentico de animosidade aos frades, affirmação dos seus sentimentos liberaes e adhesão á causa triumphante.

Os factos são sabidos de todos: durante o periodo de reorganisação, o latrocinio impune a ninguem desdourava; a tolerancia e a indulgencia cobria as maculas porque poucos se podiam julgar inteiramente illesos n'esse grande saque, de que apenas se abstinham os meticulosos e os ineptos.

Em Coimbra a historia é conhecida: os exemplos personificam-se e os personagens apontam-se... Isto não são allusões vagas, nem referencias temerarias de invenção calumniosa!

Improvisavam-se depositos sem determinação clara e garantida de responsabilidades e segurança; e os objectos foram-se muito naturalmente sumindo no sorvedouro insondavel das irresponsabilidades.

Não poucos d'esses objectos, pelos baldões da sorte, vieram de novo parar ao poder do estado; uns por acaso, outros parece que por restituição espontanea...

Roubou-se com todo o desassombro! Esta é a verdade!

E' passar pelos olhos as *Contas correntes* publicadas em 1842, e far-se-ha idéa da tremenda pilhagem, tendo ainda em linha de conta a fórma infidelissima, capciosa e inepta d'este documento.

Em Coimbra, como em parte alguma! Depois de percorrermos a escala da indignação, chega a fazer estalar de riso a semceremonia com que a administração geral de Coimbra deixou tudo ao desbarato!

Fez-se mão baixa em tudo quanto eram bacias, castiçaes, objectos applicaveis ao luxo domestico, mormente baixela de mesa e faqueiros!!

Em cada pagina se lê: — *D'este roubo acha-se processo formado e em andamento.* — O andamento com certeza se refere ao roubo!

Foi um gaudio por todo o paiz!

Doaram-se alfaias de uso sagrado a simples particulares, como meras finezas de cortezia pessoal! Até o consulado de Londres foi contemplado!...

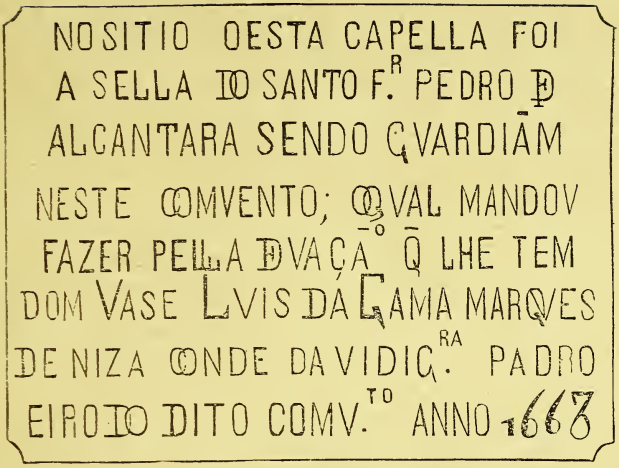
E tudo isto está publicado com o cunho official, com o mais revoltante impudor e cynismo!»

Por varias vezes temos visitado o convento de Palhaes, onde tudo são ruinas e, o que parece incrivel, até o grande jazigo dos padroeiros d'este convento, pertencente á casa dos marquezes de Niza e condes da Vidigueira, está reduzido a um subterraneo immundo, onde as sepulturas, arrombadas, estão desertas, e a cada passo se pizam e fazem estalar as ossadas de homens tão illustres como foram, quasi todos, os d'esta nobre familia.

Chegados ao pequeno largo que serve de atrio ao mosteiro, ficam-nos á direita umas pequenas casas de um só pavimento, que julgo terem sido n'outro tempo as hospedarias; em frente fica o mosteiro, edificio humilde e de apparencia pobre; penetrámos por uma vasta abertura que antigamente fôra a porta principal da egreja, que já nem hombreiras possue; superiormente ha um grande vão de janella cuja cantaria já egualmente desappareceu e que nos dizem era de excellente marmore de Arrabida, bem trabalhado.

A egreja está hoje reduzida a quatro paredes largamente fendidas e semi-desmoronadas, cujo telhado, completamente abatido, faz com que o entulho, n'alguns pontos, attinja quasi a altura de metade das paredes; ao centro da capella mór ha uma grande abertura que dá entrada para o subterraneo que constitue o jazigo do fundador e seus descendentes.

Removendo uma pequena parte do entulho podémos não só penetrar no jazigo, mas encontrámos por acaso uma inscripção esculpida n'uma pedra rectangular de marmore, que depois conhecemos ter sido arrancada da parede de uma capella situada, no lado esquerdo a meio da egreja, inscripção que fielmente reproduzimos.



Nos pannos desmoronados das paredes da egreja e da sacristia vêem-se ainda, dispersos, aqui e além restos de antigos azulejos e fragmentos de grosseiras pinturas a fresco.

Do resto do edificio apenas existe, de pé, mas em pessimo estado de conservação, o refeitorio; todas as outras dependencias do convento estão reduzidas a pouco mais do que a alicerces; cantarias, madeira, mesmo azulejo, tudo emfim quanto mais facilmente se pode reduzir a moeda, tudo tem desapparecido.

João Baptista de Castro, no seu *Mappa de Portugal*, diz que o Barreiro tem dois conventos, o de Nossa Senhora dos Prazeres fundado em 1601, e o da Madre de Deus da Verderena fundado em 1591.

N'este periodo ha evidente equivoco da parte do escriptor, pois que não resta a menor duvida de que o convento da Verderena foi feito para substituir o de Palhaes, pelos motivos que adeante mencionaremos tratando d'aquelle mosteiro.

O convento de Palhaes foi fundado em 1542 e não em 1601, isto é, quarenta e nove annos antes do da Verderena.

Ignora-se, ao certo, o dia da sua fundação que, segundo a opinião de alguns escriptores, foi no dia de Nossa Senhora dos Prazeres; tudo nos leva a crer que assim fosse, attendendo ao antigo costume dos conventos tomarem o seu nome do facto religioso que a egreja commemorava no dia em que era collocada no solo a primeira pedra fundamental.

Este mosteiro, como o da Verderena, era suffraganeo do da

Arrabida; foi encarregado da sua construcção S. Pedro d'Alcantara, que depois n'elle foi guardião e mestre de noviços; e fundado a instancias de D. Francisco da Gama, n'um seu terreno coberto de pinhal e sobreiros, situado, proximamente, a quatro kilometros ao Sul do Barreiro.

D. Francisco da Gama, segundo conde da Vidigueira, era filho d'esse vulto gigantesco que a historia conhece com o nome de Vasco da Gama, sabio navegador que, dobrando o cabo das Tormentas, foi o primeiro homem que deu a volta ao mundo, heroe sublime que descobrindo a India, enriqueceu a metropole com os valiosissimos despojos das suas tantas e tão brilhantes conquistas.

Este convento foi o segundo formado pela Custodia da Arrabida, que, só em 22 de dezembro de 1560, passou á categoria de Provincia; o primeiro foi fundado no mesmo anno de 1542, no alto da serra da Arrabida de que a Custodia e, consequentemente, a Provincia, tomaram o nome.

O local escolhido para este convento era pessimo, muito insalubre e doentio, o que conjunctamente com a muita falta d'agua e com as detestaveis condições hygienicas do primitivo edificio, o tornavam um verdadeiro foco de doenças, difficeis de debellar, attendendo não só a este conjuncto, pouco agradavel, de circumstancias, mas ainda á extrema pobreza em que estes frades viviam.

Andavam completamente descalços, e os seus habitos, munidos de capuz, ou capucho, o que lhes fez dar o nome de *capuchinhos descalços*, eram formados de pedaços do mais ordinario burel, verdadeiros remendos, quasi sempre de varias côres, predominando o pardo, preto e branco; usavam-nos atados, pela cintura, com genuinas e grosseiras cordas de esparto, que lhes davam, para esse fim, ás portas dos armazens onde iam pedir esmola.

O mosteiro de Palhaes era, na sua primitiva, o typo da verdadeira casa de penitencia, o mais acanhado possivel, sem commodidades algumas, e construido com materiaes os mais ordinarios, apezar da generosidade do padroeiro, que poz á disposição de Fr. Pedro d'Alcantara, padre hespanhol que foi canonisado em 8 de março de 1630 sendo pontifice Innocencio X, tudo o que necessario fôsse para a sua completa edificação.

Não obstante as liberalidades de D. Francisco da Gama, diz o chronista da provincia d'Arrabida: «Os materiaes eram grosseiros adobes, toscos pedestaes, e madeiras mal polidas. A fórma bem declarava a refórma dos que o haviam de habitar, como se via no claustro antigo, que não tinha mais do que nove palmos de largura e doze de comprimento; e todas as mais officinas correspondentes a esta pequenez.»

Na cerca existe ainda uma fonte e proximo uma especie de tanque ou pequeno poço, cujas aguas, *in illo tempore*, parece possuiam algumas propriedades medicinaes; a seu respeito continua o mesmo chronista: «em cujas aguas dando o santo Prelado (S. Pedro d'Alcantara) batalha naval aos inimigos do seu espirito com o expôr o corpo aos rigores da sua frialdade, de todos alcançou glorioso triunfo; e bastou então o movellas, para serem ainda hoje milagrosa Piscina, com que muitos se curam de suas enfermidades.»

Affirma o mesmo escriptor que, d'uma vez, e no inverno, o santo padre se conservou dentro do poço, apenas com a cabeça de fóra, durante tres horas.

De muitissimo longe vinham innumeros doentes procurar estas aguas, não se cançando o mencionado chronista de elogiarlhes as virtudes, apresentando larga descripção d'uma infinidade de milagres; á maneira da agua de Lourdes, era esta tambem exportada em grande abundancia.

E' um pouco peccaminosa e d'uma frescura só comparavel, talvez, á temperatura da tal agua, a descripção feita pelo illustre chronista, ácerca dos banhos do encalmado santo.

As virtudes d'estas aguas, porém, desappareceram juntamente com os frades seus pregoeiros; actualmente, apenas possuem a propriedade de matar a sede a qualquer viandante sequioso que, por acaso, d'ellas se approximar, devendo ainda assim usar d'uma certa reserva, pois que o local, sendo muito sezonatico, facilmente aquella tão milagrosa agua pode produzir o effeito de pestilente.

S. Pedro d'Alcantara conservou-se n'este convento cerca de dois annos, voltando depois para Hespanha; mais tarde, em 1548, vindo novamente ao nosso paiz, escolheu ainda, para sua residencia, o convento de Palhaes.

Tanto durante a primeira como durante a segunda assisten-

cia n'este mosteiro, foi S. Pedro frequentemente chamado ao paço, umas vezes por el-rei D. João III, que o consultava sôbre os negocios da mais alta importancia, outras a pedido das infantas D. Izabel e D. Maria, das quaes era director espiritual, para o ouvirem na capella regia, onde muitas vezes foi prégar.

Como consequencia das pertinazes doenças de que eram victimas, não cessavam os clamores dos frades que, a todo o transe, queriam abandonar o convento.

No anno de 1592, estando já muito adeantada ou talvez completa a edificação do convento da Verderena, e achando-se o de Palhaes bastante arruinado, fôram attendidas as supplicas dos seus moradores, e determinada a completa destruição do convento, sendo provincial Fr. João das Chagas, o Flamengo; para esse fim se dirigiu o proprio provincial, acompanhado de muitos trabalhadores, ao local do convento, começando a sua demolição pelo lado do dormitorio.

Logo que isto constou, o povo dos arredores e especialmente o de Palhaes oppoz-se tenazmente, não consentindo que o convento fôsse destruido.

D. Francisco da Gama, quarto conde da Vidigueira, neto do fundador do convento e então seu padroeiro, sabendo mais tarde d'esta resolução, queixou-se a el-rei D. Filippe II, allegando ser o convento propriedade sua.

Por fim harmonisaram-se estas dissensões, dando o conde uma determinada quantia para a ajuda da reedificação da parte que já estava demolida, e ficando no convento tres ou quatro frades, formando uma vigararia, tendo o convento da Verderena, que então começou a ser habitado, a obrigação de, em occasiões festivas, lhe fornecer todos os padres que necessarios fossem, para as suas solemnidades religiosas.

Estas determinações, acceites pelo conde padroeiro, fôram confirmadas em 1593.

Annos depois, em 1601, esteve novamente este mosteiro ameaçado de destruição; n'esse anno, o padre geral da ordem, Fr. Francisco de Souza, ordenou ao provincial Fr. Rodrigo de Deus, que abandonasse aquelle convento, visto não poder sustentar, pelo menos, doze frades como determinava o Breve do Papa Clemente VIII; d'esta vez ainda foi o padroeiro quem o salvou; pois que, residindo por esse tempo em Valha-

dolid, assim que teve conhecimento de tal deliberação, immediatamente pediu ao padre geral suspendesse a ordem dada, pois elle se obrigava a sustentar o numero de frades necessarios para que podessem constituir-se em communidade ; assim succedeu, e d'esta época, em deante, passou o convento a ter o titulo de Guardiania.

Por esta occasião, foi quasi todo feito de novo, obedecendo a um plano mais vasto; transformou-se a cella de S. Pedro n'uma capella, e cortaram-se, em volta do convento, grande numero de arvores, que impediam que elle fôsse ventilado pelo Norte.

Esta ultima resolução contribuiu muito para o melhoramento da hygiene do mosteiro; comtudo continuava ainda a sentir-se com grande intensidade a falta de agua, o que muito preoccupava os frades; esta falta, porém, foi resolvida d'um modo verdadeiramente milagroso, segundo affirmam.

N'um bello dia, no momento em que toda a communidade se achava em meditação, sem mais tir-te nem guar-te, Fr. Rodrigo de Deus quebrou o profundo silencio, exclamando em alta voz: *Temos agua.*

Finda a oração todos os seus companheiros o rodearam, afim de saberem qual o motivo porque, tão fóra de proposito, proferira aquellas palavras; elle não respondeu, mas, levando-os ao alto d'uma fazenda proxima e apontando para um sitio onde crescia um pequeno juncal, disse-lhes que, se alli cavassem, encontrariam o que desejavam, e assim foi; pois que começando logo os frades a abrir uma cova, sem difficuldade encontraram agua em grande abundancia.

Excusado será dizer que, n'aquelle tempo, se espalhou rapidamente a noticia do «*milagre, para o que a Providencia se servin de Fr. Rodrigo de Deus como seu instrumento*» e immediatamente elles conseguiram que Maria da Maya, natural de Palhaes, lhes offerecesse o terreno em que tinham encontrado agua; do mesmo modo procedeu Bento da Costa e Barbuda presenteando o convento com a posse d'uma fazenda que separava a antiga cerca do terreno pertencente a Maria da Maya, e não contentes com isto ainda os frades alcançaram que D. Branca, casada com D. Vasco da Gama, fallecido na India em 1630, tambem lhes offerecesse grande parte d'uma quinta que possuia,

contigua a estes terrenos e assim se formou a nova cerca, em que os seus possuidores trataram logo de plantar magnificas parreiras e numerosas arvores de fructo.

Viveu n'este convento e n'elle falleceu com setenta e seis annos de habito Fr. Amaro dos Martyres.

El-rei D. Filippe III parecia sympathisar muito com este mosteiro, e por um seu alvará ordenou que os frades recebessem, todas as semanas, do moinho de Valle de Zebro, que pertencia ao governo e onde estava installada a padaria militar, um alqueire de trigo.

Em 1702, el-rei D. Pedro II augmentou esta pensão, ficando desde logo os frades, recebendo dois alqueires de trigo, semanalmente.

Além dos padroeiros, muitas outras pessoas da mais alta aristocracia escolheram sepultura n'este convento.

VII

CONVENTO DA VERDERENA

Em consequencia das exhalações putridas emanadas d'uns arrozaes que existiam, e infelizmente ainda hoje existem, a pequena distancia do convento de Palhaes, bem como d'uma grande caldeira do moinho de Valle de Zebro, contiguo á cerca, era este mosteiro muitissimo doentio, sendo os seus moradores victimas constantes, especialmente, de febres intermittentes; por este motivo os frades viviam n'elle muito desgostosos, até que, no anno de 1591, resolveram abandonar este sitio e procurar um local mais agradavel e salubre.

Estudaram diversos pontos e, por ultimo, o provincial deu a preferencia, para a construcção do novo mosteiro, ao logar da Verderena Grande, situado n'uma eminencia a dois kilometros do Barreiro.

A propriedade, para esse fim escolhida, que constava d'umas terras com grande pomar de laranja, poço, horta e diversas arvores de fructo, pertencia a umas senhoras do Barreiro, irmãs e ambas notaveis pela sua extraordinaria belleza, o que deu origem a que fôssem conhecidas pelo nome de *Rosas,* não obstante os seus nomes sêrem Luiza de Faria e Brites de Faria.

Estas senhoras eram muito religiosas e quando o Provincial lhes manifestou empenho em adquirir aquelles terrenos para alli

edificar um mosteiro, immediatamente lh'os offereceram sem indemnização alguma.

Uma outra senhora, tambem do Barreiro, por nome D. Francisca d'Azambuja, possuidora de extraordinaria fortuna, logo que soube d'esta doação, procurou o Provincial e lhe participou que tinha o maximo empenho em ser ella quem lhe fundasse o convento, declarando que estava prompta a dispender todos os capitaes que necessarios fôssem para a realisação d'essa obra, a qual seria feita sob a direcção d'elle Provincial, reclamando ella, apenas, para si e seus descendentes, o titulo de padroeira; immediatamente, como era de esperar, esta agradavel proposta foi acceite e no dia 18 de dezembro d'este mesmo anno, estando presentes D. Francisca d'Azambuja, o Provincial e mais frades, os mestres encarregados da construcção e muito povo dos arredores, foi collocada no solo a primeira pedra sôbre que devia assentar o edificio.

N'esse dia commemorava a egreja a Expectação do parto de Nossa Senhora e por este motivo a fundadora lhe dedicou o convento, intitulando-o da *Madre de Deus*.

Durante toda a sua vida, esta devota nenhuma outra coisa estimou mais do que o seu mosteiro; emquanto viva, occorreu sempre, largamente e com o mais vivo interesse, a todas as suas despezas, *inclusivé* a subsistencia de quasi todos os frades d'elle.

Não tendo herdeiros forçados, porque do seu consorcio não houve filho algum, por sua morte deixou um testamento, e dois codicillos annexos servindo-lhe de complemento; o testamento foi feito em 26 de novembro de 1618 pelo licenciado Simão Fernandes Desparagosa, advogado em Lisboa; o primeiro codicillo foi escripto pelo Dr. Pero Gomes d'Abreu, ouvidor do duque d'Aveiro, D. Alvaro de Lencastre, e está datado de 25 de novembro de 1620, e o ultimo pelo padre Marcos Fernandes, seu capellão, a quem nomeou seu testamenteiro, com a data de 16 de janeiro de 1621.

Os ultimos tempos da sua vida passou-os esta senhora na cama, entrevada, e aleijada das mãos, mas conservando intactas as faculdades intellectuaes.

Nos seus testamentos ordenava que com um certo numero das suas muitas e boas propriedades, cujo rendimento era egual senão muito superior ás esmolas que constantemente fazia ao

seu convento, se constituisse uma capella, para por este meio assegurar aos frades a sua perpetua sustentação, *em quanto o mundo fosse mundo*, como ella dizia.

Instituiu herdeiros dos seus muitos restantes bens a seu sobrinho Fernão Roiz d'Azambuja, com a obrigação d'administrar a mencionada capella, encargo que seria transmittido em linha recta a todos os seus descendentes havidos de legitimo matrimonio.

Além d'este, deixou mais uma infinidade de outros legados, esmolas e dotes para casamento de orphãs pobres.

E' extremamente notavel o particular cuidado que se nota em todas as suas disposições, afim de que ellas fôssem rigorosamente cumpridas, e nunca podessem ser vencidas pela astucia ou artimanha do seu herdeiro ou algum de seus descendentes; pois que, logo que qualquer d'elles commettesse a mais leve falta, *ipso facto* perderia a posse de todos os seus bens, e caso apparecessem duvidas acerca do cumprimento d'algum dos seus legados, determina que essa duvida se resolva sempre de prompto e a favor dos frades ou de qualquer outra pessoa a quem legue os seus rendimentos.

Pede á Santa Casa da Misericordia do Barreiro a vigilancia sôbre a fiel execução do seu testamento e para que esta tome o maior interesse, nomeia-a segunda administradora dos seus haveres, addicionando-lhe, n'este caso, ainda muitos mais encargos como, casar um certo numero de orphãs pobres todos os annos, distribuir egualmente em cada anno avultado numero de esmolas e mandar-lhe resar por alma e ainda por outras intenções grande quantidade de missas.

No caso da Misericordia acceitar esse encargo, como de facto mais tarde succedeu em tempo d'um dos descendentes de seu sobrinho, pede ainda ao procurador da comarca de Setubal para tomar contas á referida Misericordia.

Julgava por este meio assegurar que os seus legados fôssem cumpridos *in perpetuum*, como tantas vezes repete no seu testamento; mas, apezar de todas as suas precauções, bastou apenas menos de dois seculos, para que fôsse completamente esquecido tudo quanto em sua ultima vontade havia determinado, pois que já ha muitos annos se não cumpre uma unica, sequer das mais insignificantes, das suas disposições.

Além da grande congrua annual, assegurada pela instituição da capella, legou mais a este mosteiro muitos e preciosos objectos de seu uso, especialmente pertencentes á capella do seu palacio, bem como deixou a todos os seus creados, que eram numerosos, as casas em que habitavam e diversas pensões emquanto vivos, não excluindo os escravos, a todos os quaes tambem deixou carta de alforria, ordenando ainda que se vestissem á custa de seu espolio grande numero de pobres de ambos os sexos e se casassem algumas raparigas faltas de meios, mas honradas, para o que estipendiava os respectivos dotes.

Determinava que ninguem mais possuisse o titulo de padroeira d'este convento, honraria que reservava só para si, e bem assim quiz que só ella fosse sepultada na capella do seu convento, excluindo inclusivamente os seus parentes, com excepção de sua mãe e um irmão, já então fallecidos, cujas ossadas ella fez transportar da egreja do Barreiro; caso infringissem alguma d'estas disposições, egualmente *ipso facto*, tambem os frades perderiam a posse de tudo quanto lhes legava; isto fez com que estes mais tarde se vissem em serios embaraços, como vae ver-se.

Em 1707, buscou guarida n'este convento um abastado hespanhol, contratador do tabaco, D. João Antonio de la Concha, o qual, em recompensa do modo por que alli o tratavam, vendo o convento muito damnificado, resolveu-se a reconstruil-o á sua custa, quasi desde os alicerces, no que dispendeu avultadas sommas; mostrando sempre grande sympathia por este mosteiro, quiz, por ultimo, ficar n'elle sepultado.

Estava ainda de pé a clausula testamentaria da sua fun dadora, que determinava que só ella fosse sepultada na egreja do seu convento, isto sob as penas que acima mencionamos; por este motivo, viram-se na necessidade de construir uma outra egreja, ficando assim um convento tão pequeno com duas capellas.

Muitas pessoas d'alta gerarchia, que falleceram antes d'esta epocha, legando diversas pensões ao convento, obtiveram apenas licença para serem sepultadas debaixo do alpendre, fóra da porta da egreja, outras na casa do capitulo, como succedeu a D. Maria Espinosa de Montezer, camareira-mór da rainha D. Luiza.

Tanto o convento como a respectiva cerca não apresentam ne-

nhuma obra d'arte notavel, nem outra qualquer particularidade que attraia hoje a attenção do visitante, a não ser o bello panorama que d'alli se desfructa.

O edificio, relativamente pequeno, parece que nunca possuiu mais de quinze religiosos,sendo muitos d'elles naturaes do Barreiro; quando se extinguiram as ordens religiosas, era n'este convento guardião Fr. Pedro Maria da Costa, d'esta villa, conhecido na congregação por Fr. Pedro de Santa Escholastica.

O convento, denominado hoje *Quinta da Verderena*, é actualmente propriedade do sr. Augusto Gomez d'Araujo, que o recebeu em herança materna.

A cerca e o mosteiro, comquanto apresentem na actualidade um certo cunho de vivenda particular, encontram-se ainda hoje bem conservados, com excepção da egreja que primeiro se fundou, a qual já ha annos foi profanada, transformando-se em adega, sendo por essa occasião transportados para a outra capella os poucos restos mortaes que se encontraram da sua fundadora.

D. Francisca d'Azambuja, senhora excessivamente esmoler e caritativa, pertencia a uma das primeiras casas nobres de Portugal, contando entre os membros de sua familia os antigos Duques de Caminha, Duques de Nocera, Marquezes de Castello Rodrigo, Condes de Valle de Reis, Condes de Vimioso, Condes do Lumiar, D. João Affonso d'Azambuja, que foi bispo do Porto, de Coimbra, arcebispo de Lisboa e cardeal, Lourenço Esteves d'Azambuja, que desempenhou o elevado cargo de nosso embaixador em Roma, João Roiz d'Azambuja, *alcaide-mór do Barreiro* e commendador da ordem de Santiago, e José Joaquim Tavares Pereira d'Azambuja cahido «no campo da batalha de Alcacer do Sal, crivado de ferimentos mortaes, na acção de 8 de Fevereiro de 1847, em consequencia do arrojo com que se atirou ao centro de um quadrado de infanteria inimiga.»

Esta familia possuia nove brazões d'armas differentes em consequencia dos muitos e diversos titulos que d'ella faziam parte; aquelle cujo desenho apresentamos, no principio d'este capitulo, é propriamente o brazão da familia Azambuja.[1]

[1] Parte d'estes apontamentos são tirados da arvore genealogica e da carta de brazão d'armas de nobreza e fidalguia d'esta tão illustre familia;

Era D. Francisca d'Azambuja natural do Barreiro e habitava n'esta villa o seu magestoso palacio, de que hoje não resta o menor vestigio; ficava situado na rua do Rosario, onde hoje existem uma propriedade urbana mandada construir por José Elias Ligorne e uma quinta annexa pertencente, na actualidade, ao sr. Joaquim do Rosario Costa, a qual era dependencia do solar.

Esta senhora falleceu no Barreiro, a 22 de janeiro de 1621, como consta do auto d'abertura do seu testamento, e não em 22 d'outubro, como vem mencionado na Chronica da Provincia d'Arrabida; foi casada com Alvaro Mendes de Vasconcellos, o qual succumbiu na malfadada batalha de Alcacer-Kibir, pelejando contra os mouros, ao lado de el-rei D. Sebastião, essa creança desvairada e louca, que os destinos fizeram sentar no throno de Affonso Henriques e de D. João I, e que, deixando o paiz exhausto de homens e de recursos, foi ao seio da moirama, nos desertos ardentes da Africa, talhar a grande mortalha em que, pouco depois, o primeiro inquisidor geral portuguez, o imbecil cardeal-rei D. Henrique, envolvia a patria dos heroes de Ourique e Aljubarrota emquanto Camões, agonisante, exhalava os ultimos gemidos lastimando a desventura da ditosa patria sua amada.

são dois bellos pergaminhos, os quaes temos presentes, exemplares unicos, e que pertencem ao nosso amigo José Joaquim Pereira de Azambuja Rodrigues; os restantes são extrahidos da *Encyclopedia das Encyclopedias*, o grande *Diccionario Universal Portuguez*, a obra de maior vulto que tem sahido de prelos portuguezes, ainda em publicação, e cuja propriedade pertence ao nosso particular amigo e editor Henrique Zeferino de Albuquerque.

VIII

INSTRUCÇÃO

A Camara Municipal d'este concelho dispende annualmente com professores a quantia approximada de um conto de réis, somma relativamente avultada attendendo ás forças do municipio.

Alimenta duas escolas no Barreiro, egual numero no Lavradio, uma para cada sexo, e outra, mixta, na freguezia de Nossa Senhora da Graça de Palhaes, com residencia na aldeia de Santo Antonio da Charneca, pagando a tres professoras, dois professores e tres ajudantes.

As escolas officiaes do Barreiro funccionam em bons edificios, expressamente construidos para o fim a que se destinam, e que reunem todas as condições aconselhadas pela hygiene.

A do sexo masculino foi edificada em 1870, segundo as disposições testamentarias do benemerito Conde de Ferreira; este titular, possuidor de extraordinaria fortuna, falleceu no Porto no dia 24 de março de 1866.

Este homem, que póde ser classificado entre os maiores benemeritos da sociedade portugueza, foi arguido durante a sua vida de haver praticado algumas faltas, cujo fundamento desconhecemos; mas, se effectivamente algumas commetteu, resgatou-as bem ao partir d'este mundo, legando-nos um testamento que é uma verdadeira maravilha.

Como consequencia d'este admiravel documento, differentes estabelecimentos de beneficencia, do paiz, agradeceram a offerta de cento e sete contos de réis, a cidade do Porto possue, reconhecida, o magnifico hospital de alienados que póde servir de modelo no seu genero, e a instrucção popular recebeu a verba de cento e quarenta e quatro contos, com os quaes edificou cento e vinte escolas de ensino primario, onde milhares de creanças, nascidas das classes menos abastadas, vão colher o pão do espirito.

O governo muito acertadamente auctorisou as camaras, que foram contempladas em virtude d'esta ultima disposição testamentaria, a poderem desviar até á verba de quatrocentos mil réis para darem maiores proporções ás escolas por este meio fundadas.

A Camara Municipal do concelho do Barreiro é n'este ponto merecedora de elogio, porque foi uma das que, usando d'esta concessão, abriu o seu cofre para ampliar a idéa do benemerito Conde.

O outro edificio, de proporções mais vastas e melhor dividido, destinado ao sexo feminino, foi construido exclusivamente a expensas do cofre do municipio, no anno de 1878.

Estas duas escolas officiaes são as chamadas *escolas regias;* foi o grande marquez de Pombal quem, na sua magnifica lei de 6 de novembro de 1772 que reformou a instrucção publica em Portugal, deu aos professores de instrucção primaria o nome de *mestres regios.*

Além d'estas duas, e do asylo de D. Pedro V, de que n'outro logar tratamos mais desenvolvidamente, existem ainda n'esta villa mais quatro escolas particulares, duas para cada sexo.

Geralmente, no Barreiro, as creanças concorrem na quasi totalidade ás escolas; em 1884 estavam matriculadas, nas officiaes, perto de trezentas creanças, e distribuidas pelo asylo e pelas outras escolas umas cento e cincoenta.

D'esta data em deante, a frequencia ás escolas officiaes tem diminuido d'uma maneira extraordinaria, devido inquestionavelmente á perda dos bons professores os srs. Luiz d'Almeida Reis e D. Maria Joanna da Silva Pereira Reis, tão exemplares, tão assiduos, tão á altura do seu mister como difficilmente voltarão outros ao Barreiro; esta perda coincidiu com a sahida

do mais diligente delegado parochial que n'esta villa tem servido, o sr. Quintino José da Fonseca Pinto.

E' avultado o numero de professores que d'então para cá teem tomado posse das escolas, cada um com seu methodo differente, alguns mesmo sem methodo algum, deixando-as por vezes entregues apenas aos ajudantes; tudo isto, alliado a grande descuramento da parte das commissões, cujo dever é vigiar estas casas d'instrucção, tem dado não só o pouco benefico e pouco edificante resultado de as creanças quasi nada aproveitarem com o seu estudo e frequencia, como o ter diminuido prodigiosamente o numero de alumnos matriculados; com isso lucram os professores particulares mas ficam lesados os municipes, os quaes, além de darem para a instrucção uma verba de tres por cento sobre todas as contribuições do estado, são ainda obrigados a pagar a esses professores para conseguirem a educação de seus filhos.

E' uma vergonha, especialmente para a junta de parochia, o que vamos dizer, mas nós estamos descrevendo as coisas taes quaes ellas são, e não como desejariamos que o fossem.

Em 22 de Março de 1886, quando tomou posse da escola regia do sexo masculino o professor o sr. Augusto Jovianno Candido da Piedade, não existia n'esta escola um unico livro destinado á escripturação, mas, o que parece ainda mais incrivel, nem sequer havia um copo por onde se bebesse agua, nem um relogio para regularisação dos trabalhos escolares!

Torna-se absolutamente indispensavel que a camara municipal e a junta de parochia d'esta villa se harmonisem e attentem um pouco mais em tão importante assumpto, como é o da instrucção popular.

Ainda não ha muito tempo que a camara municipal de Braga, a exemplo d'outras muitas, creou dois premios de 100$000 réis cada um, destinados aos alumnos de instrucção primaria que mais se distinguissem em cada anno; no Barreiro, porém, onde a camara costumava annualmente dispender 18$000 réis em pequenos premios que, se não constituiam uma alta recompensa, eram comtudo um grande incentivo para as creanças, até essa mesquinha verba foi, já ha annos, eliminada de entre as differentes verbas de despeza camararia.

E visto estarmos fallando de escolas, n'este capitulo so-

bre instrucção popular no concelho, lembraremos a creação de uma pequena bibliotheca municipal e publica n'esta villa; escusado será relatar as innumeras vantagens que resultariam d'uma instituição d'esta ordem.

Com um diminuto accrescimo de despeza annual podia a respectiva municipalidade realisar este importante melhoramento.

Na escola do Conde de Ferreira, a sala que tem entrada pela porta principal e que de nada serve, podia utilisar-se para este fim; com um pequeno augmento de ordenado, a titulo de gratificação, ao professor ou ao ajudante d'esta escola, facilmente qualquer d'elles se prestaria a responsabilisar-se pela bibliotheca e a abril-a todas as noites, durante um determinado espaço de tempo.

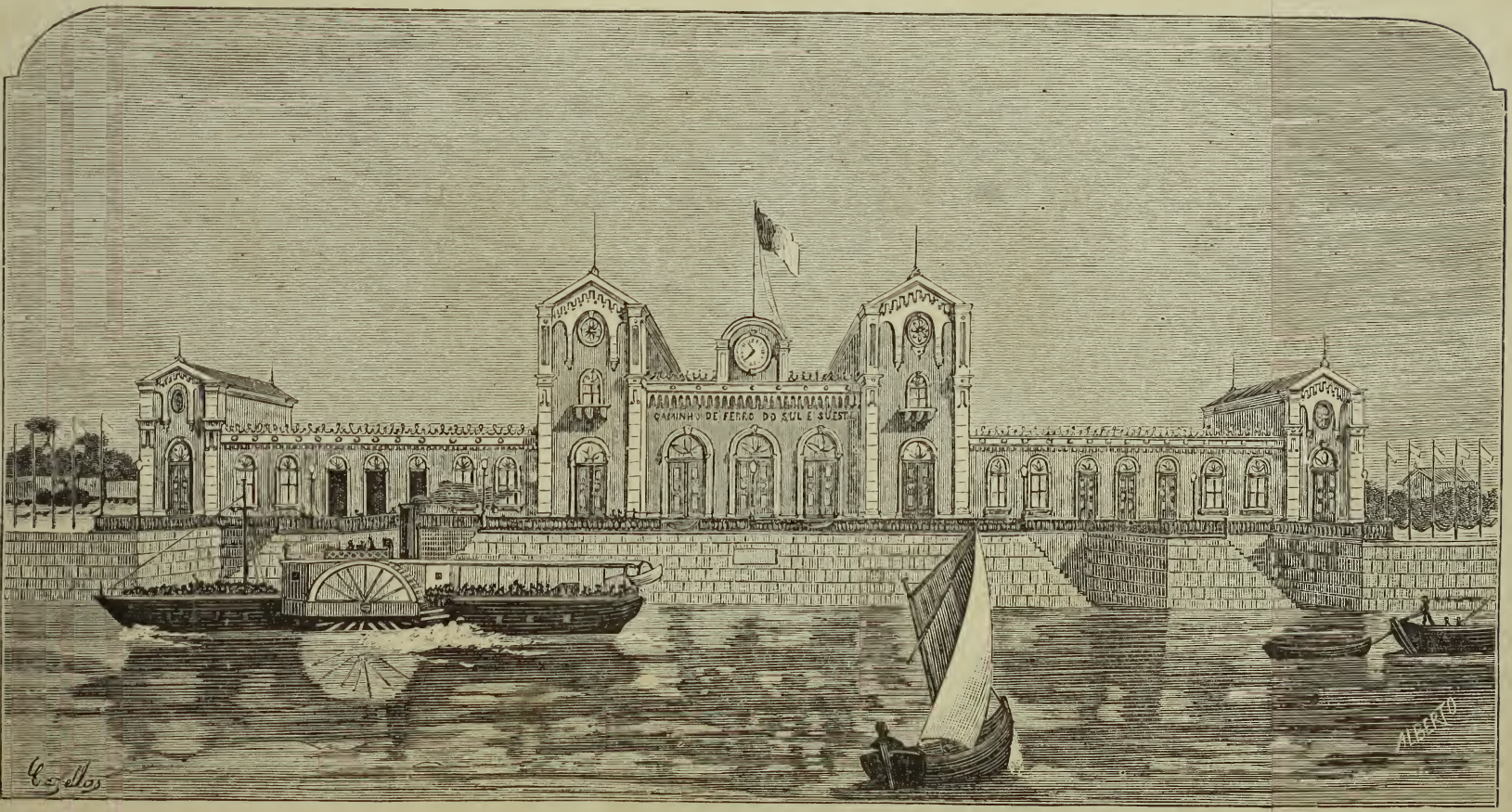
Bem sabemos que só com um avultado capital se póde alcançar uma boa collecção de livros uteis, mas tambem não ignoramos que com um pouco de actividade e boa vontade, facilmente se conseguiria um certo numero de obras, de varios auctores e e editores, assim como da Imprensa Nacional, e de differentes corporações scientificas.

Com estes elementos e com o auxilio d'alguns individuos d'esta villa não se nos affigura difficil organisar um proveitoso nucleo, e mais tarde o tempo se encarregaria de fazer o resto.

Além d'isso, nós não queriamos já, de momento, que se fizesse a acquisição de uma livraria de classicos, de custosas obras de philosophia transcendente ou de sciencias superiores, nós por muito felizes nos dariamos se alli podessemos encontrar, além de um bom diccionario da lingua portugueza e outros diccionarios de artes e officios, o manual do serralheiro, do carpinteiro, do sapateiro, do fabricante de vinhos, etc., etc.; com isso bastante lucrariam muitos dos artistas da nossa terra.

A idéa ahi fica, e se alguma vereação tiver o louvavel intento de a pôr em pratica, certamente póde contar com o nosso humilde auxilio e com alguns dos nossos livros.

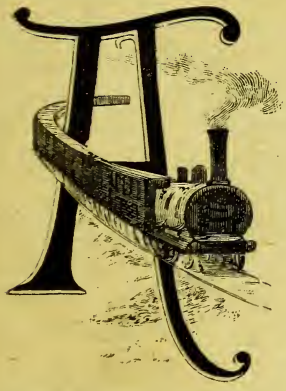
Seja porém dito de passagem e em abono da verdade, que o concelho do Barreiro é um dos poucos do nosso paiz em que os professores nunca tiveram de apresentar a mais insignificante reclamação ácerca do pagamento dos seus ordenados.



NOVA ESTAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DO SUL E SUESTE, NO BARREIRO

IX

CAMINHO DE FERRO DO SUL E SUESTE



AINDA que tentassemos, ser-nos-hia impossivel fazer a historia d'este caminho de ferro. Para se poder descrever minuciosamente as differentes phases que elle tem experimentado, para bem se poder apreciar as altas e importantissimas discussões que a seu respeito se teem suscitado, seria necessario um estudo profundo e demorado, que certamente exorbitaria a esphera dos nossos conhecimentos; e quem a isso se propozesse teria de escrever longos volumes.

Nos estreitos limites d'esta nossa *Memoria* não podia, de modo algum, caber assumpto de tão vastas proporções; limitar-nos-hemos portanto a tocar simplesmente alguns pontos mais capitaes ou que mais intimamente se relacionem com os interesses d'esta villa.

E' ao grande estadista Joaquim Antonio d'Aguiar, que tanto se interessava pelo bem estar d'esta terra, que o Barreiro deve, inquestionavelmente, o extraordinario beneficio de ser a estação *terminus* do caminho de ferro do sul e sueste.

Por carta de lei de 7 de Agosto de 1854, approvando um contracto feito pelo governo em 24 de Julho d'esse mesmo anno, foi determinada a construcção d'uma linha ferrea, ao sul do Tejo, partindo de Aldegallega a Vendas Novas.

Em resultado, porém, de difficuldades que surgiram, e especialmente por influencia do ministro que por tanto tempo patrocinou o Barreiro, appareceu, em 26 d'esse mesmo mez e anno, outro decreto approvando um contracto addicional, no qual se determinava que a estação *terminus* d'esta linha fosse no Barreiro.

Assim succedeu, e no dia 1 de Fevereiro de 1861, foi este caminho aberto ao publico, tendo apenas 19 kilometros em exploração, 56 na linha principal e 13 no ramal de Setubal, havendo a companhia constructora, chamada *brazileira*, recebido do governo, a titulo de subvenção, a importancia de 551:893$670 réis, além de madeiras no valor de 359:480$454 réis.

Em virtude do contracto feito em 6 de Agosto de 1861, approvado por decreto de 10 do mez seguinte, ficou este caminho pertencendo ao estado, o qual por esta occasião entregou á companhia mais a importancia de 939:730$950 réis.

Por lei de 29 de Maio de 1860, foi approvado o contracto feito pelo governo, em 3 de Janeiro d'esse anno, para o prolongamento do caminho de ferro de Vendas Novas a Evora e Beja, com John Sutherland Valentine, como representante de uma companhia ingleza, que tomou o nome de *Companhia do caminho de ferro do sueste de Portugal*, recebendo esta empreza a quantia de 1.970:688$000 réis.

Com esta mesma companhia fez o governo outros differentes contractos; o primeiro, com data de 21 d'Abril de 1864 e approvado em 23 do mez seguinte, tinha por fim os prolongamentos da linha de Beja á fronteira de Hespanha, na direcção de Setubal, de Beja até ao litoral do Algarve, e de Evora a entroncar na linha de leste, na estação do Crato, cedendo o governo a esta empreza o caminho de ferro do Barreiro, com o ramal de Setubal, pela importancia de 224:000 libras esterlinas ou 1.008:000$000 réis.

Os outros contractos foram consequencia d'este.

Tendo, porém, esta companhia faltado a todas ou pelo menos á grande maioria das clausulas dos seus contractos, foram estes rescindidos por decreto de 23 de Maio de 1866, e, depois de renhida lucta, tomou o governo, em 12 de Março de 1869, posse de tudo quanto era inherente não só ao caminho de ferro do Barreiro como a todas as linhas que estavam em construcção.

A lei que auctorisou esta posse tem a data de 10 de Março de 1869 e é precedida de differentes considerandos dos quaes, por excessivamente engraçado, transcrevemos o seguinte:

«Considerando, porém, que a perda em que incorreu a companhia comprehende obras e materiaes que excedem, segundo a avaliação a que o governo mandou proceder, as subvenções recebidas do thesouro na somma de 2.376:653$751 réis, da qual *o governo, interpretando os sentimentos da nação, prescinde de se aproveitar para o estado*».

E ainda ha muitos pessimistas que affirmam ser o nosso paiz uma nação pequena e pobre! A prova exactamente do contrario, o documento da nossa grandeza e opulencia, que a Inglaterra por tantas vezes tem apreciado ao receber as nossas melhores colonias, temol-o nós ainda n'este decreto, em que o nosso governo acode pressuroso a offerecer de presente, a meia duzia de subditos de sua magestade britannica, a insignificancia de 2.376:653$751 réis, «como indemnisação por não ter (esta companhia) cumprido as condições do seu contracto, augmentada pelo ministerio que se lhe seguio, segundo então constou, com mais 60:000 libras, (270:000$000)!!!» [1]

A primitiva estação principal d'este caminho foi construida a cerca d'um kilometro ao sul da villa, e ainda se conserva; é um magestoso edificio que mede 68 metros de largura por 95 de fundo, incluindo o grande terraço que lhe fica na frente e para o qual se sobe por duas amplas escadas lateraes de cantaria; este edificio occupa uma área de 6.460 metros quadrados, tendo só a gare 32 metros de largo por 67 de comprido.

O local escolhido para a sua edificação foi pessimo; primeiramente, os passageiros que de Lisboa se dirigiam para este caminho, desembarcavam na ponta do Mexilhoeiro e tinham de percorrer a pé um extenso areial de cerca de dois kilometros, antes de chegarem ao local onde deviam metter-se no comboio; mais tarde começou o vapor a ir lançar os passageiros mesmo defronte da estação, mas ainda assim o incommodo não era muito

[1] Sr. Miguel Paes, *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, vol. 1.º, pag. 273.

menor, pois que passavam do vapor para pequenos barcos que os vinham lançar em terra, tendo ainda de percorrer, a pé, uma certa distancia até á estação.

Ulteriormente procuraram remover estes inconvenientes construindo uma extensa ponte de madeira, com trezentos e quarenta metros de comprido, que unia o caes com o ponto onde o vapor podia chegar, a qual foi demolida quando se terminou o grande aterro ultimamente construido, em cuja extremidade se edificou a nova estação.

D'esta ponte, desapparecida já ha uns bons seis annos, ainda hoje nós, os barreirenses, possuimos uma onerosa recordação, — o celebre imposto de 40 réis (que ainda hoje se paga) lançado sobre o preço de cada bilhete vendido no Barreiro ou para o Barreiro, com o fim de occorrer ás despezas da conservação ou mesmo da sua construcção!

E' difficil explicar a existencia d'este imposto, na actualidade, depois de cessar a causa que o motivou.

Affigura-se-nos, no entanto, que o seu não desapparecimento seja devido, talvez, ás idéas que parecem imperar um pouco no animo do pessoal superior da administração d'este caminho e que o sr. Miguel Paes como que deixou transparecer quando, em 31 de Junho de 1875, affirmava que:

«A maior parte dos passageiros da Moita e Alhos Vedros vão a Lisboa em faluas e voltam n'ellas, poupando assim a despeza do caminho de ferro, o imposto da ponte e a differença do preço no vapor; e os do Lavradio, Barreiro, Seixal, Arrentella, Amora, etc., preferem da mesma sorte ir e vir nas faluas e não no vapor, porque n'este gastam mais 50 réis. Só no inverno, ou quando o rio está muito agitado, o receio os obriga a utilisarem-se d'elle.»

Esta asserção parece-nos menos rigorosamente exacta, o que facilmente se demonstra com o seguinte quadro.

Mappa estatistico do movimento de passageiros na via fluvial nos annos de 1884 e 1885

ANNOS	ESTAÇÕES		BILHETES ORDINARIOS			BILHETES DE IDA E VOLTA			TOTAES		
	Partida	Chegada	Ré	Proa	Total	Ré	Proa	Total	Ré	Proa	Geral
1884	Lisboa ..	Barreiro.	10.220	24.980	35.200	1.316	952	2.268	11.536	25.932	37.468
	Barreiro.	Lisboa ..	7.738	21.801	29.539	154	720	874	7.892	22.521	30.413
		Seixal...	5	172	177				5	172	177
	Seixal...	Barreiro.	7	428	435				7	428	435
1885	Lisboa ..	Barreiro.	10.637	27.272	39.709	3.362	2.210	5.572	13.999	29.482	43.481
	Barreiro.	Lisboa ..	7.979	22.895	30.874	2.632	3.016	5.648	10.611	25.911	36.928
		Seixal...	29	184	213				29	184	213
	Seixal...	Barreiro.	55	514	569				55	514	569

Pela simples inspecção d'esta tabella, vê-se que a média dos passageiros, que nos dois ultimos annos transitaram entre o Barreiro e Lisboa e vice-versa, se eleva á enorme cifra de 73:942, notando, ainda que n'este numero figuram os bilhetes de ida e volta que só no anno de 1885 attingiram 11:220!

Até estes bilhetes, que são de tanta conveniencia para o publico, podem ser aproveitados só durante dois ou tres mezes em cada anno, e isto por uma mesquinha medida de economia administrativa.

Ora admittindo que seja rigorosamente verdade o que se affirma, — que os passageiros em questão só procuram o o vapor em circumstancias anormaes, para evitarem o pagamento da differença de transporte, — avaliando pelos numeros que deixamos citados, imagine-se qual seria a concorrencia a esses vapores, se o preço dos bilhetes fosse o que sensatamente devia ser: pelo menos, o mesmo que era antes do tal imposto.

Além d'isso, a differença do custo de transporte, em falua ou em vapor, não é de 50 réis, mas sim muito superior, pois que nos barcos de vela se paga apenas 40 réis, ao passo que nos vapores do caminho de ferro, custa cada bilhete 100 e 150 réis!

De todas as carreiras que, em barco a vapor, se fazem no Tejo, é esta a unica que se realisa em barcos do estado, sendo talvez esse o motivo porque é de todas a mais cara.

A travessia de Lisboa para Aldegallega, por exemplo, em vapores particulares, e n'um percurso muito superior, custa apenas 100 e 120 réis.

Parece-nos que o exaggerado preço d'aquelles bilhetes só se pode explicar pela pouca ou nenhuma consideração que os passageiros do Barreiro merecem ao illustrado pessoal superior d'esta linha, desprezo que mais se nos evidenceia quando nos lembramos de que ainda não foi construida a estrada que devia ligar o ponto de desembarque com os outros caminhos que conduzem ao Barreiro e a Azeitão.

Entre o local onde chega o vapor e o ponto onde esperam as diligencias de Azeitão e os trens que fazem carreiras para o Barreiro, medeia uma extensão de cerca de meio kilometro que constitue um caminho perigosissimo, sempre cheio de mercadorias de toda a especie, entrecortado de linhas em todos os sentidos e onde as machinas e comboios teem de fazer o maior numero de evoluções, precisamente na occasião da partida ou chegada dos vapores, isto é, no momento em que os passageiros o teem de percorrer em todo o seu comprimento.

Aparte mesmo o perigo imminente, ha ainda a considerar o grave incommodo a que se expõem os passageiros, em grande numero senhoras e creanças, que teem de fazer este percurso, a pé, umas vezes sob um sol ardentissimo, outras açoitados pela chuva e vento rijo e sobre um lamaçal medonho.

Quando mais não seja, em nome da humanidade, toda a gente sensata que por alli passe deve pedir, com instancia e com urgencia, a quem competir, a construcção d'esta estrada, pois estamos intimamente convencidos de que, só quando houver a lamentar a perda de vidas sob as rodas d'alguma locomotiva, é que se pensará mais a sério no assumpto.

No emtanto, no *Diario de Noticias* n.º 7:490 publicado em 22 de Novembro de 1886, o sr. Miguel Paes menciona, entre obras a realisar na estação do Barreiro, *a estrada para a estação.*

Apezar de nos parecer já um pouco tarde, comtudo, *se tal succeder*, desde já enviamos a s. ex.ª sincero agradecimento.

A antiga estação, cuja frontaria tem tres grandes portões, além de dezeseis vãos de janellas e portas, serve na actualidade para differentes repartições, deposito de carruagens e outros materiaes, residencia do chefe da estação e do movimento, e n'ella se acham tambem installadas algumas das principaes officinas.

O pessoal d'essas officinas consta de um chefe de tracção, um sub-chefe, um mestre geral, tres contramestres, um apontador, um ferramenteiro, além de 105 operarios entre pintores, carpinteiros, torneiros, serralheiros, ferreiros, etc., não contando talvez, com mais uns 50 que figuram como supranumerarios.

O pessoal das locomotivas, guindastes, vapores, fragatas, etc., etc., sobe a mais de 100 individuos.

Além d'esta enorme agglomeração de artistas e outros empregados, o governo, em consequencia das importantissimas obras a que procede continuamente n'esta estação, emprega ainda algumas centenas de braços.

Na actualidade, a obra de maior vulto, em cujo acabamento ainda se trabalha, é a grande rotunda ou cocheira de machinas, com alojamento para 20 locomotivas; esta construcção foi cedida em hasta publica ao nosso patricio e intelligente artista, o sr. Eduardo Vidal Ribeiro, pela somma de 25:300$000 rs., e só n'esta obra teem chegado a trabalhar assiduamente sessenta individuos.

Além da rotunda, tem o governo realisado outras obras importantes, taes como grande numero de armazens, alguns em fórma de *chalet*, para differentes depositos e arrecadação de mercadorias, officina de pintura, etc., etc.

Nas officinas de grande reparação, teem-se realisado obras verdadeiramente importantes, que attestam o moderno progredir da industria nacional, e que tornam dignos do maior louvor não só os habeis artistas que ali as executam como os distinctos engenheiros que as dirigem.

D'entre ellas citaremos de preferencia, por nos parecer das mais importantes, a construcção de cinco caldeiras, uma para o vapor D. Augusto, de maiores proporções que a primitiva e de systema diverso, e quatro para differentes locomotivas; cada uma d'estas caldeiras costumava custar 4.500$000; nas officinas do caminho de ferro do sul e sueste, construiu-se a primeira por 3.730$400 réis e as restantes a 3.194$910 réis, dando assim o resultado economico de cerca de seis contos de réis, havendo ainda a importantissima vantagem de que todo o capital dispendido em mão d'obra não sahiu do paiz.

Segundo a noticia apresentada pelo sr. Miguel Paes (*Diario de Noticias* n.º 7:499, de 1 de dezembro de 1886), teem-se construido nas officinas d'este caminho de ferro, durante a adminis-

tração do governo,—1 caldeira de vapor, 4 de locomotivas, 11 carruagens e 3 fourgons de teca, 61 wagons H e J., 64 G. L. Soccorros e 12 fourgons, 16 wagons N., 2 O. e 79 F. M. P. Q., produzindo, além d'outras muitas vantagens, faceis de calcular, a extraordinaria economia de 31:553$360 réis, avaliando-se em 20 % a differença, para menos, das obras feitas n'estas officinas ou importadas do extrangeiro!

Em 1875 pensou-se muito na construcção d'um caminho de ferro de Cacilhas a Cezimbra, com um ramal que, partindo da Quinta do Conde entroncasse no Pinhal Novo, mudando-se assim a estação testa do caminho de ferro do sul e sueste para Cacilhas, o que seria uma verdadeira calamidade para o Barreiro.

D'um lado, ás ordens da empreza, que chegou a organisar-se para esse fim, estavam os distinctos engenheiros os srs. Jayme Larcher e Manoel Raymundo Valladas, e em opposição, pugnando pelo Barreiro, estava o não menos illustre engenheiro o sr. Miguel Carlos Corrêa Paes, que foi o vencedor n'esta lucta titanica, travada entre intelligencias tão superiores e debatida com o mais entranhado denodo.

Para que o leitor possa fazer perfeita ideia da importancia e excellencia do porto do Barreiro, bem como das excepcionaes condições naturaes do local em que foi edificada a nova estação, e ainda para poder avaliar a importancia das grandes obras ultimamente realisadas, transcrevemos algumas das asserções do sr. Miguel Paes, do interessante livro publicado em 1876, sob o titulo *Caminho de ferro do sul e sueste, esclarecimentos sobre a administração do governo.*

«Desde a ponta do Mexilhoeiro até Coina, existe um canal que tem mais de 6 kilometros de extensão; este canal é navegavel por navios e vapores desde o Mexilhoeiro até Valle de Zebro, em uma extensão de mais de 4 kilometros, e com uma profundidade de agua de 4 a 13 metros na mais forte baixamar de aguas vivas, tendo n'essa occasião uns 200 metros de largura, que nas marés cheias se eleva a kilometro e meio em frente do caminho de ferro.

Já se vê, pois, qual é a grande importancia d'este canal.

E' uma verdadeira doca natural, que não precisa dragagem, nem reparações, que tem altura de agua para os navios de grande tonelagem e capacidade para conter centos d'elles. Já alli têem

vindo carregar minerio, vapores que têem carregado 1:200 toneladas, e ainda não ha muito tempo estiveram alli á carga dezeseis navios, e actualmente estão seis, incluindo um vapor que leva 800 toneladas. [1]

O que se precisa pois; é alargar a estação, e estabelecer os caes e pontes de ferro até ao canal e mais obras accessorias, para que os navios possam atracar, recebendo directamente dos wagons as mercadorias, sem necessidade de descargas nem de baldeações »

«O projecto e orçamento d'estas obras, approvado pelas estações officiaes competentes, *por serem adequadas ao fim que se teve em vista e melhorarem a exploração do caminho de ferro*, consiste na conquista de um grande espaço na margem do rio Coina, fechado por muros de caes, partindo dos que existem, tendo o do lado do norte 340 metros de comprido, o de testa 70 metros, e o do sul 448 metros, fechando um espaço de 30:790 metros quadrados, que demandam um volume de 139:000 metros cubicos de aterro.

Do meio do muro de testa parte uma ponte de ferro em forma de T, tendo a haste $57^{m},6$ de comprimento e 12^{m}, 8 de largura; e a cabeça $70^{m},4$, mas não collocada symetricamente em relação á haste, tendo a parte mais comprida para o sul, para não apresentar obstaculos ao vapor, quando recuar, para sair do canal transversal e virar para se dirigir a Lisboa, e egualmente uma largura de $12^{m},8$. A ponte tem tres vias e sete plataformas para facilitar o serviço, fazendo passar os wagons para as differentes vias. A testa da ponte avança no canal do rio Coina, até haver uma altura de 7 metros de agua na baixa-mar de aguas vivas. O perfil transversal do rio mostra egualmente o perfil longitudinal do aterro e da ponte.

Ao longo da muralha do norte abrir-se-ha um canal de 30 metros de largura e 350 de comprimento. E' por este canal que ha de entrar o vapor para serviço de embarque dos passageiros e bagagens, para o que se construirá um abrigo conveniente, onde os comboios estacionem e recebam os passageiros.

Tambem julgo indispensavel, para abrigar os passageiros de

[1] Entre outros tem vindo a este porto o vapor *Celsus*, que carregou 1.227:510 kilos.

todas as intemperies, que se construa uma *marquise* de ferro sobre a necessaria porção d'este canal, com altura sufficiente para que os vapores entrem por baixo d'ella. Em tempo opportuno, se apresentará o projecto e orçamento d'esta obra.

O orçamento das obras[1] que já fôram approvadas é o seguinte:

Caes e aterro	160:000$000
Ponte de ferro	62:000$000
Canal	12:000$000
Abrigos, armazens, obras accessorias	46:000$000
Total	280:000$000

Devem estar concluidas no prazo de dezoito mezes; e, quando o estejam creio ninguem duvidará, que melhorará consideravelmente o embarque dos passageiros e mercadorias; e que em nenhum outro local, estas ou outras obras similhantes darão melhor resultado do que ali, e serão menos dispendiosas.

Muito se tem fallado sôbre a difficuldade de construcção de obras nas margens do rio Coina, em consequencia da espessura da camada de lodo, que tem sido elevada até 28 metros.

Ignoro as razões em que se funda esta affirmativa, pois unicamente me consta que a companhia ingleza mandou fazer umas sondagens, mas não deixou indicações escriptas a tal respeito, e quando entregou a administração do caminho de ferro, mandou a sonda para Inglaterra.

N'esta incerteza, encommendou-se uma outra, e as sondagens feitas, mostram que a maior espessura de lodo á borda do canal, foi de $4^{m},87$, $5^{m},30$ e $6,^{m}85$, apresentando-se depois saibro grosso e muito resistente. Tenho no Barreiro devidamente classificadas por alturas e posição dos furos as amostras dos terrenos extrahidos, e convido aquelles dos meus illustres collegas que o desejarem, a irem alli examinal-as.»

Estas importantissimas obras, na sua grande maioria, já se acham completamente realisadas, faltando apenas a ponte de

[1] Estas mesmas obras fôram orçadas pelo distincto engenheiro o sr. Boaventura José Vieira em 376:000$000 réis.

ferro para os navios, alargamento do canal e estrada ao longo do aterro a entroncar com a do Barreiro.

A sua realisação, porém, tem sido muito lenta em consequencia de, por vezes, se terem interrompido estes trabalhos, á falta de auctorisação superiôr para occorrer ao seu custeamento, e ainda pela monomania que nos ultimos annos tem assaltado quasi todos os nossos governantes, ácerca da venda d'este caminho, e que actualmente parece estar mais serenada.

No extremo do aterro, lado norte, foi construida a alegre e elegante estação, inaugurada no dia 4 d'outubro de 1884, cujo comprimento é de 80 metros, tendo na sua frente, e de egual extensão, um magnifico caes, com um marco fontenario, guarnecido de grades de ferro, e disposto para a elle poderem atracar, ao mesmo tempo, dois vapores.

A gare, toda coberta de ferro e zinco e envidraçada, é de comprimento egual ao da estação, com uma plataforma para passageiros e tres vias; tem de largura total 15m,50.

Toda a estação custou apenas a quantia approximada de 60:000$000 réis; a gravura que publicamos, é o melhor documento, que podiamos apresentar, demonstrativo da sua belleza architectonica, e do bom gosto artistico que presidiu á sua confecção.

Estes grandes melhoramentos de que o Barreiro hoje tanto se ufana, e que constituem o mais austero fiador para que não volte a ideia de se tirar a esta villa a estação testa do caminho de ferro do sul e sueste, são devidos, indubitavelmente, mais do que a ninguem, ao notavel engenheiro o sr. Miguel Carlos Correia Paes; o povo do Barreiro assim o reconhece e a municipalidade d'este concelho, do mesmo modo o testemunhou, quando, reunindo-se em sessão extraordinaria, no proprio dia em que foi inaugurada a estação nova, o seu presidente, o sr. João Maria d'Abreu Moreira, disse «que não era intensão sua fazer a biographia ou o exame dos actos publicos de um homem que se tem distinguido pelo seu acrisolado amor da patria, de que são prova os seus escriptos e os seus actos. Reconhecia a sua incompetencia como vereador do modesto municipio, mas não podia deixar de exprimir em nome d'este o seu jubilo e o seu reconhecimento. Inaugurava-se a abertura, ao publico, da estação do caminho de ferro, no caes de embarque proximo da villa, d'esse

caes que é uma das glorias da engenharia portugueza, a qual pela energica competencia de um dos seus membros, o sr. Miguel Carlos Correia Paes, annullou o voto de tres engenheiros inglezes, encarregados d'esse trabalho por John Douthat, concessionario da construcção d'esse caes, que affirmavam a impossibilidade da sua execução. Se era para celebrar-se esse feito não se devia deixar em silencio as vantagens de obra tão colossal, que, sendo alli a estação *terminus* das linhas do sul e sueste, garantia o rapido e continuo prosperar d'aquelle municipio. Por isso, como voto de agradecimento a tão benemerito cidadão, propunha:

1.º Que a camara inaugurasse o seu retrato na sala das sessões;

2.º Que á rua que vae da egreja do Rosario á estação se désse a denominação: rua Miguel Paes.

3.º Que a esse cidadão se remettesse copia authentica da acta.»

O que tudo foi approvado por unanimidade de votos.

A' inauguração da estação presidiu o illustre ministro d'estado honorario, que então geria a pasta das obras publicas, o sr. Antonio Augusto d'Aguiar, e assistiram, entre outros, o sr. Margiocchi, director geral das obras publicas, camara municipal do Barreiro e mais auctoridades, quasi todo o pessoal, disponivel n'esse dia, d'este caminho, e muitas familias do Barreiro e arredores que de proposito vieram a este fim, tocando ambas as philarmonicas da villa; á noite, toda a estação estava illuminada, e houve sarau e baile extraordinariamente concorrido, reinando em todos os que assistiram a esta festa o maior enthusiasmo e alegria.

X

PRAIA

A praia do Barreiro, a mais procurada de quantas existem ao sul do Tejo, podendo rivalisar com muitas das que são reputadas como as melhores do nosso paiz, é vasta, aceiada em si, completamente plana e recta, de fina areia branca, e sem uma unica pedra que em qualquer momento possa servir d'embaraço á navegação.

O limite norte e poente do concelho é formado pela praia, a qual, em consequencia do grande movimento d'esta villa, está sempre povoada de muitos barcos pertencendo só ao Barreiro, vinte e quatro fragatas especialmente destinadas ao trafico do caminho de ferro do sul e sueste, além de quatorze barcos de pesca, entre grandes bateiras e bateis tripulados por doze a dezeseis homens cada uma, possuindo ainda, talvez, cerca de vinte outros barcos de differentes lotações, que se entregam á cabotagem no rio, bem como ao transporte reciproco de passageiros entre Lisboa e Barreiro.

Toda a praia é muito abundante de differentes mariscos, sobresahindo a todos elles o excellente mexilhão e as deliciosas ostras.

A pescaria foi sempre a principal industria exercida pelos habitantes d'esta villa; assim em 1752 ainda existiam 49 bateiras de pesca, conhecidas mais vulgarmente pelo nome de *moletas*, enormes barcos d'uma construcção muito especial, pezada, mas

propria para as grandes labutações com as vagas, construcção que, pelo seu todo, e especialmente pelo apparato bellico que apresenta á proa, parece conservar ainda as formas primitivas, trazidas de épochas muito remotas, talvez coevas da fundação da villa. Hoje, porém, acha-se muito limitada e reduzida a um pequeno numero de barcos que ainda vão pescar ao Oceano onde permanecem por muitos dias em cada viagem, enviando diariamente, por barcos especiaes denominados *enviadas*, que vém ao mercado de Lisboa, grandes quantidades do melhor peixe que n'esta cidade se consome.

Tal industria, porém, tende a desapparecer com grande rapidez, devido não tanto á diminuição do peixe nas aguas da barra, mas especialmente á falta de braços; pois que ao affanoso e mal remunerado mister de pescadores, cheio de perigos e onde a cada instante jogam a vida, preferem as officinas do caminho de ferro, nas quaes existem, na actualidade, muitos artistas de merito, filhos d'este concelho, e isto em todos os multiplices ramos de artes que alli se exercem.

O Barreiro é muitissimo concorrido na épocha balnear por grande numero de familias do Alemtejo e da capital; não obstante as aguas da sua praia serem pouco agitadas, com tudo é este o motivo principal porque muitos a procuram de preferencia.

Uma das maiores necessidades d'esta villa, e que já se vae tornando quasi que urgente, é a construcção d'uma muralha em todo o comprimento da praia pelo lado do norte em frente da povoação; as aguas do Tejo sobem de anno para anno d'uma maneira consideravel, e n'alguns pontos, nas occasiões de preamar de aguas vivas, já se extendem a pouquissimos metros de distancia das habitações.

Ha dois annos que a respectiva camara começou a arborisação d'esta praia com *acacias espinhosas*, arvores que se desinvolvem muito bem n'estes terrenos essencialmente arenosos; logo que possa conseguir-se a muralha, o que mais tarde se tornará d'uma imperiosa necessidade, e a arborisação de toda a praia, deve ficar um admiravel *boulevard* de approximadamente um kilometro de comprimento por bastantes metros de largo.

Esta praia é formada pelas aguas do Oceano, que, penetrando impavidas pelo largo canal da barra, formam o magnifico

porto de Lisboa, enchendo esta formosa bahia, que banha o Barreiro, e onde vém turvar-se as crystallinas aguas do Tejo.

E' deslumbrante e esplendido o panorama que se desfruta d'este ponto e que não tem a mais pequena analogia com o de nenhuma outra praia do nosso paiz.

D'um e d'outro lado, á direita e á esquerda, apparecem mais ou menos, por entre montes ou extensas planicies verdejantes, um sem numero de grupos de casas apinhadas áquem e além, formando outras tantas povoações de maior ou menor importancia; d'um lado se vê o Seixal, Cova da Piedade, Almada, Cacilhas, etc.; do outro o Lavradio, Aldegallega, Alcochete e outras povoações; á esquerda as bem cuidadas quintas do Infante D. Augusto, e a quinta real do Alfeite, com os seus magnificos palacios; á direita, quasi defronte, os pinhaes cerrados do Montijo.

Ao fundo, fechando o quadro, a altiva cidade de Lisboa, a mais formosa entre as cidades do mundo como lhe chama Alexandre Herculano, com os seus palacios, torres e zimborios, erguendo-se, á maneira de Roma, orgulhosa e imponente sôbre as suas bellas collinas, ladeadas por innumeras povoações que se descortinam desde Villa Franca até Cintra.

El-rei D. Luiz na sua ultima visita ao Barreiro, realisada em 15 de janeiro de 1877, percorrendo quasi toda a praia, a pé, ficou deveras surprehendido com a agradavel perspectiva que apresenta Lisboa, vista a esta distancia; nas noites calmosas do estio não é menos agradavel apreciar o effeito produzido pela illuminação da cidade, reflectindo-se nas aguas do nosso patrio rio.

Extendido de pérmeio fica o aurifero e velho Tejo de outras eras, que viu partir as frotas para a India, e tantas vezes presenceou a chegada das naus de ouro do Brazil, agora tão humilde e socegado, servindo de espelho a tão pittorescas margens.

A cada instante se vêem sulcar em differentes rumos, centenares de barcos de todos os tamanhos e construcções, erguendo alvas velas de differentes fórmas e feitios, ou correndo pressurosos para um e outro lado, lançando no espaço nuvens de fumo, outras vezes fazendo echoar no tympano o troar dos seus canhões em signal de regosijo, ou commemoração d'algum facto importante.

XI

SOCIEDADES RECREATIVAS

Foi no anno de 1848, que pela primeira vez no Barreiro se organisou uma sociedade philarmonica, sendo seu presidente Antonio Maria Bandeira, e director da banda o sr. Luiz dos Santos Senior; em consequencia de rivalidades que se desinvolveram entre os associados, no anno de 1870 dissolveu-se esta philarmonica e de cada um dos grupos dissidentes brotou uma nova sociedade. Apezar de já decorridos bastantes annos, ainda não se extinguiu o desamor com que reciprocamente se mimoseam.

Um dos grupos, em numero de trinta e quatro, no dia 4 d'agosto d'esse anno, sob a presidencia do honrado velho, ha pouco fallecido n'esta villa, o dr. Miguel José Antonio Candido dos Santos, fundou a «Sociedade Marcial Capricho Barreirense» mais conhecida pela *sociedade dos francezes.*

Tres dias depois, o outro grupo com trinta socios, sob a prezidencia de Raphael Idezio Sebastião Maria Pimenta, instituia a Sociedade Philarmonica Barreirense, conhecida pela dos *penicheiros.*

Esta ultima sociedade teve por socio o sr. conde de Peniche, actual marquez d'Angeja, e como sobre este titular e seus partidarios recahisse um certo ridiculo proveniente da sua mallograda

conspiração, o grupo opposto appellidou esta sociedade de *sociedade dos penicheiros.*

Por essa occasião, pouco mais ou menos, estava no maior auge a guerra franco-prussiana de que resultou ficar a França vencida; isso originou que por sua vez os *penicheiros* alcunhassem de *francezes* os seus contrarios.

Consequencia d'esta divergencia d'opiniões e da exaltação dos seus partidarios, succedeu como em todas as povoações onde ha duas philarmonicas, começar a lavrar a intriga, a inveja e as malquerenças de parte a parte, sem que nenhum dos grupos se distinguisse pela sua prudencia ou menor exaltação, de que resultou um constante foco de indisposições em que toda a povoação se acha continuamente envolvida, com o que muito perde, e com o que ninguem lucra, a não ser um pouco de infatuação para qualquer dos partidarios mais acerrimos quando, por acaso, se julgam vencedores em qualquer d'essas tricas mesquinhas de politica local.

Nenhuma d'estas sociedades possue estatutos legalmente approvados, e um bom serviço prestaria a esta villa quem, dissolvendo ambas, com os elementos mais escolhidos de uma e outra formasse um só club, onde reunidos todos, *penicheiros* e *francezes*, intimamente ligados e procurando alliar o util com o agradavel, isto é, proporcionando a todos os barreirenses algumas horas de distracção, tivessem por scopo principal, senão unico, o bem estar e os melhoramentos d'esta povoação, que de bastantes ainda carece.

Poucas povoações, no nosso paiz, haverá que tenham tantos e tão fortes elementos para progredir: — a sua proximidade da capital, a excellente posição topographica em que está edificada, a magnifica praia que possue, e o ser estação *terminus* do caminho de ferro do sul e sueste, são vantagens todas muito recommendaveis, verdadeiramente excepcionaes, e que, bem dirigidas, podiam, em poucos annos, transformar o Barreiro n'uma pequena cidade.

Desgraçadamente, porém, na nossa terra em pouco mais se pensa do que em musicas, e quasi afoutamente se pode dizer que os melhoramentos, de que ella hoje está de posse, mais são devidos á força do destino do que ao labutar dos seus conterraneos.

Tanto uma como outra sociedade funccionam em bons edificios, adequados ao fim a que se destinam, com bilhares, pequenos buffetes e magnificas salas para reuniões.

A Sociedade Philarmonica Barreirense possue um pequeno theatro de salla, onde já se têem dado grande numero de recitas.

Annexa á outra sociedade ha, do mesmo modo, um theatro, magnifico; foi fundado por 17 individuos d'esta villa, reunidos pela primeira vez, para esse fim, no dia 25 de fevereiro do 1880, installando-se logo n'esta assembléa duas commissões, uma para tratar de finanças e outra de trabalhos practicos, sendo ainda presidente tanto de uma como d'outra o dr. Miguel José Antonio Candido dos Santos, medico do partido municipal d'esta villa, homem de caracter são e coração bondoso, e d'uma austeridade de costumes irreprehensivel.

O edificio d'este theatro foi feito exclusivamente para este fim sob a direcção do conductor das obras publicas o sr. Iphigenio Antonio de Mattos; possue um espaçoso palco com dois alçapões, plateia e duas ordens de galerias, tendo logares para centenas de espectadores.

O terreno, paredes e madeiramento são propriedade do sr. Joaquim do Rosario Costa, e o restante foi tudo feito com madeira offerecida pelo illustre deputado por este circulo, o abastado proprietario a quem o Alemtejo tanto deve, o sr. José Maria dos Santos; pelo trabalho gratuito de alguns dos artistas de que se compõe esta sociedade, e pelo producto d'um certo numero de pequenas acções, emittidas sem direito a dividendo, subscriptas por muitos individuos tanto d'esta villa como de fóra.

Este theatro foi inaugurado no dia 13 de junho de 1881, com o notavel drama o *Santo Antonio*, admiravelmente desempenhado por curiosos quasi todos d'esta villa.

D'então para cá teem-se alli realisado algumas recitas de verdadeiro enthusiasmo, especialmente levadas a effeito pelos banhistas, e por differentes vezes aquelle palco tem sido pisado por notabilidades como Taborda e Antonio Pedro.

Tanto uma como outra sociedade por varias vezes teem tido ensaiadores dramaticos permanentemente e ambas as bandas possuem excellentes professores.

XII

EGREJA DA MISERICORDIA

Na mesma praça de Santa Cruz, e em frente da egreja matriz, está collocada a egreja da misericordia cuja edificação data do ultimo quartel do seculo XV.

Não podémos encontrar em livro ou documento algum a data precisa da fundação d'esta egreja; só o padre Luiz Cardoso, que já por varias vezes temos citado, e cujo trabalho merece todo o credito como historiador, segundo o affirma Innocencio Francisco da Silva, [1] dizendo ser elle «fructo de longas investigações feitas nas proprias localidades, muitas d'ellas fornecidas pelos respectivos parochos e magistrados», fallando do Barreiro assevera que, [2] em data de 1752, tinha «esta villa casa de misericordia, fundada ha perto de duzentos annos».

Servindo-nos das proprias palavras do sr. D. Antonio da Costa [3] diremos que «no tempo de D. João II e sob a influencia da rainha D. Leonor, sua mulher, a caridade tinha tomado caminho pratico, e á sombra da cruz, apparecia a instituição das misericordias».

Ora n'este anno em que estamos, e ainda ha poucos dias, quando, em cumprimento da deliberação da meza da irmandade

[1] *Dicc. bibl. portug.*, vol. V, pag. 279.
[2] *Dicc. geogr. portug.*, vol. II, pag. 65.
[3] *Hist. da instr. pop.*, pag. 68.

d'esta misericordia, se procedeu á demolição do grande adro de cantaria que havia em frente d'esta egreja, um servente de pedreiro, ao levantar uma das pedras, encontrou algumas pequenas moédas, ás quaes ninguem ligou absolutamente importancia alguma; nós podémos porém alcançar, para a nossa humilima collecção numismatica, quatro exemplares que reconhecemos serem de D. João II.

Sendo assim, e attendendo ás palavras que deixamos citadas sobre a instituição das misericordias em Portugal, e ainda a que aquellas moedas certamente alli foram collocadas no momento da edificação d'aquelle templo, como ainda hoje muitas vezes se faz, podemos asseverar não só que a misericordia do Barreiro foi fundada nos fins do seculo XV, pois que D. João II, apenas reinou de 1481 a 1495, mas ainda que foi uma das primeiramente instituidas em Portugal.

A egreja é toda forrada de bonitos azulejos, azues e brancos, até á altura de metro e meio; os da capella mór formam dois quadros representando, o da esquerda o *Nascimento do Baptista*, e o da direita a *Visitação de Santa Isabel*.

E' digno de ver-se um bonito pulpito de marmore da Arrabida, com bastantes ornatos bem trabalhados, e tendo ao centro, em alto relevo, uma bellissima cabeça de anjo. O portico que dá entrada para o pulpito, tambem de pedra, tem na parte superior, egualmente em relevo, o emblema do Espirito Santo.

É de crer que este pulpito seja da mesma épocha do portico principal que dá entrada para o templo e de construcção muito posterior á fundação da egreja.

Este portico distingue-se um pouco do vulgar; é encimado por uma grande pedra, tendo ao centro, em relevo, uma concha de exageradas dimensões, ornada superiormente por uma cabeça de anjo, tamanho natural, entre duas azas, e o mesmo emblema a cada um dos lados; na parte inferior d'esta pedra lê-se a seguinte inscripção:

ISABEL ‹ PIZ̃ DAZ̄ABVIA ‹ FEZ ‹ ESTE ‹ PORTAL

Esta sr.ª D. Isabel Pires d'Azambuja era casada com seu primo Fernão Roiz d'Azambuja, sobrinho da illustre fundadora do mosteiro da Verderena; usava tambem do appellido de Tavora, e viveu no seculo dezesepte.

O quadro que forma o fundo da capella mór e dois mais pequenos que existem n'esta mesma capella, denotam grande antiguidade, são pintados em madeira e talvez que da primitiva do templo.

O corpo da egreja está construido n'um nivel muito inferior ao da capella-mór, para a qual se sobem seis degraus, e á direita, sobresahindo da parede, vê-se uma extensa galeria onde o provedor e os doze irmãos mesarios costumavam assistir ás festividades que n'outro tempo aqui se realisavam, nas epochas em que esta irmandade possuia muitas dezenas de contos de réis, em magnificas propriedades, fóros e pensões que, mercê de Deus e dos homens, têem desapparecido, na maioria, involtas na agradavel capa das irresponsabilidades.

Esta egreja tem um unico altar onde está collocada uma imagem de Nossa Senhora do Rosario, cuja irmandade foi dissolvida por alvará de 21 de maio de 1866, sendo os seus bens incorporados na irmandade da misericordia. A grande devoção generalizada em todo o paiz e grande parte do Brazil, a Nossa Senhora do Rosario do Barreiro e que data de tempos immemoriaes, começou pelo culto d'esta imagem collocada então na egreja de Santa Cruz, n'um altar collateral do lado da epistola; a actual egreja de Nossa Senhora do Rosario é de construcção muito moderna e já bastantes seculos antes da sua existencia se fallava em Nossa Senhora do Rosario do Barreiro.

N'este mesmo templo está uma pequena imagem de Nossa Senhora da Atalaya, a qual, segundo um costume ainda ha bem pouco tempo em vigor, ia em cirio, á propria egreja de Atalaya, sita a curta distancia de Aldegallega, onde se lhe fazia uma festividade.

A irmandade da misericordia ainda hoje está de posse d'algumas propriedades que arrenda a differentes particulares, situadas em torno do templo, e administra um pequeno hospital, com capacidade para seis ou oito doentes. Ignora-se a data da fundação; affigura-se-nos, porém, anterior á da misericordia, ainda que em outro ponto da villa.

Do lado do sul, contigua á sacristia, possue tambem uma outra pequena casa, com chaminé e um estrado, cuja porta está sempre franca; e por meio da qual a irmandade põe em pratica uma das obras de misericordia, aconselhadas pela egreja: — dar pousada aos peregrinos.

Além d'estas propriedades, possue ainda um certo numero de fóros e 400$000 reis, nominaes, em inscripções da Junta do Credito Publico.

Este templo que, por varias vezes, tem servido de freguezia, está quasi sempre fechado; apenas se abre para o casamento de alguma orphã pobre que possa alcançar dote, concedido pela Santa Casa da Misericordia de Lisboa.

No principio d'este capitulo vae o sello de que usava D. Leonor de Lencastre, fundadora das misericordias em Portugal.

XIII

MONTE PIOS

os dez dias do mez d'abril de 1864, sob a presidencia do dr. João Carlos Botelho Moniz, então administrador d'este concelho, teve logar, na egreja da Misericordia, a primeira reunião das principaes pessoas d'esta villa, no intuito de se fundar um monte-pio ou associação de soccorros mutuos, que tivesse por fim proteger e amparar os menos favorecidos da sorte, especialmente nos casos de doença, idéa que mais tarde seria completada pela creação d'um hospital e d'uma eschola popular, a expensas d'esta mesma instituição.

Tão louvavel iniciativa foi, como era de esperar, geralmente bem accolhida, resolvendo-se desde logo, dar a esta associação o nome de *Sociedade Humanitaria do Barreiro*.

No dia 17 d'esse mesmo mez e anno, foi apresentado pela commissão organisadora, a que presidia o parocho José Vicente Ferreira, um bem elaborado relatorio, juntamente com o projecto dos estatutos, que foi approvado unanimemente em assemblea geral reunida n'esse mesmo dia.

Os fins d'esta sociedade, segundo os primitivos estatutos são:

«1.º Soccorrer os socios em suas enfermidades, com facultativo, botica e subsidio pecuniario; 2.º Subsidial-os no caso de prisão ou total inhabilidade physica ou intellectual; 3.º Empres-

tar-lhes, preferindo os doentes, dinheiro sôbre penhores de oiro e prata, ou com fiador idoneo, a juro de 6 p. c. ao anno, descontado no acto do pagamento; 4.º Fazer-lhes o funeral com decencia; 5.º Suffragar annualmente com missa resada em um dos dias do oitavario de finados, designado pela direcção, e na egreja matriz da villa, as almas dos socios fallecidos; 6.º Receber depositos de quaesquer quantias, no cofre da sociedade, pagando aos depositantes o juro annual de 4 p. c.»

Em 1870 soffreram estes estatutos algumas leves alterações, sendo só então approvados por decreto de 31 de janeiro de 1871.

As ultimas contas exaradas nos livros d'esta associação referem-se ao anno economico de 1882-1883.

Segundo estas contas, o saldo dos annos anteriores era de 8395716 réis, a receita n'esse anno economico foi de 7208300 réis e a despeza de 8508943 réis, passando assim ao anno seguinte o saldo de 7095073 réis sendo, em metal, 4138533 réis emprestado sobre penhores, 2956540 réis.

*
* *

Por alvará regio de 23 de septembro de 1872, fôram approvados os estatutos d'uma associação que tomou o nome de *Associação humanitaria do pessoal do Caminho de ferro ao sul do Tejo*, cujos fins eram os seguintes:

«Soccorrer pecuniariamente os socios doentes; subsidiar os que fôssem presos ou suspensos das suas funcções, quando a causa não fôsse o roubo ou outro qualquer crime infamante; subsidiar os que, depois de cinco annos, pelo menos, de filiados na sociedade por qualquer fórma se impossibilitassem de ganhar os meios de subsistencia; e por ultimo, prover de forma que o funeral dos que fallecessem, lhes fosse feito com a devida decencia».

Com quanto esta instituição ainda se conservasse por alguns annos, desmoronou-se por si mesma, em consequencia de muitas irregularidades e abusos, dando logar a que, sôbre melhores bases, se constituisse aquella de que vamos tratar.

*

* *

Em data de 18 de dezembro de 1883, fôram approvados por alvará régio, depois de previamente discutidos em sessão da assembléa geral provisoria, de 30 d'esse mesmo mez e anno, sob a presidencia do sr. Miguel Carlos Corrêa Paes, os estatutos d'uma nova associação que tomou o nome de *Caixa de soccorros dos caminhos de ferro do sul e sueste.*

Os fins d'esta instituição, segundo o art.º 4.º dos seus estatutos, são:

«Como caixa de auxilios mutuos:

Ministrar subsidio aos associados, na enfermidade e na inhabilidade, e garantir pensões ás suas viuvas.

Como caixa de credito;

Emprestar aos seus associados, mediante o premio estipulado nas instituições regulamentares, e com as garantias e cautelas indicadas nas mesmas instrucções, determinadas quantias para occorrerem a suas necessidades;

Descontar os ordenados, férias ou quaesquer outros proventos dos associados, quando vencidos ou liquidados na conformidade das condições estabelecidas nas instrucções regulamentares.

Como cooperativa de consumo:

Fornecer aos empregados do caminho de ferro generos alimenticios, artigos de vestuario e outros de uso domestico, nos termos e condições determinadas nas instrucções regulamentares, estabelecendo para esse fim armazens no recinto do caminho de ferro, nos logares em que a administração do mesmo caminho os auctorisar, ou contratando com os donos dos estabelecimentos de venda d'esses artigos e generos.»

E ainda, segundo o disposto no art.º 21:

«Quando algum associado, qualquer que seja a sua edade, fallecer por motivo de sinistro occorrido no exercicio de suas funcções de empregado do caminho de ferro, tendo completado o tempo de serviço e de socio necessario para ser admittido á aposentação antecipada, terá a viuva direito á quarta parte da

pensão da aposentação que podia ser liquidada em favor do marido, se ella na occasião do fallecimento não estiver separada do marido a requerimento d'este; e a direcção solicitará da administração do caminho de ferro o abono de egual quantia em favor da mesma viuva.»

E' innegavel que esta caixa de soccorros, com quanto viesse affectar muito pronunciadamente o pequeno commercio do Barreiro, presta innumeros beneficios aos seus associados, tendo sido sempre, desde a sua fundação, admiravelmente dirigida.

Todos os annos tem publicado o seu relatorio e contas da respectiva gerencia, e por estes documentos se póde avaliar a sua prosperidade, sempre crescente.

No anno de 1884, o movimento da caixa foi: de entrada 24:901$780 réis por 23:706$833 réis, de sahida, havendo assim o saldo de 1:194$947 réis; no ultimo dia d'este anno, existiam, no armazem de consumo, generos na importancia de 1:659$224 réis.

O saldo geral, que passou para o anno de 1885, foi de 14:946$306 réis, distribuido do seguinte modo: inscripções d'assentamento (valor real) 10:670$650 réis; conta de emprestimos 693$450 réis; metal 1:194$947 réis; devedores geraes 662$235 réis; quotas e joias a receber 658$800 réis; e inventario do armazem 1:659$224 réis.

Esta associação é largamente subsidiada pelo governo; assim, só no anno de 1884, o seu cofre recebeu da direcção do caminho de ferro a avultada somma de 11:225$790 réis.

Em 31 de dezembro de 1885, existiam 197 associados.

XIV

ASYLO DE D. PEDRO V

O dia 15 de septembro de 1855, foi fundada esta casa de instrucção e beneficencia, unica e exclusivamente por iniciativa de D. Henriqueta Leonor Gomez d'Araujo, tendo depois por poderoso auxiliar no Barreiro, entre outros, o sr. Domingos Quintino d'Andrade.

Muitas das principaes pessoas d'esta villa, e mesmo de fóra, estipendiaram desde logo determinadas quantias que prometteram offerecer annualmente para occorrer, de certo modo, ás necessidades d'esta instituição, o que, na maioria, até hoje têem cumprido religiosamente, sobresahindo, a todos, o sr. Antonio Maria Gomes, um dos maiores bemfeitores d'este asylo e o qual ainda actualmente paga, por si e por seu fallecido irmão Custodio Manoel Gomes, a importante quota de 22$400 réis.

Fôram porém taes os esforços empregados por aquella senhora que, sabendo captar as valiosissimas protecções de Sua Magestade Imperial a duqueza de Bragança, de Rodrigo da Fonseca Magalhães, então ministro do reino, de Joaquim Antonio d'Aguiar, de Vianna Pedra e de outros muitos personagens d'elevada categoria, decorridos apenas tres mezes, isto é, no dia 1 de janeiro de 1856, o asylo, depois de satisfeitos todos os encargos do trimestre e todas as despezas d'installação, tinha o lisongeiro saldo de 1:466$575 réis.

A assidua vigilancia e admiravel administração exercida pela illustre fundadora, fez com que esta tão humanitaria instituição fôsse progredindo sempre, augmentando a receita com novos donativos por ella continuamente angariados, dando em resultado que, na época do seu fallecimento, o asylo possuia já, felizmente para o Barreiro, um capital cujo rendimento quasi lhe podia assegurar a existencia, independente das quotas dos subscriptores; era esse o seu ideal e quasi que o viu realisado.

Este asylo tem por fim educar permanentemente cincoenta creanças pobres, do sexo feminino, semi-internas, sendo-lhes ministrada, ao meio dia, abundante refeição; o numero de asyladas tem estado sempre preenchido.

Este pio estabelecimento conta já hoje trinta e um annos de existencia, e durante este longo espaço de tempo que de beneficios tem elle prestado ao Barreiro, ministrando quotidianamente alimento, para a alma e para o corpo, a tantas creancinhas desprotegidas da fortuna e que, pelas tristes condições de suas miseras familias, ficariam eternamente sepultadas na mais crassa ignorancia!

Como poucos, soube esta senhora exercêr a mais sublime de todas as virtudes, a caridade, soccorrendo com esmolas as familias necessitadas, protegendo os desgraçados ou acalentando no seu asylo as creanças indigentes que, sem tão vigoroso auxilio, jamais poderiam conseguir a instrucção necessaria á vida, e muito menos pelo modo porque ali lhes é ministrada, recebendo juntamente com a educação do espirito o proprio alimento que em casa muitas vezes lhes falta.

Bem podia esta senhora desfructar tranquillamente os seus rendimentos, na sua pittoresca quinta, rodeada de todas as commodidades da vida, sem se importar com os desvalidos, como o fazem tantos ricos burguezes que consomem vidas inteiras, extraviando rios de dinheiro, em bons cavallos e appetitosos manjares, sem se importarem com esses proletarios famintos que se albergam em velhos casebres.

Oh! mas não o fazia ella, porque no seu bondoso coração se occultava uma mola invencivel que a impellia constantemente á pratica do bem.

Esta senhora falleceu na sua quinta da Verderena, antigo

mosteiro de Nossa Senhora da Madre de Deus, no dia 23 d'abril de 1882.

Deixou testamento em que, além de muitas outras disposições, legava a este asylo uma inscripção de cem mil réis para que assim elle ficasse sempre recebendo a esmola de tres mil réis que annualmente lhe offerecia; como lembrança aos seus pobres d'esta villa deixou outra inscripção á *Sociedade Humanitaria do Barreiro.*

Determinava que, caso fallecesse na sua quinta da Verderena, como de facto succedeu, queria ficar sepultada no cemiterio do Barreiro, e que sobre o seu tumulo se collocasse uma lapide com a seguinte inscripção:

Aqui jaz Henriqueta Leonor Morão Gomez de Araujo, fundadora do Asylo de D. Pedro V, na villa do Barreiro.

A camara municipal offereceu gratuitamente o terreno necessario para este mausoleu, prestando assim homenagem, em nome dos seus municipes, áquella que em vida sempre tanto os protegeu e que depois de morta lhes legou um tão importante melhoramento.

Por diversas vezes se tem pensado na acquisição ou construcção d'um edificio com todas as commodidades necessarias a um estabelecimento d'esta ordem; não obstante a boa vontade, difficuldades pecuniarias teem sempre impedido a realisação d'este intento.

O asylo actualmente possue, em inscripções d'assentamento da Junta do Credito Publico, valôr nominal, a quantia de 21:500$000 réis, cerca de 400$000 réis depositados á ordem no montepio geral, além das quotas annuaes dos seus aggremiados na importancia total de 795690 réis.

Com grande admiração nossa, porque nunca ouvimos fallar em tal, deparámos, por acaso, na sala das sessões d'este asylo, com um pequeno quadro devido á notavel aptidão artistica de Sua Magestade el-rei D. Fernando.

Está assignado com um F e um C entrelaçados, Fernando Coburgo, e tem a data de 25 de março de 1856.

E' uma bonita *agua-forte*, retocada a tinta da China pelo proprio auctôr, o illustre finado, e representa um guerreiro, de espada nua, montando um fogoso corcel, seguido d'um pagem egualmente montado, e guiado por um outro cavalleiro, de fór-

mas mythologicas, expellindo raios de fogo; dizem-nos ser allusivo á lenda do caçador feroz.

Por proposta do subscriptor o sr. Augusto Rodrigues, foi approvado, em sessão d'assembleia geral de 30 de abril de 1882, que na sala da aula se collocasse o retrato da fundadora e que sôbre a porta d'entrada, para o asylo, se erigisse uma lapide de marmore, tendo gravado o seguinte: *A' memoria de D. Henriqueta Leonor Gomez d'Araujo, que fundou o azylo de D. Pedro V, no Barreiro, e o dirigiu desde a sua fundação, em 15 de setembro de 1855, até ao dia em que falleceu, a 23 d'Abril de 1882.*

O sr. Augusto Gomez d'Araujo, que então se achava presente, pediu licença para ser elle quem offerecesse ao asylo o retrato de sua mãe, o que immediatamente lhe foi concedido com palavras ao mesmo tempo de agradecimento pela espontaneidade da offerta.

Este cavalheiro porém teve mais a delicada lembrança de que o retrato fôsse feito por um filho do Barreiro, e encarregou d'esse trabalho um irmão do auctôr d'estas linhas, Raphael Idezio Maria Pimenta, que, por este meio, teve tambem ensejo de patentear o seu respeito pela memoria d'aquella senhora, offerecendo, ao filho, o seu humilde trabalho.

Este retrato, cuja execução artistica se nos affigura nada ter de notavel, sendo aliás um trabalho vulgarissimo, constitue com tudo uma honra para o Barreiro.

O seu auctôr nasceu n'esta villa a 3 de janeiro de 1850, surdo-mudo.

Em geral, e muito especialmente no nosso paiz, quando um homem tem por nascimento uma condição tão triste, é um ente quasi nullo para a sociedade.

Não succedeu assim com este, porque era filho do honrado homem que em vida se chamou Raphael Idezio Sebastião Maria Pimenta,[1] d'um pae excepcional, dotado d'um amor paterno

[1] Na sala das sessões d'este asylo existe um livro intitulado *Registo das Senhoras Directoras e Inspectoras*: n'esse livro, em data de 17 de março de 1882, dia do fallecimento de Raphael Idezio Sebastião Maria Pimenta, encontram-se, escriptos pela illustre fundadora d'este asylo, os seguintes periodos:

«Com o maior sentimento venho aqui encontrar a triste nova do fal-

inexcedivel e que, apezar de chefe de numerosa familia e possuindo limitadissimos recursos pecuniarios, não evitou nunca o menor sacrificio ou fadiga para lhe dar uma educação que, de futuro, o podesse tornar independente.

Graças aos seus heroicos esforços, poude conseguir que seu filho fôsse talvez, podemos dizel-o com ufania, o surdo-mudo mais illustrado do nosso paiz.

Depois de ter apprendido a ler e escrever, com muita grammatica e correcção, na extincta aula de surdos-mudos da Casa Pia de Belem, unica eschola d'este genero que n'essa época havia em Portugal, e tendo manifestado desde logo decidida vocação para o desenho, matriculou-se Raphael Pimenta na Real Academia de Bellas Artes de Lisboa, onde conseguiu os cursos completos de Desenho e Esculptura, alcançando os primeiros premios pecuniarios; mais tarde cursou gravura em madeira [1] com o illustre professor d'aquella Academia, o sr. João Pedroso, que muito o elogia, sendo por ultimo, n'um concurso de esculptura, premiado com uma medalha de prata que lhe foi offerecida pelo ministro do reino em nome de el-rei.

Não eramos nós que deviamos traçar estas palavras de louvor, ao surdo-mudo que se distingue, nem ao homem que tanto se nobilitou como modelo de honradez, de probidade e de amor paternal; que nos desculpem porém os que n'isso repararem e que nas nossas palavras, replectas de justiça, só vejam um irmão

lecimento de um dos nossos mais antigos bemfeitores d'este Asylo, já com a sua subscripção, já com qualquer cousa com que a sua muito boa vontade de servir, nos podia ajudar.

As creanças nada podem fazer para mostrarem a sua gratidão, só rogar a Deus pelo descanço da sua alma o que farão como é costume resando todos os dias um Padre Nosso.

E' uma grande perda para esta terra ; o pobre n'elle encontrava sempre uma esmolla, um conselho, o abasedado uma palavra attenciosa, sinceros pezames a sua familia que n'elle perde um digno e estremecido chefe de familia!»

A camara municipal d'este concelho tambem, na primeira sessão em que se reuniu depois da sua morte, lavrou por unanimidade um voto de sentimento á sua memoria.

[1] A primeira estampa d'este livro, bem como algumas das vinhetas que ornam os principios dos capitulos são trabalho seu.

que abraça seu irmão, e um filho que abençoa a santa e inolvidavel memoria de seu pae.

*

* *

Já depois de escripto o nosso pobre artigo ácerca d'este asylo, tivemos conhecimento d'um livro do grande apostolo da instrucção publica em Portugal, o distinctissimo escriptor o sr. D. Antonio da Costa.

D'este livro, intitulado *Auroras da Instrucção*, faz parte um capitulo referente ao asylo do Barreiro; o rendilhado da phrase e a candura e enlevo da linguagem em que está escripto, impelliu-nos a solicitar de S. Ex.ª nos permittisse a transcripção do seu interessantissimo artigo, fineza que immediatamente nos foi concedida com a amabilidade que lhe é peculiar e a que nos confessamos profundamente gratos.

Certos de que poucos dos nossos patricios teem conhecimento d'elle, julgamos, transcrevendo-o, prestar-lhes um grande serviço, ao passo que ficamos com a grata certeza de que o nosso livrinho, possue ao menos, uma pagina agradavel ao leitor, e do mais elevado valor e merecimento.

«Tem uma historia formosa o asylo da infancia desvalida do Barreiro.

Por uma tarde amena do mez de agosto de 1855 estavam a uma janella sôbre o Tejo, no paço das Janellas Verdes, duas senhoras. Uma ouvia benevola as informações narradas pela espirituosa directora de um dos asylos da infancia desvalida de Lisboa, a que a primeira presidia. Longa e familiar fôra a conversação a respeito dos estabelecimentos educativos que ambas tanto amavam. Por momentos a suspenderam, embebidas no espectaculo do nosso patrio rio.

— Vê Vossa Magestade aquella casa escarlate, alem, na Outra banda, proximo ao Barreiro?

—Vejo, respondeu a imperatriz, depois de se ter affirmado.

—Quem sabe, minha senhora! talvez que ali venha tambem a haver um asylo.

A imperatriz, mudando rapidamente o olhar, córou e sorriu-se, ao receber a grande nova.

A senhora que taes palavras proferira, e que não fizera senão conversar alto comsigo, dissera involuntariamente a sua idéa. E' que as ideias boas não cabem no espirito, e os labios chocalheiros denunciam ás vezes os pensamentos secretos.

—E' uma idéa vaga, tornou a senhora que a emittiu, quasi que arrependida do que dissera.

Não era uma idéa vaga. Aquella senhora, dona da casa escarlate a que alludira, confrangia-se de ver desde as ruas do Barreiro até o caes tantas creanças desgrenhadas, rotas, ignorantes, um escarneo á moral e um insulto á civilisação. O seu elevado espirito mal se afazia áquelle espectaculo nauseabundo, e o seu espirito dissera um segredo ao seu coração. Sem confidenciar o motivo, informara-se de casa propria dentro da villa; não a havia. De creada; ninguem queria servir creanças populares. Das creanças que se acolhessem; mãe nenhuma prescindiria das migalhas esmolares que as filhas-animaes andavam mendigando. De um lado tudo contra a sua idéa; do outro lado a sua idéa só. A idéa accendia-lhe o animo, as contrariedades esmoreciam-lh'o.

Poucos dias depois, achando-se a pensativa á cabeceira de um seu irmão enfermo, e tambem presente o grande amigo dos asylos da infancia desvalida, Vianna Pedra, cae sobre o estado d'estes institutos a conversação, e segunda vez, como echo do pensamento intimo, delata a dona da casa escarlate a sua idéa fixa, mas a medo a delata. Vianna Pedra comprehendeu tudo, o combate que se pelejava n'aquelle cerebro, emprehendimento varonil do espirito que deseja, receio feminino da responsabilidade que amedronta. Conheceu que a victoria dependia de um nada qualquer. O manancial estava cheio, faltava só dar largas á corrente. No dia seguinte a sr.ª D. Henriqueta Leonor Gomez d'Araujo, ao ler um jornal encontra esta noticia: «As casas de asylo da infancia desvalida vão ter na proxima acclamação de el-rei D. Pedro V mais um estabelecimento, no Barreiro.»

A noticia já do dominio publico pela heroica delação de Vianna Pedra, fizera sossobrar a gentil surprehendida. Como a tempestade no copo de agua, dentro do seu coração rompera o combate herculeo; mas, com o relampago, que alumiára o animo, roncára envolvido o trovão medonho. Péga no jornal, entra na carruagem, e parte para Caxias.

— Peço a Vossa Magestade que leia; protesto a minha innocencia, foi uma traição de Vianna Pedra, o asylo não se póde abrir, minha senhora.

Um largo sorriso da imperatriz acompanhava as lamentações da traição. Levantou-se e dirigiu-se a um gabinete contiguo. D'ali a momentos entrou, chegou-se á medrosa, e entregou-lhe duas tiras de papel.

— Vá fundar o seu asylo, e peço-lhe, D. Henriqueta, que me inscreva como primeira subscriptora d'elle.

Eram duas notas de 2:050$000 réis cada uma.

A iniciadora ficou por instantes petrificada, olhando para as notas sem poder pronunciar uma palavra. Beijou a mão á imperatriz, rolando-lhe as lagrimas pelos olhos, e sahiu.

Aquellas lagrimas fundavam o asylo do Barreiro.

Não havia casa possivel na povoação; não havia quem se prestasse a servir os pobres; não havia creanças que as mães quizessem entregar, e só havia a grande idéa; mas a idéa triumphava já na benemerita. A Irmandade do Rosario cedia umas casas a rogo da fundadora, uma mendiga da ponte serviu de creada, a mesma fundadora levou de um dos asylos de Lisboa, uma creança e bonita, um chamariz, que attrahisse as da terra.

Decorridos alguns dias, a 15 de settembro d'aquelle anno de 1855, vespera da acclamação do joven rei Pedro V, sete creanças, nucleo do asylo, eram apresentadas na igreja da povoação, onde se achavam as authoridades e os parentes da iniciadora, que dizia commovida ao parocho:

— Espero, sr. prior, que de hoje a dois annos venham aqui, ja educadas, fazer a sua primeira communhão.

Cumpriu a promessa.

D'ali a dois annos aquellas mesmas creanças faziam ali a sua primeira communhão, administrada pelo mesmo parocho (modelado pelos meigos reitores de Julio Diniz), que entre lagrimas jubilosas, e á propria custa, celebrava uma festa religiosa sau-

dando a festa educativa, como aquelle povo nunca tinha assistido a outra.

Foi correndo o tempo. Ha já edificio arrendado; creadas, quantas se queiram; e as mães, que negavam as creanças, só têem agora palavras para implorar que as acceitem. O asylo do Barreiro é quasi um asylo de familia. De limitado numero de subscriptores se compõe o instituto, mas é tão admiravelmente gerido, que por meio das quotas, dos donativos, e com os juros de um capital de 9:000$000 réis fortes se estão educando ali cincoenta creanças de ambos os sexos.

A associação d'este asylo do Barreiro, inserindo nos estatutos que á fundadora competisse a presidencia vitalicia d'elle: «em attenção a ter sido a instituidora e ao zelo e interesse que lhe tem merecido o asylo desde a sua creação,» praticou um acto de justiça. Mas, ao par da justiça, ha na historia d'esta fundação um grande exemplo: que a força da vontade para o bem vence todas as contrariedades, mesmo na hesitação propria dos espiritos, que escondem no véu da modestia o valor da heroicidade.»

*
* *

Estamos intimamente convencidos de que no Barreiro todos são unanimes em reconhecer os inolvidaveis beneficios, devidos a esta tão santa instituição.

Bom seria que, agora, quando este asylo já tem por assim dizer vida propria, agora que já pode existir por si mesmo, bastando apenas para isso o ser gerido por dois ou tres homens dotados de bom senso practico; n'este momento em que já pode prescindir, ainda que com algum sacrificio, do auxilio externo, bom seria, repetimos, que as attenções se voltassem para a creação d'um outro estabelecimento, egualmente de caridade, que seria o complemento d'este, e de que esta villa tambem tanto carece.

Queremos fallar d'um albergue para os invalidos do trabalho, d'uma casa de caridade e amparo para aquelles que chegam ao ultimo quartel da vida, com as forças physicas quasi exhaustas, faltos de vista ou paralyticos, curvados ao pezo dos annos, quasi sempre um cumulo de todo o genero de doen-

ças, e que, justamente quando menos podem luctar, se vêem a braços com a fome e com toda a casta de miseria, sem uma enxerga onde descancem, sem roupas em que se envolvam e muitas vezes até sem casa onde habitem, nem lume a que se aqueçam.

E quem n'este mundo de enganos e de vaidades poderá dizer que entrará no tumulo sem que os seus labios tenham de provar o amargor d'estes transes?

Qual a memoria, ainda a mais fraca, que se não lembre da historia d'uma ou outra familia que, tendo vivido muitas vezes na maior opulencia, terminasse os seus dias coberta de opprobrio, de fome e de miseria, subjeita ás intemperies do tempo, mendigando de porta em porta?

A' creança é-lhe sempre muito mais facil encontrar quem a proteja e eduque, do que um velho invalido descobrir quem o soccorra e ampare, porque, como com tanta verdade diz o famoso Cormenin, «os pequenos são madrugada, que é tudo flores e esperanças: os velhos são noite escura e fria, que já não promette nada senão trabalhos e desconsolo.»

Pois se no Barreiro existe um asylo d'infancia desvalida, e quotidianamente vemos os bellos fructos que d'elle se colhem, porque causa não havemos de tambem, ao menos, tentar erguer, a par d'esta, outra instituição, egualmente nobre e egualmente boa?

E o Barreiro, na actualidade, está em circumstancias de o poder fazer.

Basta para isso que meia duzia de proprietarios se unam para este fim, e n'esse intuito se determinem, tomando como lemma as eloquentes palavras do illustre auctor das *Auroras da Instrucção*,—que a força da vontade para o bem vence todas as contrariedades.

O producto d'um bazar em occasião de qualquer festividade, de recitas nos theatros das sociedades, uma quota distribuida annualmente pelas principaes pessoas da nossa terra, e inclusivamente, de tempo a tempo, se tanto fôr necessario, uma subscripção tirada pelas portas; todos estes pequeninos nadas reunidos, podiam fornecer um pedestal sufficiente para servir de sustentaculo a essa instituição.

E a indole do povo do Barreiro, quando bem dirigida, não

é mesquinha nem refractaria á pratica de actos d'esta natureza, como alguns o poderão julgar; só lhe faltarão, quando muito, as individualidades que lhe possam servir de preceptores.

Temos sobeja prova, do que asseveramos, nos subscriptores do asylo de D. Pedro V e nos possuidores das acções do theatro, que as compraram, *sem que ellas tenham direito a dividendo*, mostrando assim a sua desinteressada generosidade.

Entre as classes menos abastadas temos edificante exemplo na espontaneidade com que muitos artistas trabalharam gratuitamente na edificação d'este mesmo theatro, e do seu caracter esmoler tambem nos podémos certificar ainda por occasião da ultima festividade da semana santa, que se realisou n'esta villa, pois que, depois de todos haverem concorrido, cada um em harmonia com as suas forças, para aquella tão dispendiosa solemnidade, e na occasião em que os maritimos se achavam, *em terra*, isto é, no momento em que os rigores do tempo lhes não permittiam que fossem pescar, luctando por esse effeito com bastantes difficuldades, nós, pedindo sómente em algumas casas, e apenas durante um espaço de tempo muito limitado, sem o menor sacrificio podemos reunir uma somma relativamente avultada, com que foi distribuido um bodo a mais de cem familias pobres.

Na epocha balnear, sobretudo, quando esta villa é mais concorrida, e se proporcionam sempre, mais ou menos, um certo numero de distracções, para se adquirir um poderoso auxiliar para a realisação d'este tão louvavel intento, bastaria imitarmos tambem um pouco, na nossa pequenez, esse sympathico vulto do velho arcebispo, idealisado por Thomaz Ribeiro, n'uma das suas mais mimosas producções poeticas, na qual estabelece, tão admiravelmente, o parallelo entre ricos e pobres, entre os felizes e os desgraçados, entre nobres e plebeus:

«Para uns, abre o ceo manhã de flores;
meio dia de fructos e doçuras;
tarde d'encantos mil; noite d'amores,
sonhos de gloria, affectos e venturas.

Para outros, as noites não têm lua;
o sol é sem calor; o ar, sem perfume;
o leito... sem enxerga! a mesa... nua!
os armarios... sem pão! o lar... sem lume!»

APPENDICE

Em data de 31 d'outubro ultimo, tivemos a honra de dirigir á ex.ma Camara d'este concelho um requerimento no qual, demonstrando as vantagens das descripções historicas de cada povoação, e citando exemplos de varios municipios que teem dispendido avultadas sommas na realisação d'esse emprehendimento; e attendendo a que as publicações d'este genero teem muito limitada extracção, por isso mesmo que são de interesse meramente local, lhe pediamos se dignasse subscrever com um certo numero de assignaturas para a publicação da presente *memoria historica*, afim de que, além do trabalho, não tivessemos ainda de dispender capital.

A distribuição d'esses exemplares pelos principaes municipios do paiz iriam tornar conhecida esta villa.

Transcrevemos a acta da sessão especial em que foi apresentado esse documento:

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e seis, aos sete dias do mez de Novembro, n'esta villa do Barreiro e Paços do Concelho, onde se achava o presidente da Camara, João Maria d'Abreu Moreira e os vereadores Augusto Pereira de Vasconcellos, José Guilherme Bravo, Carlos Militão Pereira, João Ignacio de Faria e José João de Oliveira, faltando com motivo justificado o vereador Domingos Marinho,

Foi presente o requerimento de José Augusto Pimenta, em que pede a assignatura de duzentos exemplares, a titulo de subsidio para o trabalho que vae publicar e denominará — *Memoria historica e descriptiva do Barreiro* — a Camara por unani-

midade deferiu a este pedido e deliberou que n'esta acta se lançasse um voto de louvor ao dito José Augusto Pimenta por ter emprehendido a publicação d'uma obra que fará reconhecer a antiguidade d'esta villa e as differentes alternativas que tem tido; de que se lavrou a presente que todos assignam depois de lida por mim Manuel Vicente Caeiro, Escrivão que a escrevi. — Moreira, Vasconcellos, Bravo, Pereira, Faria, Oliveira.

Está conforme. Barreiro, 20 de Novembro de 1886. O Escrivão da Camara

(assignado) *Manuel Vicente Caeiro.*»

Tomando em consideração o voto de louvor, ainda que immerecido, exarado n'este documento, com que a digna vereação houve por bem honrar-nos, nos confessamos sinceramente gratos e reconhecidos, bem como pelo seu pleno assentimento á nossa solicitação.

*
* *

A rapidez com que, independentemente da nossa vontade e por mais d'um motivo, nos vimos forçados a concluir, n'um mui curto espaço de tempo, este nosso estudo, leva-nos a deixar para mais tarde a publicação d'um segundo volume em que tratemos desenvolvidamente das restantes povoações do concelho, bem como do logar da Telha que, apesar de completamente encravado n'este concelho, por uma d'essas inexplicaveis anomalias tão frequentes na nossa legislação, pertence ao concelho da Moita.

Perfeitamente conscios da pouca ou nenhuma valia d'este modesto trabalho, pedimos aos benevolos leitores desculpa da nossa audacia, considerando-nos bastante felizes, e dando por bem empregado o muito que para este conseguimento trabalhámos, se a presente publicação attingir um unico fim: — servir de incitamento a quem melhor possa e saiba escrever a Historia do Barreiro.

FIM.